

CASA DE MEMÓRIA TRANSXINGU: PATRIMÔNIO CULTURAL DIGITAL COMO PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL AMEAÇADO.



UFPA / ITEC / PPGPATRI / Dissertação de Mestrado
Alan David Bitencourt Martins / 2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

ALAN DAVID BITENCOURT MARTINS

**CASA DE MEMÓRIA TRANSXINGU: PATRIMÔNIO CULTURAL
DIGITAL COMO PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL
AMEAÇADO.**

**BELÉM
2022**

ALAN DAVID BITENCOURT MARTINS

**CASA DE MEMÓRIA TRANSXINGU: PATRIMÔNIO CULTURAL DIGITAL
COMO PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL AMEAÇADO.**

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Pará, na linha de pesquisa Patrimônio e Sociedade como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências do Patrimônio Cultural.

Área de concentração: Análise e Interpretação do Patrimônio Cultural.

Linha de pesquisa: Patrimônio e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Idanise Sant'Ana Azevedo Hamoy.

BELÉM
2022

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte.

E-mail do autor: alandavid-sim@hotmail.com

Catálogo da Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica feita pelo autor

BITENCOURT, Alan David B. Martins
CASA DE MEMÓRIA TRANSXINGU: PATRIMÔNIO CULTURAL
DIGITAL COMO PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL
AMEAÇADO. / Alan David Bitencourt Martins. – Belém, 2022.
165 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará (UFPA),
Instituto de Tecnologia (ITEC), Programa de Pós-graduação em
Ciências do Patrimônio Cultural (PPGPatri), 2022.
Orientadora: Idanise Sant’ana Azevedo Hamoy.

1. Patrimônio cultural digital. 2. Patrimônio digital. 3. Casa de
Memória Transxingu. 4. Belo Monte.

CDD 306

ALAN DAVID BITENCOURT MARTINS

**CASA DE MEMÓRIA TRANSXINGU: PATRIMÔNIO CULTURAL DIGITAL
COMO PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL AMEAÇADO.**

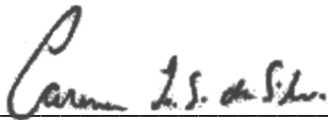
Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências do
Patrimônio Cultural da Universidade Federal
do Pará, como requisito necessário à
obtenção do Título de Mestre em Ciências do
Patrimônio.

Data:

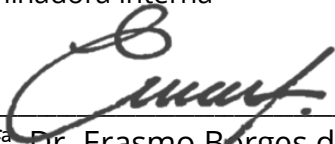
Banca Examinadora



Prof^a. Dr.^a Idanise Santana Azevedo Hamoy
Universidade Federal do Pará
Orientadora



Prof^a. Dr.^a. Carmen Lúcia De Souza Silva
Universidade Federal do Pará
Examinadora Interna



Prof^a. Dr. Erasmo Borges de Souza Filho
Universidade Federal do Pará
Examinador Externo

Dedico esta dissertação ao ser sui generis que em essência está em todos os lugares, porém sem caber em nenhum deles; aos meus pais e amigos, por compreenderem tanta ausência e inquietude enquanto vivia este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que não estamos sós, gratidão é indispensável.

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me assistir e me socorrer quando, por diversas vezes dei de cara com tribulações, eu nunca pensei em desistir, não há derrota ou fim no Teu vocabulário! Obrigado Deus, por ser a principal força da minha vida, hoje eu Lhe vejo em tudo, eternamente grato por Seus sussurros.

Aos meus pais, Maria e Francisco, que sempre estiveram presentes na minha vida, assim como Deus, do jeito deles; mãe obrigado pelas palavras de incentivo, por me perguntar hora ou outra como estava minha pesquisa, Sra. foi uma das poucas pessoas que se importaram realmente.

À minha família que me aguenta todo dia, porque eu sei que sou insuportável quando entusiasmado.

À minha orientadora, Idanise Hamoy, por quem desde o início da minha pesquisa tenho profunda admiração, obrigado por ser um exemplo de sabedoria, inteligência, retidão e honra; por me suportar durante a pandemia, por se preocupar com minha saúde e bem-estar físico e mental, eu agradeço a confiança que teve em mim em todos os momentos, por acreditar mesmo no meu potencial, é raridade quando é sincero e verdadeiro.

Aos meus inesquecíveis amigos de vida, Jailton Rosa, Elivelto Marques, Walfredo Filho, Leon Lameira, Luciana Reis, Ronald Ferreira, Renan Ravery, Rodrigo Almeida e a todos aqueles que conhecerei no futuro, já os aguardo ansiosamente; amigos são uma dádiva divina, são alento e afago no dia a dia.

Aos amigos que estiveram na longa jornada da Casa de Memória comigo, Brenda Barroso, Thiago Peralta, Thaís Sales, Alex Palheta, Tayná Sampaio, Felipe Matos, Sandro Almeida, Lucas Lobato, Joari Bentes, Naiara Souza, Israel Silva e especialmente a Sra. Ester Garcia de Altramira e todos os colaboradores da Scientia Belém e Scientia Altamira.

Aos professores do PPGPatri, principalmente as professoras Thaís Sanjad, Flávia Palácios, Roseane Norat, Anna Linhares e Carmen Silva por despertarem em mim profundos questionamentos e me instigarem a pesquisar com ânimo e satisfação.

À minha turma de mestrado de 2019, a primeira turma do Programa, companheiros foi uma honra “lutar” com vocês, obrigado pelos momentos de alegria e por estarem presentes nos momentos de angústias, ser mestrando não é fácil, vivemos o trabalho de pesquisa em meio a pandemia, só nós saberemos como foi, obrigado por experienciar esse momento com vocês.

À Scientia Consultoria Científica Ltda., hoje Scientia Cultura, Educação e Pesquisa Ltda. e a Fundação Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa, FADESP, agradeço as oportunidades e o ambiente amistoso de trabalho.

Ao vereador Augusto Santos, por me dar todo suporte e o tempo necessário para finalizar minha pesquisa, trabalhar com o Sr. enquanto realizava este trabalho foi sem dúvidas uma das bênçãos da minha vida.

À UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, pela excelência do teu solene compromisso com a educação, és honrosa, respeitável, íntegra e empenhada; ficarás de pé em meio a hostilidade porque és obstinada na tua missão. Mérito e orgulho meu ser teu aluno.

Por fim, agradeço a todos aqueles que acreditam na educação como ferramenta de diminuição da desigualdade social que assola o Brasil, a educação é o único caminho para a evolução do Brasil, que “haja luz” nas trevas do obscurantismo, da intolerância e do racismo.

“Mas como o que eu então recordasse me seria fornecido unicamente pela memória voluntária, a memória da inteligência, e como as informações que ela nos dá sobre o passado não conservam nada deste, nunca me teria lembrado de pensar no restante de Combray. Na verdade, tudo isso estava morto para mim.”

Proust

RESUMO

Lançada em 2003 pela UNESCO a Carta de Preservação do Patrimônio Digital acenou para a importância da preservação de dados, de lá para cá esforços vem sendo realizados para estabelecer princípios atrativos que justifiquem investimentos por parte dos governos e instituições para preservação desse tipo de patrimônio, formado sobretudo a partir do processo de adoção de tecnologias digitais de informação e comunicação. Para contribuir com a discussão e compreensão a respeito deste tipo de patrimônio e colaborar com a construção daqueles princípios, este trabalho pesquisou o processo de criação do Acervo da Casa de Memória Transxingu, em Altamira no Pará, um Acervo essencialmente nato digital criado para preservar a cultura a partir do processo de inventariação dos bens culturais da região do médio-baixo Xingu, uma forma de compensar as profundas mudanças que a instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte trouxe à região. Mostramos como se construíram e se concatenaram ao longo do tempo as legislações de preservação do patrimônio cultural e de preservação do meio ambiente afim da preservação da cultura ao determinar a inventariação dos bens culturais da região e detalhamos as fases de idealização, projeção e execução dos processos de construção da Casa de Memória, da inventariação e da montagem do Espaço Museológico destinado a fomentar e preservar o Acervo, discutindo em cada momento pontos importantes a respeito do uso desse tipo de patrimônio como forma de preservação do patrimônio cultural, demonstrando como o patrimônio digital pode preservar o patrimônio cultural se tornando patrimônio digital cultural.

Palavras-chave: casa de memória transxingu, patrimônio digital, patrimônio cultural digital, belo monte.

ABSTRACT

Launched in 2003 by UNESCO, the Charter for the Preservation of Digital Heritage highlighted the importance of data preservation, since then efforts have been made to establish attractive principles that justify investments by governments and institutions to preserve this type of heritage, formed above all from the process of adopting digital information and communication technologies. In order to contribute to the discussion and understanding of this type of heritage and to collaborate with the construction of those principles, this work researched the process of creating the Collection of the Casa de Memória Transxingu, in Altamira, Pará, an essentially digital collection created to preserve the culture from the process of inventorying the cultural assets of the medium-low Xingu region, a way of compensating for the profound changes that the installation of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant brought to the region. We show how the laws for the preservation of cultural heritage and the preservation of the environment were constructed and linked over time in order to preserve culture by determining the inventory of cultural assets in the region and detail the stages of idealization, projection and execution of the processes. of construction of the House of Memory, the inventory and assembly of the Museum Space intended to promote and preserve the Collection, discussing at each moment important points regarding the use of this type of heritage as a way of preserving cultural heritage, demonstrating how digital heritage can preserve cultural heritage by becoming a digital cultural heritage.

Keywords: transxingu memory house, digital heritage, digital cultural heritage, belo monte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Composição de imagens – Antes e depois, imagens de satélite da Volta Grande do Xingu abarcando as cidades afetadas pelo empreendimento, imagem superior, ano 1964, antes da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e inferior, ano 2020, após a instalação da hidrelétrica.....	28
Figura 2 – Composição de imagens – Impactos da construção da UHE Belo Monte, visão ampliada da Volta Grande do Xingu que mostra região alagada, imagem superior, ano 2006, antes da instalação da Hidrelétrica, imagem inferior, ano 2020, após a instalação da Hidrelétrica.....	29
Figura 3 – Foto – Indígena Tuíra, Kayapó, ameaça com um facão o então presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopez	32
Figura 4 – Foto – “Pare Belo Monte” - Região da reta final sendo alvo de protestos contrários à finalização da construção da hidrelétrica.	36
Figura 5 – Imagem – Capas de alguns protocolos de consulta	44
Figura 6 – Captura de tela – Site da Prefeitura de Vitória do Xingu	49
Figura 7 – Captura de tela – Site da Prefeitura de Vitória do Xingu	50
Figura 8 – Desenho – Perspectiva da Casa de Memória.....	61
Figura 9 – Imagem – Frente de um dos folders distribuídos na região.....	70
Figura 10 – Foto – Processo de “escuta” de Maria Zilda Bandeira em Altamira/PA.	75
Figura 11 – Foto – 3º Oficina participativa.	78
Figura 12 – Foto – Terreno da antiga olaria onde foi construída a Casa de Memória Transxingu em Altamira/PA.	87
Figura 13 – Foto – Vista do Complexo Casa de Memória Transxingu construído, com as salas multiuso à direita e o Espaço Museológico no fundo à esquerda.....	88
Figura 14 – Imagem – Capa e página nº 5 do Projeto Expográfico contendo a designação dos ambientes da mostra permanente.....	90
Figura 15 – Ilustração – Projeção Mapeada “Relevo do Xingu”.	92
Figura 16 – Ilustração – Árvore da Vida.....	93
Figura 17 – Ilustração – Caminho das Águas.	93
Figura 18 – Ilustração – Projeção Edificados.....	94
Figura 19 – Ilustração – Projeção e Escultura Soldado da Borracha.....	94
Figura 20 – Ilustração – Diorama do barracão e totem taberna.....	95
Figura 21 – Ilustração – Interface do totem “Ofícios e Modos de Fazer”	95
Figura 22 – Ilustração – Instalação do “Quebra Castanha”	96
Figura 23 – Ilustração – Projeção Celebrações.....	96
Figura 24 – Ilustração – Projeção mapeada sobre escultura. “Transamazônica”	97
Figura 25 – Ilustração – Projeção da animação “Conto do Gateiro”.....	97
Figura 26 – Ilustração – Instalação “Pegue seu ouro”.	98
Figura 27 – Ilustração – “Seringal da Esperança”.	98
Figura 28 – Diagrama de Relações.....	109
Figura 29 – Foto – Vista diagonal do Espaço Museológico da Casa de Memória Transxingu mostrando as fotos retiradas do Acervo sendo exibidas nas janelas.....	120

Figura 30 – Foto – Operário Evaldo dos Santos, filho de Valmir dos Santos, falecido em 21 de dezembro de 2018 cuja história de vida está registrada no Acervo, posa ao lado da foto de seu pai, numa das janelas da Casa de Memória.....	121
Figura 31 – Foto – Mapeamento inicial	122
Figura 32 – Foto – Retocando o “branco” no painel em alto relevo da Volta Grande do Xingu finalizado.	123
Figura 33 – Foto – Sandro Almeida instalando o painel em alto relevo da Volta Grande	123
Figura 34 – Composição de Fotografias – Fase de montagem da Árvore da Vida	125
Figura 35 – Foto – Árvore da Vida finalizada exibindo os videocliques com trechos editados derivados da categoria Histórias de Vida, do Acervo da CMT.....	126
Figura 36 – Captura de Tela – Tela inicial do Totem Lugares	127
Figura 37 – Captura de Tela – Tela de seleção do Totem Lugares	128
Figura 38 – Captura de Tela – Tela da galeria da tela interativa “Lugares”	128
Figura 39 – Recorte da página 86 do Albúm do Estado do Pará 1908, guia para reconstrução em 3D do Forte Ambé.....	129
Figura 40 – Foto da projeção edificadas históricas, projetando o Forte Ambé na montra central do Espaço Museológico da Casa de Memória Transxingu, Altamira/PA.	130
Figura 41 – Foto – Projeção de tipos de edificadas, projetando uma residência da cidade de Altamira/PA, com arquitetura popular com inspiração no modernismo.	130
Figura 42 – Captura de Tela – Interface da tela “Edificadas”. exibindo a categoria “Flutuantes”.	131
Figura 43 – Captura de Tela – Galeria da categoria “Flutuantes” da tela “Edificadas”.	131
Figura 44 – Captura de Tela – Tela inicial do painel Ofícios e Modos de fazer	132
Figura 45 – Captura de Tela – Tela de seleção, Painel ofícios e modos de fazer	132
Figura 46 – Captura de Tela – Tela da galeria do painel Ofícios e modos de fazer.....	133
Figura 47 – Foto – Tela Interativa "Ofícios e Modos de Fazer instalada sob a montra....	133
Figura 48 – Foto da visita ao monumento “Pau do Presidente” em Altamira/PA.	134
Figura 49 – Réplica do “Pau do Presidente” instalada na CMT, obra do artista plástico Francisco Melo, Altamira/PA.	135
Figura 50 – Foto – Projeção mapeada Transamazônica finalizada, exibindo um trecho da entrevista com o Sr. José Pereira de Miranda, parte do Acervo.	135
Figura 51 –Fotografia – Projeção “Celebrações e formas de Expressão” exibindo um videoclipe sobre a Festa de Santo Antônio do município de Vitória do Xingu.	136
Figura 52 – Foto – Esboços dos mastros do Seringal da Esperança.	137
Figura 53 – Fotos – Momento em que crianças indígenas são convidadas a deixarem as marcas de suas mãos no mastro “crianças”, à esquerda Idanise Hamoy, à direita Thaís Sales.....	138
Figura 54 –Foto – Instalação do "Seringal da Esperança"	138
Figura 55 – Foto – Peça "Soldado da Borracha"	139
Figura 56 – Foto – Projeção e Soldado da Borracha.....	140
Figura 57 – Foto – Ambiente Taberna e Tela interativa com game Taberna.....	141
Figura 58 – Gráfico – National Archives and Records Administration (NARA – US).....	146

Figura 59 – Esquema da “Complexidade do OAS”149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela de Metas do Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico	65
Tabela 2 – Tabela com as atividades e metas previstas	67
Tabela 3 – Tabela final do Acervo da Casa de Memória Catalogado.	86

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Área de Diretamente Afetada
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AID	Área de Influência Direta
All	Área de Influência Indireta
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
CCBM	Consórcio Construtor de Belo Monte
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores, passou a ser Engenharia e hoje CNEC WorleyParsons Engenharia S/A
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MPF	Ministério Público Federal
MTDX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA
OEA	Organização dos Estados Americanos
PBA	Plano ou Projeto Básico Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto de Meio Ambiente
UHE	Belo Monte Usina Hidrelétrica de Belo Monte
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
Fetagre	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FVPP	Produzir e Preservar
Cimi Norte II	Conselho Indigenista Missionário

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	19
ESTRUTURA E METODOLOGIA	23
SEÇÃO 1. CONTEXTO HISTÓRICO	26
1.1 De duas, uma... Casa de Memória	26
1.1.2 Considerações	50
1.2 Projetos: da Casa e do Acervo.....	55
1.2.1 Projeto da Casa de Memória	56
1.2.2 Projeto do Acervo Digital.....	62
1.2.3 Considerações	70
SEÇÃO 2. CONSTRUÇÕES – DA MEMÓRIA, DO ACERVO E DA CASA.	73
2.1 A Memória.....	73
2.2 O Acervo	77
2.3 A Casa	87
2.3.1 Projeto Expográfico e Espaço Museológico.....	90
2.4 Considerações.....	99
SEÇÃO 3. PATRIMÔNIO (CULTURAL) DIGITAL COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL AMEAÇADO.....	101
3.1 Relações: Patrimônio, Patrimônio (Cultural) Digital e Patrimônio Imaterial .	103
3.2 Os dados culturais inventariados na região do médio-baixo Xingu são patrimônio cultural digital?	115
3.3 Usos do Patrimônio Cultural Digital do Acervo da Casa de Memória Transxingu no Espaço Museológico e na Internet	119
3.2.1 Personalidades na Janela	119
3.1.3 Árvore da Vida e Todas as vozes	125
3.1.4 Paineis Lugares	126
3.1.4 Projeção Edificações	129
3.1.5 Paineis Edificações	131
3.1.6 Paineis Ofícios e Modos de fazer	132
3.1.7 Projeção Mapeada Transamazônica.....	134
3.1.7 Projeção Celebrações e Formas de expressão	136
3.1.8 Seringal da Esperança	136

3.2 Patrimônio (cultural) digital e preservação digital como preservação de patrimônio cultural ameaçado.....	143
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS.....	159

INTRODUÇÃO. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

No início este trabalho sobre patrimônio digital orbitava em torno do assunto preservação digital tendo como ponto de partida a Carta para Preservação do Patrimônio Digital (UNESCO, 2003) e suas consequências. Ele estudaria uma pressuposta “sensação de permanência” que supostamente emanava do patrimônio digital, uma hipótese primitiva que explicasse o porquê que de os esforços internacionais, para a preservação digital não estivessem tendo sucesso.

Outros documentos do mesmo teor da Carta de 2003 foram elaborados para reforçar a importância desse tipo de patrimônio como a Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital em 2005 e a Declaração da Unesco, “A Memória do Mundo na Era Digital: Digitalização e Preservação” em 2012.

Após um levantamento de qual seria a abordagem ideal a pesquisa foi reestruturada para não digressionar em um universo puramente conceitual e hipotético de conceitos em solidificação, por isso, utilizando de um fato próximo e concreto, a Casa de Memória Transxingu, cujo Acervo é majoritariamente digital, ele abre espaço e desdobra um outro caminho para discutir de forma mais denotativa o “poder” do patrimônio digital como forma de preservação de patrimônio cultural, para a partir daí pensar porquês do patrimônio e da preservação digital, principalmente quando o patrimônio digital está imbuído de informações que representem um patrimônio cultural de uma região.

Essa região compreendida pelo Médio e Baixo Xingu, onde estão os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfirio e Vitória do Xingu (SIQUEIRA et al, 2017); municípios atingidos pela instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no período de 2010 a 2016, cujo processo de

construção foi todo permeado por conflitos sociais e políticos, onde o patrimônio e a paisagem cultural foram transformados definitivamente, convergindo para obras compensatórias, visto que ambas desencadearam processos de remanejamento da população, além da mudança do curso do rio Xingu e em diversas outras características da região desencadearam na imposição de mudanças nos modos de viver dessa população.

Para entendermos o processo de construção do Acervo, o que possivelmente lhe atribui valor, o curso de sua valoração e os motivos para sua provável validação, iniciamos trazendo todo o contexto histórico que culminou com determinação da criação do Acervo e da construção da Casa de Memória Transxingu, no município de Altamira, sudoeste do estado do Pará.

Através de uma pesquisa bibliográfica (Gil, 1991), traçamos a uma linha do tempo que se inicia com o lançamento dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu (CNEC, 1975), documento de prospecção da construção de barragens no Rio Xingu até o ofício responsável por determinar ao Consórcio Norte Energia S/A, construtor de Belo Monte, a realização do inventário dos bens culturais da região e a construção de um espaço para preservação dessas informações.

A todo momento durante esta cronologia destacamos as leis que serviram para a proteção do patrimônio cultural, do meio ambiente e principalmente da participação popular, visto que esse, em nosso entendimento, é o principal motor de validação do levantamento dos bens culturais da região, de onde origina-se o Acervo.

Nosso destaque às legislações nas diversas esferas se dá pela crucialidade dessas diretrizes como ferramentas legais para reivindicar direitos arrolados com a preservação do meio ambiente e a preservação do patrimônio cultural, e mesmo, clamar pela responsabilidade do Estado diante de eventos ordenados por

grandes grupos empresariais, além de serem marcadoras do avanço e conquistas sociais, por parte daqueles que lutam pela preservação do meio ambiente e da cultura.

O acervo digital por sua vez é o resultado de um extenso processo que iniciou na elaboração de diretrizes através do Projeto de Valorização do Patrimônio, incluído no Plano Básico Ambiental de Belo Monte, processo esse que apresentamos e analisamos em sua totalidade, assim discutimos os projetos: da memória, ou seja, com quais conceitos e a partir de quais concepções seria realizado o inventário com a finalidade de registro das informações culturais da região afetada, quais as diretrizes teóricas e conceituais ele iria seguir; do Acervo, com o processo de inventariação e; do Complexo Casa de Memória, ou seja, do projeto do espaço físico responsável por preservar e difundir o acervo com o patrimônio cultural da região através do seu espaço museológico.

Após todo o levantamento apresentamos e discutimos o que foi projetado e o que foi feito de fato, como desenrolou-se o processo de inventariação, e catalogação de todo o acervo, a execução do projeto de construção da Casa de Memória, o projeto museológico, o processo de curadoria e projeto e montagem da exposição de longa duração.

Assim, depois de levantarmos todos os aspectos com respeito a origem do Acervo: o antecedente histórico, com quais conceito foi criado; como veio à tona a partir da inventariação, apresentamos como ficou após o processo de curadoria, seu estágio final. E por fim a preservação e difusão do acervo apresentamos os usos e desdobramento desse no Espaço Museológico da Casa de Memória Transxingu em Altamira.

Desta forma apresentamos um caso concreto de criação e uso de patrimônio digital, e daí extraímos informações que demonstram seu valor e a importância de sua preservação, mostrando que objetos digitais, imbuídos de

informações culturais e criados a partir de processos participativos, recebem atributos que desencadeiam em valor, despertando a necessidade da preservação e todos os esforços arrolados nisso, tanto quanto objetos materiais, tão observados pela legislação e pela sociedade.

ESTRUTURA E METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido em 3 etapas, para efeito de organização cada uma das etapas é apresentada em seções cujos temas possuem introdução, desenvolvimento e considerações.

A seção 1 apresenta a contextualização, um panorama da situação histórico-social, enfocada dentro do escopo deste trabalho, e se desenvolve de forma exploratória, a partir da pesquisa bibliográfica e documental (Gil, 1991), através da análise de documentos textuais disponíveis nos sítios digitais da Eletrobrás, da Norte Energia S/A, do Ministério Público do Pará e de diversas entidades envolvidas com a proteção dos direitos dos Povos Amazônicos, do Meio Ambiente e da Cultura, como: Xingu Vivo, Instituto Socioambiental e Amazônia Real, por exemplo.

Propondo assim, a delineação para uma compreensão do contexto que culminou com a indispensabilidade do levantamento de informações sobre a cultura, para fins de preservação do patrimônio cultural, da região afetada pela construção da Usina Hidrelétrica de Belém Monte, o que posteriormente resultou com o projeto e a construção da Casa de Memória Transxingu.

Em um segundo momento, na seção 2, analisaram-se os trabalhos do Plano Ambiental Básico (PBA), no seu Volume III, Tomo 2, Item 9 – Plano de Valorização do Patrimônio, elaborado por uma equipe multidisciplinar da Norte Energia S/A, donde saíram todas as diretrizes que resultaram na realização do levantamento dos bens culturais da região do Xingu afetada por Belo Monte, na realização de oficinas participativas com os povos afetados pela construção da barragem e nas demais compensações voltadas para questão cultural da região.

Nesta fase analisamos a Tese de Doutorado de Paulo Cássio de Moraes Gonçalves: “Projeto participação como garantia de apropriação e regionalização

de casas de memória de compensação socioambiental de usinas hidrelétricas”, de 2015. Gonçalves foi o responsável pelo projeto arquitetônico da Casa de Memória e, discute a participação como garantia de apropriação e regionalização da Casa de Memória, avaliando o processo de projeto participativo, expondo os desafios, limites e dificuldades, pretendendo mostrar a Casa de Memória e o Acervo como uma possibilidade desejável de compensação para a população.

Ainda, examinamos a Dissertação de Mestrado de Carlos Eduardo Reinaldo Gimenes: “...estou preocupado com o antes e o durante e o depois: narrativas e experiências de atingidos por Belo Monte, de 2018, que estudou a experiência das populações diante dos impactos do empreendimento no que concerne ao seu modo de vida, tradição e cultura. Gimenes foi coordenador das oficinas participativas realizadas com as comunidades nos municípios afetados por Belo Monte, e esteve presente até o fim do projeto arquitetônico.

Adiante estudamos os seguintes documentos, elaborados pela então consultora e coordenadora da equipe de museologia Idanise Sant’ana Azevedo Hamoy: o Plano Museológico (2015a), documento guia para definição gerais (instituição, operação, missão, visão, valores etc.) das então Casas de Memória; o Manual de Aquisição e Documentação da Casa de Memória Transxingu (2015b), guia para catalogação e criação do Acervo da Casa de Memória e o Projeto Expográfico (2015c), cujo objetivo foi apresentar os conceitos usados na expografia¹ e a proposta curatorial, definindo os ambientes da mostra de longa duração do Espaço Museológico da Casa de Memória.

Além daqueles, pesquisamos outros documentos e relatos gerados pela equipe de pesquisadores envolvidos diretamente com o levantamento de dados e informações sobre a Cultura da região contemplada pelo PBA, através dos

¹ A expografia é a parte das atividades dos museus que visa à pesquisa de uma linguagem e de uma expressão fiel na tradução de programas de uma exposição. Ela abrange os aspectos de planejamento, metodológicos e técnicos para o desenvolvimento da concepção e a materialização da forma na comunicação com o público. – (IBRAM)

trabalhos de campo, das oficinas participativas e do projeto da Casa de Memória, todos devidamente citados, objetivando entender demais contextos envolvidos na criação do Acervo da Casa de Memória.

Na seção 3, apresentamos através de uma pesquisa explicativa Gil (2007, p. 43), partindo da revisão bibliográfica de livros, documentos e artigos, associados ao referencial teórico disponível sobre Patrimônio Cultural e Patrimônio Digital, uma discussão e considerações sobre as diversas fases do trabalho para apresentar uma síntese de como um patrimônio digital, o Acervo da Casa de Memória, pôde se tornar um Bem Cultural da Região do Xingu, em decorrência de patrimônio cultural perdido e o desmonte da paisagem cultural, as circunstâncias desse acontecimento e a questão da preservação digital.

SEÇÃO 1. CONTEXTO HISTÓRICO

1.1 De duas, uma... Casa de Memória

Esta subseção pretende apresentar uma síntese do contexto histórico que antecedeu a construção do Acervo e da Casa de Memória Transxingu, partindo desde o momento de prospecção das barragens até a finalização da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte apontando os principais acontecimentos sociopolíticos tendo como foco acontecimentos que, acredita-se, constituírem-se importantes para o entendimento do processo de construção da legislação que viabilizou a participação popular na tomada de decisões que envolvem o meio ambiente e, portanto, a cultura imbuída nele, já que o espaço social gerado pelo homem tem como base o espaço natural, lugar onde ocorrem as práticas sociais (Bomfim, 2007).

Visa apresentar também, como se construiu ao longo do tempo a legislação que concedeu alguma voz aos cidadãos, tornando os processos de licenciamento ambiental, e tudo o que eles significam, ou melhor, representam, mais participativos e democráticos, sendo esse um dos pontos primários para o levantamento, a criação e a validação do Acervo da Casa de Memória, principalmente no que concerne sobre a legitimação ou chancela do povo afetado pelo empreendimento ao que de fato é importante para si.

Mostrará também como as leis de proteção cultural foram essenciais para o endurecimento do processo de obtenção de licenças ambientais e para a previsão da mitigação ou da compensação dos impactos causados por empreendimentos.

Para efeito, neste trabalho, ao ler-se, **meio ambiente**, entenda-se o conceito de meio ambiente dado na Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, de 1972, que diz:

“...é o conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, em um prazo curto ou longo, sobre os seres vivos e as atividades humanas.”

E também pelo estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente, através da Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981, que diz: *“meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”*.

Ao ler-se também, **impacto ambiental**, estaremos nos referindo ao conceito trazido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), na resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986, que diz:

Art. 1º ...considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

Esclarecemos esses conceitos não somente para fins de argumentação, mas também para a contextualização temporal, visto que o início do processo que terminou com a construção da UHE Belo Monte foi anterior ao do estabelecimento dessas diretrizes.

Figura 1 – Composição de imagens – Antes e depois, imagens de satélite da Volta Grande do Xingu abarcando as cidades afetadas pelo empreendimento, imagem superior, ano 1964, antes da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e inferior, ano 2020, após a instalação da hidrelétrica



Fonte: Autor através do Google Earth.

Figura 2 – Composição de imagens – Impactos da construção da UHE Belo Monte, visão ampliada da Volta Grande do Xingu que mostra região alagada, imagem superior, ano 2006, antes da instalação da Hidrelétrica, imagem inferior, ano 2020, após a instalação da Hidrelétrica.



Fonte: Autor através do Google Earth.

Inaugurada oficialmente no dia 27 de novembro de 2019 com a ativação de sua 18ª e última turbina, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) entrou em funcionamento em abril de 2016, entretanto, sua “pedra fundamental” foi lançada em 1979 com a entrega de um relatório técnico, fruto da produção de um documento chamado “Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu”, produzido pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC), uma empresa de consultoria paulista, que segundo Fearnside (2017), foi comprada pela Construtora Camargo Corrêa ainda durante o estudo, esse iniciado no ano de 1975, período vigente da ditadura militar do Brasil (1964-1985).

Em suma, o Inventário apontava a capacidade instalada (limite máximo de produção) em megawatts, a área total (m²), a energia “firme”², a área a ser inundada (o impacto direto, principalmente em terras indígenas) e o custo em dólares.

Esse Inventário, examinou 47 sítios de barramento ao longo do Rio Xingu, identificando 14 com maior potencial, ficando 8 com prioridade para análise (Switkes, 2007), 6 segundo Fearnside (2017). A UHE Belo Monte foi a consequência do Inventário numa de suas projeções, quando versou sobre o aproveitamento único do Xingu através do “Complexo Babaquara e Kararaô” (ou Complexo de Altamira), que deu origem a atual Belo Monte.

A problemática desse relatório é que ele não incluía como critério questões socioambientais, tópico trazido à tona após a revisão do mesmo, em 2007, em um novo documento denominado “Atualização do Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu”, apresentado pela Eletrobrás através de uma apresentação em Powerpoint, visto que, segundo Fearnside (2018) o documento em si, não foi liberado propriamente, o novo documento diz:

² **Energia Firme** corresponde à máxima produção contínua de energia que pode ser obtida supondo a ocorrência da sequência mais seca registrada no histórico de vazões do rio onde está localizada.

“No inventário de 1980 foram definidos como efeitos indiretos para as reservas indígenas as consequências sofridas sem que a barragem, nem o reservatório, atingissem fisicamente as áreas em questão. Os possíveis efeitos indiretos mencionados ocorreriam no caso de rompimento de vias de comunicação ou acesso; devido à construção de estradas em territórios indígenas e às pressões políticas e sociais sobre os territórios indígenas para abrigar grupos desalojados pelos alagamentos. Interessante notar que não houve nenhuma menção explícita sobre os efeitos das construções das usinas e dos reservatórios sobre a biodiversidade local e, consequentemente, sobre a caça, pesca e modos de vida das comunidades indígenas em geral.”.

(Eletrobrás et al. 2007, p. 1-54)

Mesmo assim, em 1988, o Relatório foi aprovado pelo extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). Nesse mesmo ano ocorreu um simpósio sobre manejo adequado de florestas tropicais nos Estados Unidos da América, onde Paulinho Paiakan (ou Paiakã), liderança Kayapó, denunciou o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) por financiar projetos no Rio Xingu que iriam inundar mais de sete milhões de hectares e expulsar 13 grupos indígenas de suas terras (Xingu Vivo, 2012). Aqui, cabe ressaltar que, a Constituição Brasileira de outubro de 1988, no Artigo 231, parágrafo 5, versa que: “É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, (...) em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população (...) garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.”; e que isso não resultou em nenhuma mudança imediata nos planos das barragens (Fearnside, 2017).

Um ano depois desse episódio, em 1989, ocorreu o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu ou o “Encontro de Altamira”, ou ainda a “Manifestação de Altamira”, um evento de discussão que teve a participação de cerca de 3 mil pessoas, onde 650 dessas eram indígenas. Esse evento foi um protesto massivo contra a construção das barragens planejadas pela Eletronorte no Rio Xingu.

O Encontro foi organizado pelos caciques Paulinho Paiakan, Raoni Metuktire, Ailton Krenak e Marcos Terena, com o auxílio de ONGs (Organizações

não-governamentais) e movimentos ambientalistas. Adquiriu uma notoriedade inesperada, atraindo não somente outros movimentos sociais e ambientalistas, mas a mídia nacional e internacional (Xingu Vivo, 2012), principalmente após Tuíra, uma mulher da etnia Kayapó, tocar o rosto do então diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, com a lâmina de seu facão e bradar “Tenotã-mo”, grito de guerra Kayapó. A fotografia do gesto ganhou mídia internacional e foi manchete dos principais jornais do mundo como ilustra a figura 3.

Figura 3 – Foto – Indígena Tuíra, Kayapó, ameaça com um facão o então presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopez



Fonte: Protásio Nene / Agência Estado (1989)

O Encontro de Altamira foi o passo inicial para que cessassem a tomada de decisões na Amazônia sem a participação dos indígenas, os maiores prejudicados, um direito constitucional, como veremos mais afundo adiante, já que eram as suas terras que seriam inundadas pela construção das então hidrelétricas.

Um dos maiores efeitos do Encontro foi o mal-estar causado ao BIRD e aos credores internacionais, tanto que o Banco Mundial desistiu à época, quando o primeiro EIA (Estudo de Impacto Ambiental) estava sendo preparado pela

Eletronorte (em 2002), o corte dos recursos internacionais fez o governo brasileiro colocar o projeto em espera (Hochstetler, 2011, p. 358).

Fearnside (2018) diz que o impacto da Manifestação de Altamira serviu de inspiração para ONGs e vítimas de grandes empreendimentos Brasil afora tomarem posição contra grandes projetos de construção, caso contrário seria um processo mundial imparável.

Devido a esses acontecimentos, a Eletronorte modificou o nome Kararaô para Belo Monte e fez um anúncio que muitos interpretaram como a desistência do projeto das barragens, quando na verdade, apenas o retirou do Plano 2010 (Fearnside, 2018).

O Plano Nacional de Energia Elétrica 1987-2010, Plano 2010, foi criado em 1986 como revisão do Plano 2000, e incluiu os recursos hídricos da Amazônia e também introduziu a necessidade do licenciamento para atividades que afetassem o meio ambiente através do estudo de impacto ambiental e o respectivo “Relatório de Impacto Ambiental EIA-Rima” (Mercedes et al, 2015).

Esse Plano previa a construção de 165 usinas hidrelétricas até 2010, sendo que 40 delas seriam na Amazônia, ficando o aproveitamento do Rio Xingu como o maior projeto nacional (Xingu Vivo, 2012).

Como revela a história, os interessados na construção das barragens não desistiram e, em 1990, a Eletronorte enviou ao DNAEE o Estudo de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, a antiga Kararaô, pedindo a aprovação e a concessão (Xingu Vivo, 2012), porém, devido aos movimentos ambientalistas, indígenas e sociais, que se opunham à implementação da barragem, principalmente após o folego recebido na manifestação do ano anterior, os estudos foram suspensos (Fearnside, 2018).

Um importante adendo levantado por Carvalho (2006, p. 260) é que com a saída do Banco Mundial do cenário da campanha antibarragem a campanha perdeu força em pressionar o governo e somando-se a isso a crise de energia do

“Apagão” de 2001, tornou-se fácil argumentar que as represas na Amazônia eram necessárias para a nação, embora, segundo Rosa (2001), a crise tenha se derivado principalmente por má gestão energética.

De 1975 até 2018, inúmeros estudos, inventários, relatórios, processos, protestos e embargos ocorreram, porém, como visto, nada capaz de deter o “progresso”. Ao que tudo indica, “progresso” ensejado pelo governo federal e seu plano para eletrificação da Amazônia, conforme expôs o Ministério do Meio Ambiente (2007):

“O Brasil precisa de uma usina como de Belo Monte para seguir crescendo de forma sustentável. Para alcançar as metas de crescimento anual de 5% do PIB nos próximos 10 anos, bem como de erradicação da pobreza e melhor distribuição de renda, o país precisará instalar, a cada ano, cerca de 5.000 MW de capacidade adicional. Com base no consumo anual por domicílio, a energia média produzida pela usina de Belo Monte atenderá a 18 milhões de residências (60 milhões de pessoas)” [...]

Algo que já vinha sendo trabalhado desde o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), pois segundo Ramos (2019) com a então denominação de “Belo Monte”, o projeto foi remodelado para se mostrar palatável aos ambientalistas e principalmente aos investidores, pois diminuiria o reservatório da usina (área a ser alagada) de 1.225 Km² para 400 Km², e assim foi apresentado novamente a sociedade em 1994, além de figurar como uma obra estratégica dentro do programa governamental “Avança Brasil” (Plano Plurianual 2000-2003).

Em 2002, uma carta foi enviada ao presidente FHC pela Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagre) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi Norte II) pedindo a suspensão de todas as obras de grande impacto na Amazônia até que houvesse uma discussão séria e a participação da sociedade local (Xingu Vivo, 2012).

Na época, o então candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, trouxe em seu plano de governo, como quinto caderno temático: “O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil”, cujo o mesmo afirmava:

“...a matriz energética brasileira, que se apoia basicamente na hidroeletricidade, com mega obras de represamento de rios, tem afetado a Bacia Amazônica... Considerando as especificidades da Amazônia, o conhecimento fragmentado e insuficiente que se acumulou sobre as diversas formas de reação da natureza em relação ao represamento em suas bacias, não é recomendável a reprodução cega da receita de barragens que vem sendo colocada em prática pela Eletronorte”. (p. 14-15)

Após sua eleição em 2003, com a nomeação de Luiz Pingueli Rosa à presidência da Eletrobrás, o projeto entrou novamente em discussão, desta vez com foco em desenvolvimento econômico e social para o entorno. Assim, retomando os estudos de impacto ambiental, dentro do que previa o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

O que era de se esperar segundo Ramos (2009), era:

“que a decisão do governo Lula sobre a barragem de Belo Monte levasse em consideração a complexidade da obra e da região, alterando o modo padrão pelo qual as obras de engenharia vêm sendo historicamente planejadas e executadas na Amazônia. Para isso, a adoção de instrumentos de planejamento deveria servir de base à tomada de decisão sobre a viabilidade e pertinência das obras. Mas não foi essa a opção do governo federal”

Segundo Ramos, houve inúmeras inconsistências e contradições em todo o processo além de informações extremamente desconstruídas entre o IBAMA, a FUNAI, o Ministério de Meio Ambiente e as outras partes envolvidas, conforme exemplifica Ramos ao citar uma entrevista dada pelo então presidente do IBAMA, Roberto Messias Franco, ao jornal Valor Econômico, no dia 5 de outubro de 2009, quando disse que nenhuma contribuição ou questionamento sobre Belo Monte havia sido entregue, sendo que movimentos sociais e cientistas protocolaram cerca de 230 páginas de análises críticas sobre Belo Monte (Ramos, 2019).

Vários episódios de embate se arrastaram até o fim da construção de Belo Monte como expõe Switkes (apud Eletrobrás et al, 2007, p. 1-6):

“desde o início dos estudos, em setembro de 2005, até praticamente a sua conclusão, o Poder Judiciário deferiu diversas liminares interpostas que impediram a realização dos serviços complementares de campo”.

Inúmeras ações impetradas no Ministério Público Federal do Pará somadas ao bloqueio de estradas, protestos em canteiros de obras e diversas outras ações que ultrapassaram o estado do Pará, e que Brasil afora pediam: “pare Belo Monte”; como mostra a figura 4.

Figura 4 – Foto – “Pare Belo Monte” - Região da reta final sendo alvo de protestos contrários à finalização da construção da hidrelétrica.



Fonte: Mario Tama/Getty Images

Por fim, em 2005, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.785/05 aprovado pela Câmara dos Deputados autorizou a implantação da Hidrelétrica de Belo Monte, contudo, sem que primeiramente as comunidades indígenas locais atingidas fossem ouvidas conforme dita a Constituição Federal quando versa:

Art. 231 – § 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, *ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra*, na forma da lei. (grifo nosso)

Condição agravada após uma semana, com aprovação do “mesmo” projeto pelo Senado, condição necessária constitucionalmente, desta vez denominado PDS nº 343/05, novamente sem que as comunidades atingidas fossem ouvidas (Xingu Vivo, 2012).

Em 2006, a Justiça Federal de Altamira suspende o processo de realização do EIA (Estudo de Impacto Ambiental), por prosseguir sem que os povos indígenas fossem ouvidos. Suspensão que é invalidada um ano depois pelo mesmo órgão ao julgar improcedente o pedido do Ministério Público Federal (MPF) para anulação do licenciamento, decisão que segundo o Xingu Vivo (2012), abriu um precedente negativo afirmando que o Congresso Nacional autorize a implantação de hidrelétricas sem a consulta aos povos afetados.

Dois anos depois, em 2008, acontece o “Encontro Xingu Vivo para Sempre” que conta com a presença de populações indígenas e ribeirinhas somadas à ONGs, movimentos sociais, pesquisadores e especialistas.

Durante o encontro, 19 anos depois do 1º Encontro de Altamira, os indígenas entram confronto com os representantes a favor de Belo Monte, e no meio da confusão, o coordenador do estudo de inventário, Paulo Fernando Rezende recebe um corte no braço. Após o evento foi divulgada uma carta que expunha as ameaças ao Xingu e apresentava um projeto de desenvolvimento da região, exigindo às autoridades sua implementação (Xingu Vivo, 2012).

Finalmente, em 2009, realizam-se audiências públicas sobre a UHE Belo Monte nas cidades de Altamira, Belém, Brasil Novo e Vitória do Xingu, entretanto o EIA finalizado só foi disponibilizado dois dias antes das audiências, o que fez com que as lideranças não tivessem tempo para uma análise apurada. O MPF solicita ao IBAMA a realização de mais 13 audiências, pois, segundo estudos preliminares, 66 municípios e 11 Terras Indígenas seriam afetadas. A Justiça Federal suspende o licenciamento e determina as novas audiências, entretanto, um dia depois a liminar foi derrubada.

A Hidrelétrica de Belo Monte foi considerada a maior obra do Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal nos governos Lula-Dilma (2003 até 2016), e em 2010 o IBAMA, apesar de reconhecer questões não esclarecidas sobre os impactos da obra, mas cedendo às pressões da Presidência da República (Xingu Vivo, 2012), concedeu a Licença Prévia (nº 342/2010) que por fim permitiu ao governo o leilão da usina, quando entra no cenário o Consórcio Norte Energia S/A (NESA), vencedor do leilão que concedia uma área total de 3.536,2587 hectares para desapropriação de propriedades privadas em áreas consideradas indispensáveis (Defensoria do Pará, ?).

Uma licença de um ano dada pelo IBAMA em 2011 deu início às obras de infraestrutura que antecedem a construção da Usina de Belo Monte. Segundo o Xingu Vivo (2012) nesse ano o Consórcio Norte Energia mesmo apresentando grandes dificuldades para cumprir as condicionantes, ou seja, as medidas para mitigação e compensação dos impactos, impostas anteriormente pela Licença Prévia, recebeu do então presidente substituto do IBAMA, Américo Ribeiro Tunes, uma “licença parcial” de instalação que permitiu avanços na construção de alojamentos e outros canteiros de obras, seguida de uma autorização que permitiu a eliminação de 238,1 hectares de vegetação, dos quais, 64,5 hectares estavam dentro de uma Área de Preservação Permanente (APP).

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) requereu ao governo brasileiro que as obras fossem suspensas até que as pendências constitucionais com os povos indígenas fossem atendidas, ao que o governo reagiu contra, liberando em maio de 2011 a licença para construção definitiva. Nesse mesmo ano os movimentos sociais e indígenas promoveram no maior canteiro de obras da usina (sítio Belo Monte) uma ocupação, rechaçada pela Justiça Estadual que determinou a retirada dos manifestantes do local.

Em 2012, avançou-se com as obras da Hidrelétrica, inúmeros problemas e irregularidades foram noticiados até mesmo problemas trabalhistas com a ocorrência de greve geral por parte dos operários, devido a baixos salários, falta de equipamentos de proteção, morte de um trabalhador e desvios de função (Conceição, 2014, p. 45).

Para descrever mais adentro a conjuntura social e sintetizar o quão árduo foi o processo de diálogo entre as partes, tanto por aqueles que eram a favor da implementação da Usina, quanto aos que eram contrários, apresentaremos duas falas que representam, de maneira geral, o quão dissonante foi a visão das duas partes.

Partimos então da fala de Felício Pontes Júnior, então procurador da República no Pará, publicada em um artigo especial para o G1 Natureza, em 15 de abril de 2011, publicada também em seu blog especializado no assunto (belomontedeviolencias.blogspot.com), que ilustra a tensão entre as partes dissonantes durante certo momento da construção da UHE Belo Monte:

“A ‘licença parcial’ dada pelo IBAMA para instalação dos canteiros de obras da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, foi inventada, não está prevista na legislação. Ela é mais um capítulo da tragédia de erros sem fim, há mais de dez anos. Para implementar o projeto, o governo federal vem ignorando as leis e pesquisas sobre a viabilidade econômica, sobre os impactos socioambientais e sobre alternativas de geração de energia cada vez que entraram em cena violações à lei, ao meio ambiente e a comunidades tradicionais na Amazônia, foi preciso que o Ministério Público Federal (MPF) levasse os casos à Justiça. A ação civil pública contra a criativa expedição da “licença parcial” foi a décima ajuizada. Por dez vezes foi preciso avisar à Justiça e a toda a sociedade que o desrespeito à legislação é gritante. “O rei está nu e só o governo não quer ver.” (Pontes Júnior, 2011)

Em contraste, apresentamos a fala de José Antônio Munis Lopez, então diretor de transmissão da Eletrobrás na época, também publicada em um artigo especial para o G1 Natureza em 15 de abril de 2011:

“Tão grande evolução só foi possível graças aos debates dos mais diversos atores envolvidos levados a cabo durante três décadas. Num belo exercício de democracia participativa, foram promovidas 12 consultas públicas, 10 oficinas com a comunidade, quatro audiências públicas e 15 fóruns técnicos, além de dezenas de reuniões com prefeitos, vereadores e líderes empresariais e comunitários da região do Xingu. No mesmo período, foram ouvidas diretamente 5.328 famílias e realizadas 10 palestras em escolas de ensino fundamental e médio, para cerca de 530 alunos.”

As duas falas poderiam sintetizar o quão melindroso foi o processo de diálogo entre os diversos atores envolvidos, este trabalho não abrange a imensidão desses acontecimentos, mas os pincela para contextualizar o momento social em que se suscitou a construção da Casa de Memória como forma de compensação.

Como vimos, no relatório do Ministério de Minas e Energia de 2007 o governo federal deixou claro sua postura com relação às políticas energéticas, mesmo estando diante de discussões, documentários, textos e outras fontes de informação contrárias a Belo Monte, como bem ilustrou a fala do Sr. Pontes Júnior.

Algo reiterado por Gonçalves (2015, p. 9) quando diz: “O denominador comum dos que criticam o empreendimento é justamente a postura federal em aprovar o licenciamento ambiental da UHE Belo Monte pulando etapas, fazendo “vista grossa” e atropelando procedimentos.”

Gonçalves (2015, p. 11) aponta que o longo processo de desenvolvimento da UHE Belo Monte foi todo permeado de política, mas que tanta discussão e discórdia, permitiram a revisão de leis e a adoção de novos procedimentos dentro dos processos de Licenciamento Ambiental.

A construção da Belo Monte foi um marco nas discussões sobre impactos ambientais e em todo o seu processo corroborou para o desenvolvimento de leis, normas e diretrizes que endureciam o processo de Licenciamento Ambiental, o que segundo o Ministério do Meio Ambiente é:

...procedimento administrativo pelo qual o IBAMA licencia a localização, instalação, ampliação e operação de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso; (Portaria Interministerial Nº 419, de 26 de outubro de 2011)

E,

“é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente e possui como uma de suas mais expressivas características a participação social na tomada de decisão, por meio da realização de Audiências Públicas como parte do processo.” (Ministério do Meio Ambiente, ?)

Ao analisar as raízes das legislações de proteção e preservação do meio ambiente, que concorreram e culminaram para a determinação e o cumprimento de compensações, como é o caso do levantamento das informações culturais da região afetada por Belo Monte e da Casa de Memória, encontramos o primeiro grande aporte legislativo de proteção no conceito de Patrimônio Histórico que constava no Decreto-Lei de nº 25, de 30 de novembro de 1937, que diz:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (Brasil, 1937)

Ou seja, o decreto já falava de **valores** como o interesse público e fatos: históricos, arqueológicos e etnográficos, por exemplo; além de trazer o tombamento, que em suma, é o registro para proteção de sítios e paisagens (IPHAN, 2014).

Somado ao Patrimônio Histórico, temos, na Constituição de 1988 o Artigo 216 que apresenta o conceito de Patrimônio Cultural Brasileiro que além de sua defesa propõe a participação da sociedade na sua proteção:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (Brasil, 1988).

Aqui, percebemos o lançamento de pilares de reforço democrático sobre o Patrimônio Cultural e o compartilhamento da tarefa de proteção e acautelamento do patrimônio cultural brasileiro entre o Poder Público, ou seja, o “Conjunto dos órgãos por meio dos quais o Estado e outras pessoas públicas exercem suas funções específicas. O poder do Estado, pelo qual ele mantém a própria soberania. O governo.” (Câmara do Deputados, ?) e a comunidade.

Em 1994, outra lei trouxe a importância da participação popular na tomada de decisões com relação ao meio ambiente e também com relação ao direito à informação. É a lei estadual, nº 5.877, de 21 de dezembro 1994, que diz:

No Art. 1º - A participação popular em todas as decisões relacionadas ao meio ambiente e o direito à informação sobre esta matéria, conforme estabelece o Art. 253 da Constituição Estadual dar-se-á:

I. através do órgão colegiado específico, onde fica assegurada a participação majoritária da sociedade civil;

II. através de audiências públicas, assegurada a livre manifestação da população e o acesso a todas as informações sobre o assunto, objeto da referida audiência;

III. através de plebiscito.

Art. 2o - As pessoas, físicas ou jurídicas, de direito público ou privado que detenham informações relacionadas ao meio ambiente, deverão, obrigatoriamente, promover as condições necessárias para que o público tenha acesso às mesmas, obedecendo as normas e os critérios definidos pelo órgão colegiado específico de que trata o inciso VIII do Art. 255 da Constituição Estadual.

Aqui cabe evidenciar também, ainda a respeito da participação e consulta as comunidades, sendo estas indígenas, tradicionais, quilombolas, agroextrativista etc. sobre a existência do Protocolo de Consulta e Consentimento Livre Prévio e Informada, que é um conjunto de regras aprovadas pela comunidade, para guiar as autoridades públicas no processo de Consulta, seu intuito é garantir direitos, dentre esses, principalmente o de livre determinação de condução do processos pela comunidade, assim como o de garantir o direito de consentir ou não a execução de medidas legislativas ou administrativas que afetem a comunidade (GOMES et al., 2019).

Esse direito foi inicialmente previsto internacionalmente no ano de 1989, através da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, OIT, cujo Brasil incluiu em sua legislação nacional, através da ratificação pelo Congresso no ano de 2002, entrando em vigor um ano depois, em 2003.

Em suma, a Convenção de 169 reconhece o direito dos povos indígenas e demais grupos tradicionais a decidir suas prioridades no que concerne sobre suas crenças vidas, territórios, instituições e bem estar espiritual, e determina que os governos signatários têm a obrigação de realizar consultas de boa-fé, respeitando as instituições representativas dos povos e comunidades tradicionais, afim da obtenção do seu consentimento livre, prévio e informado especialmente em casos que exploração mineral, de águas e de outros recursos naturais em suas terras, essa obrigação se aplica a todas as esferas de governo: municipal, estadual e federal (International Rivers, 2020).

Figura 5 – Imagem – Capas de alguns protocolos de consulta



Fonte: Internacional Rivers, 2020.

A organização Internacional Rivers, no documentário “Protocolos de Consulta: Instrumento para a Defesa de Territórios e Direitos”, de 2020, alega que em muitas situações, houve diversas vezes a tentativa de caracterizar audiências públicas, praxe no processo de licenciamento ambiental, como processos de consulta prévia, no entanto, ambos são processos diferentes, já que audiências públicas são abertas a toda a sociedade e houve casos que essas aconteceram após tomada de decisões políticas.

Por isso, surgiu principalmente dentro do movimento indígena, a ação de não somente lembrar o governo de suas obrigações, como de mostrar de que modo o processo de consulta e consentimento, livre, prévio e informado deve ser realizado dentro da cultura de cada povo, mostrando ao governo o caminho respeitoso para diálogo com as comunidades.

De outra forma, a Lei nº 10.257, de julho de 2001, propõe a participação popular na produção do Plano Diretor das cidades, o que proporcionou à cidade de Altamira a observação desse item, a participação popular, na construção de seu próprio Plano Diretor.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito à cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – *gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;*

III – *cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;*

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; (Grifo nosso).

Adiante, o Plano Diretor de Altamira propôs, já baseado no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Belo Monte que:

... deverá ocorrer por meio da melhoria das condições de acesso às embarcações, e da reurbanização da Av. João Pessoa, com a constituição de um eixo de atividades de recreação, lazer e cultura ao longo da orla, junto ao restauro dos edifícios de relevância histórica e arquitetônica. (EIA UHE Belo Monte, Vol. 33, item 12.10.1)

Versando sobre a definição do local onde se instalaria a Casa de Memória Transxingu de Altamira.

Outro decreto de suma importância foi o de nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que assenta a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, alargando a noção dos povos abrangidos e afirmando a pluralidade étnica e a diversidade cultural na Amazônia:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Uma necessidade, já que Belo Monte não afetaria somente os indígenas, já que o panorama social havia se modificado bastante, desde os primeiros estudos de impacto, Esterci (2012) exemplifica do que se tratam “Povos e Comunidades Tradicionais”:

“São povos indígenas, remanescentes de quilombos, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, ciganos e outros povos e comunidades com histórias, modos de vida e tradições culturais, práticas econômicas e religiosas, conhecimentos e identidades coletivas distintas.”

Em 2009, através da portaria nº 127, o IPHAN estabelece o conceito de Paisagem Cultural:

Art. 1º Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Parágrafo único. A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico.

Baseado nesse conceito, o IPHAN, através do ofício nº 111/09, “inclui” no Plano Básico Ambiental da UHE Belo Monte a construção de duas casas de memória para a compensação socioambiental devido à construção da Usina, ação que em seguida foi solidificada pelo então gerente do Patrimônio Arqueológico e Natural, senhor Rogério José Dias através de um ofício ao então diretor de engenharia da Eletrobrás, senhor Valter Luís Cardeal de Souza, especificando as condicionantes inseridas no programa 9 do PBA (Plano Básico Ambiental) da Belo Monte, documento pelo qual surgiu de fato a Casa de Memória Transxingu:

OFICIO N 111/09 - GEPAN / DEPAM / IPHAN

BRASILIA 25 DE JUNHO

ASSUNTO: Relatório de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.

Em resposta a CTA-DE-4820/2009 - Circular de 20/05/2009 tem licença prévia junto ao IBAMA para as Licenças de implantação e operação, é necessário o atendimento das seguintes condicionantes:

4) realização de inventário do patrimônio histórico cultural da área, caracterizando o patrimônio natural quando estiver ligado a formas específicas de apropriação cultural (cultos, rituais, festejos, etc.) bem como os movimentos culturais e festas tradicionais e apresentação de medidas de

preservação ou proteção dos mesmos;

5) Realização de estudo etno-histórico da cultura material e imaterial dos povos indígenas e populações ribeirinhas que ocupam / ocuparam a região, incluindo as áreas diretamente afetadas no município de Altamira;

7) Realização de projeto de implantação de duas casas de memória (uma em Altamira e outra em Vitória do Xingu) para preservação do acervo recolhido durante as pesquisas arqueológicas e etno-históricas e da cultura imaterial dos povos pretéritos e atuais, principalmente indígenas e ribeirinhos, com destaques para a preservação dos modos de fazer tradicionais das áreas de influência direta e indireta do empreendimento;

8) Elaboração de um programa para disponibilizar na Internet os resultados decorrentes dos estudos, acessíveis às comunidades do entorno, em salas especiais localizadas nas casas de memória a serem implantadas desenvolvimento de um Programa de Inclusão Digital de forma que as comunidades da área de influência direta do empreendimento tenham condições de acessar os estudos supracitados.

Informo que tais exigências são imprescindíveis para o processo de Licenciamento Ambiental do empreendimento em epígrafe possa garantir, também, que o patrimônio cultural presente no local possa ser protegido.

Esse ofício, embasado pelo conceito de paisagem cultural, foi o percurso final no trajeto de nascimento das então, duas casas de memória e do levantamento das informações culturais da região, visto que a paisagem seria extinta fazendo com que a memória da população perdesse principalmente as referências físicas.

Ainda, como fortalecimento da participação popular a Constituição do Estado do Pará em seu artigo 253, de 20 de dezembro de 2011, em casos onde há decisões relacionadas com o meio ambiente, diz: “Art. 253. É assegurada a

participação popular em todas as decisões relacionadas ao meio ambiente e o direito à informação sobre essa matéria, na forma da lei."

Somente uma das casas de memória, a da cidade de Altamira, no Pará, foi construída, e atualmente, 2022, está em funcionamento, suas instalações ficam situadas às margens do Rio Xingu, na orla, na Avenida João Pessoa, no Centro de Altamira.

A outra casa de memória que seria construída em Vitória do Xingu foi cancelada, e todos os trâmites que explicam ou justificam esse acontecimento foram internos e não ganharam publicidade, encontramos uma reportagem em um blog chamado "Blog do Xarope", reproduzida em outros dois sites da região "Quarto Poder" e "Blog do JK", vamos pô-la na íntegra para fins históricos:

Casa Regional da Memória em Vitória do Xingu já tem espaço definido.

"Um espaço para a integração da história dos cinco municípios impactados pela UHE Belo Monte".



(Foto da direita à esquerda; Ao lado do Chefe de Gabinete, o Secretário Washington Queiroz apresenta a localização do espaço escolhido. Ao lado, Carlos Gimenes da Scientia Consultoria Científica (SP).

No dia 21 de junho, a equipe do Governo Municipal de Vitória do Xingu, representada pelo chefe de Gabinete, Johnmy Ferreira, o Secretário de Planejamento, Orçamento, Tributação e Finanças, Washington Queiroz, representantes da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer e a Coordenadora Municipal de Cultura, se reuniram com a equipe da Scientia Consultoria Científica, responsável pela execução do programa de estudo, preservação, revitalização e valorização do patrimônio histórico, paisagístico e cultural, referente à construção da Casa Regional

da Memória em Vitória do Xingu. A construção desse espaço cultural é parte integrante do Plano Básico Ambiental a ser cumprido pela Norte Energia durante a fase de instalação da hidrelétrica Belo Monte, determinado pelo IPHAN em junho de 2009.

Embora ainda não haja um projeto definido, uma vez que o programa arquitetônico está em discussão com membros da sociedade civil e setor público para atender às demandas de maneira compartilhada, a reunião teve como objetivo dar continuidade aos encaminhamentos anteriores já feitos entre a Prefeitura e dentre eles, a indicação do lugar onde será construída a Casa Regional da Memória em Vitória do Xingu. O Secretário Washington Queiroz, apontou como melhor opção, feita pela população, que é o aproveitamento da construção da antiga prefeitura e o galpão ao lado, que têm um histórico e referências importantes e disponibilizará o levantamento do plano altimétrico da área e os dados necessários para a equipe de arquitetos responsável pelo projeto. “A importância é a integração dessa Casa da Memória com todo o desenvolvimento do município, e está inserida no projeto turístico de Vitória do Xingu. Ali será possível conhecer a história e a cultura dos 5 municípios diretamente impactados pela hidrelétrica Belo Monte”, destacou o secretário.

FONTE: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO VASCOM (Cardoso, 2018)

Ao pesquisar “Casa de Memória” no portal da prefeitura de Vitória do Xingu este é o resultado:

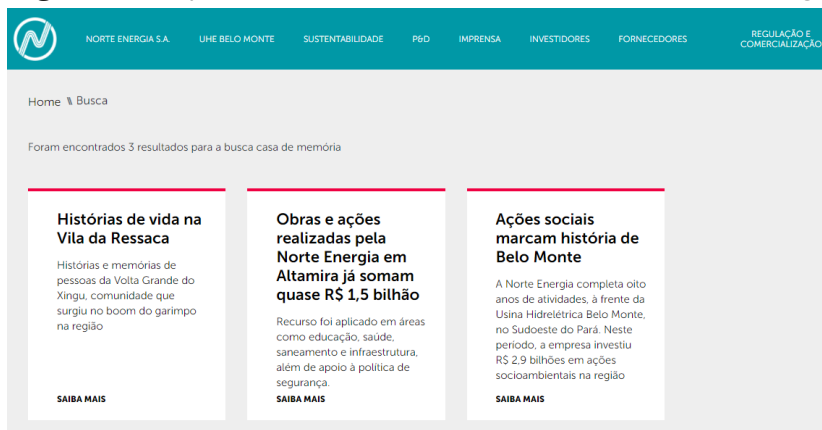
Figura 6 – Captura de tela – Site da Prefeitura de Vitória do Xingu



Fonte: <https://vitoriadoxingu.pa.gov.br/?s=Casa+de+mem%C3%B3ria> (autor)

Assim como no site da Norte Energia S/A, não há informações sobre o ocorrido com essa condicionante:

Figura 7 – Captura de tela – Site da Prefeitura de Vitória do Xingu



Fonte: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/busca?q=casa+de+mem%C3%B3ria> (autor)

1.1.2 Considerações

A presente subseção buscou apresentar uma síntese do contexto histórico da construção da UHE Belo Monte, razão pela qual a Casa de Memória passou a existir. Expôs os principais acontecimentos sociopolíticos e amostrou a trajetória legislativa, evidenciando que no decorrer do processo de licitação ambiental, leis, resoluções e outras diretrizes propiciaram juntamente com as ferramentas de proteção ao meio ambiente, preservação à cultura associada a ele.

Pudemos observar também que embora já existissem dispositivos de proteção cultural como o Artigo 216 da Constituição Federal de outubro de 1988, que versa sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro e a Lei do Patrimônio Histórico e Artístico (nº 25, de 1937), essas precisaram de reforços em diversas esferas legislativas, incluindo órgãos do estado e do município, Pará e Altamira respectivamente (já que a instalação da Casa de Memória destinada ao município de Vitória do Xingu não se concretizou), criando assim mais dispositivos de participação popular e de fiscalização.

Compreendemos também que essas diretrizes proporcionaram maior abrangência, ou melhor, um novo entendimento sobre questões que envolvem a paisagem amazônica, como por exemplo, a compreensão sobre os Povos Tradicionais e sobre a Paisagem Cultural.

E que, embora este trabalho esteja voltado para as relações que envolvem o patrimônio cultural nesse processo, vimos nitidamente, sem no entanto nos aprofundar em todo o espectro, que a legislação de licenciamento ambiental foi crucial no fortalecimento das leis de proteção do patrimônio cultural, e que ambas se processaram em paralelo se complementando, de forma que criou-se o um sistema de proteção simultâneo, já que diversos conceitos e objetivos arrolados nas legislações se entrecruzam, de forma que não podem ser facilmente desassociados.

Ao analisar este contexto, questionamos: como pensar em proteção do patrimônio cultural sem pensar no meio ambiente e vice-versa? Já que o patrimônio cultural está fortemente ligado ao meio ambiente e o meio ambiente fortemente ligado à cultura da sociedade, de onde deriva o patrimônio cultural?

Vimos que na verdade a Casa de Memória Transxingu é um fragmento resultante de um grande conflito entre interesses políticos e os povos tradicionais. E que, diante da grandeza do empreendimento, dos personagens, dos “desencontros” jurídicos e dos “atropelamentos” políticos, da imposição de dificuldades à participação popular, essas foram confrontadas pelo endurecimento legislativo e pela participação ativa da sociedade local e internacional.

Participação entidades como Associação dos Povos Xipaia da Aldeia Tukamã, Comissão Pastoral da Terra, Fundação Viver, Produzir e Preservar, Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, Prelazia do Xingu (Gonçalves, 2015), Movimento Xingu Vivo para Sempre, Instituto Socioambiental, Amigos da Terra Amazônia, Comissão Pró-Índio de São Paulo, Movimento dos

Atingidos por Barragens, Greenpeace, Cultural Survivor, International Rivers, AmazonWatch (Fernside, 2017) dentre outras; que pela defesa ao meio ambiente, ao direitos dos indígenas e dos povos tradicionais, registramos.

Observamos que a exigência da construção da Casa de Memória foi amparada pela Lei de Licenciamento Ambiental, e se deu após a análise de documentos como o EIA-RIMA e do PBA quando esses contemplaram não somente os impactos ambientais diretos, mas também os indiretos, socioeconômicos e socioculturais, atualizados através da ciência de conceitos como Povos Tradicionais e Paisagem Cultural, além dos diversos estudos de cientistas e pesquisadores contrários à instalação.

Entendemos que a Casa de Memória como uma forma de compensação é um eufemismo, pois o primeiro e principal direito perante o processo de licenciamento, o de ser ouvido, conforme rege a Constituição Federal, foi amplamente resistido em todo processo de Belo Monte.

Resistido aos indígenas, impactados diretamente, e resistido aos impactados indiretamente, os povos tradicionais. Apenas por esse apontamento, em um país democrático de direito, cuja Constituição Federal garante, ou deveria garantir, o direito à fala aos cidadãos afetados, ou melhor, às vítimas, uma casa de memória é literalmente o mínimo para compensar as profundas mudanças socioculturais na região. Como ilustra um trecho da “Carta aberta contra a concessão da Licença de Operação de Belo Monte”:

“O governo ignora, constrange e descumpre a Constituição Federal, especialmente no que diz respeito às Terras Indígenas, aos Povos Tradicionais e aos direitos consagrados: direito à moradia; direito à saúde, direito ao trabalho; direito dos migrantes; direito à educação; direito de acesso à justiça; direito ao ambiente. O governo obedece a uma única estratégia política, a de anular qualquer consulta para os atingidos, fechando-lhes o espaço democrático necessário para uma discussão pública permanente e esclarecida que exige uma obra desse porte e efeitos ambientais. De forma ardilosa utiliza-se do viés jurídico do instituto da suspensão de segurança, criado pelo art. 4º da Lei 4.348/64 e busca produzir meios de convencimento a todo custo para reduzir as

ações políticas dos agentes sociais, e ainda passa a criminalizá-los, intimidá-los e constrangê-los fisicamente pela interdição de espaços e vias de circulação. (Xingu Vivo, 2015).

No atual momento social em que a luta pela proteção do meio ambiente sobressai mundialmente, é importante refletir sobre esses eventos, sobre empreendimentos dessa natureza, que modificam profundamente uma região e terminam colocando em risco toda a paisagem do entorno, como é o caso da UHE Belo Monte, que iniciando com a transformação do meio ambiente, espalhou-se até perder de vista dentro da Paisagem Cultural.

Não é proposta desse trabalho pensar nos benefícios da UHE Belo Monte, visto que o mesmo versa sobre a proteção do patrimônio cultural, de conceito clarificado pela Constituição e demais resoluções, e que foi colocado em risco.

É necessário refletir principalmente acerca de diretrizes que subsidiem esse tipo de impacto. Como foi o caso da Lei 1.806 de 6 de janeiro de 1953 (Revogada pela Lei nº 5.173, de 1966) que versava sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e dava incentivos fiscais para aqueles que desejassem atuar dentro das políticas estabelecidas pelo governo federal, certamente o pontapé inicial de projetos como Belo Monte. Outros reflexos dessa lei foram as construções das rodovias Belém-Brasília (tendo seu primeiro trecho inaugurado em 1959) e Brasília-Rio Branco (na época maior estrada da América do Sul, inaugurada em 1961) (Goncalves, 2015).

Recentemente, em 2015, ainda no calor das discussões de Belo Monte, o IPHAN na instrução normativa nº 1, de 25 de março de 2015, estabeleceu que para fins de licenciamento ambiental federal, estadual ou municipal: “Art. 6ª – As manifestações conclusivas do IPHAN são aquelas que abordam todos os bens culturais **tombados**, valorados e registrados e os bens arqueológicos visando à obtenção de licenças ambientais.” (grifo nosso) ou seja, apenas os bens culturais já tombados dentro da Área de Influência Direta (AID) do empreendimento entrarão no processo de proteção e preservação necessários para liberação do

licenciamento ambiental em um documento denominado “Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados”.

Caso Belo Monte ocorresse hoje, o que seria de todo o inventário cultural, que foi levantado e realizado como parte da condicionante do licenciamento ambiental? O que seria das informações que hoje compõem o Acervo da Casa de Memória? O que seria das histórias, das tradições, da cultura após o êxodo caso essa normativa estivesse vigente? Qual política de preservação iria amparar essas informações?

Com certeza bens culturais de valor inestimável, como as entrevistas com antigos moradores, fotos da paisagem e outros documentos históricos estariam perdidos para sempre e com eles nossa história e identidade. Assim, permanece um grande questionamento a respeito dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto de Meio Ambiente (RIMA), Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), Plano Básico Ambiental (PBA) e outros documentos que apontam e precificam o valor do meio ambiente e do patrimônio cultural que o cerca, sem ratificar seu valor real, pois na verdade, este valor deve ser assimilado e percebido através da chancela pelo povo.

1.2 Projetos: da Casa e do Acervo.

A seguinte subseção objetiva apresentar os conceitos e ideias arrolados na projeção do Acervo e da Casa de Memória e, através das ações de educação voltadas para o patrimônio presentes no PBA (Plano Ambiental Básico) em seu Programa de Valorização do Patrimônio (PVP), além de outras partes do seu arcabouço teórico.

Daqui em diante, chamaremos as “Casas de Memória” de Casa de Memória, visto que a Casa de Memória de Vitória do Xingu não se concretizou e, portanto, estamos nos referindo somente à Casa de Memória da cidade de Altamira.

Ao lê-se **ADA**, entenda-se Área Diretamente Afetada. Esta é a “área que sofre diretamente as intervenções de implantação e operação da atividade, considerando alterações físicas, biológicas, socioeconômicas e das particularidades da atividade.” (ICMBio, 2006).

Ao lê-se **AII**, entenda-se Área de Influência Indireta. Esta é a:

“área sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento. A sua delimitação deverá ser em função das características sociais, econômicas, físicas e biológicas dos sistemas a serem estudados e das particularidades do empreendimento, considerando-se para o caso deste empreendimento, no tocante aos meios físico e biótico, a área sujeita às intervenções físicas (obras e serviços operacionais). Para os estudos socioeconômicos, será considerada como AID a extensão territorial do município em que desenvolve o projeto. (ICMBio, 2006).

Ao lê-se **AID**, entenda-se Área de Influência Direta. É “área real ou potencialmente ameaçada pelos impactos indiretos da implantação e operação da atividade, abrangendo os ecossistemas e o sistema socioeconômico que podem ser impactados por alterações ocorridas na AID.” (ICMBio, 2006).

1.2.1 Projeto da Casa de Memória

Esta subseção se debruça sobre a tese de doutorado de Paulo Cássio de Moraes Gonçalves (2015), que versa sobre o processo participativo como uma garantia de apropriação e regionalização da Casa de Memória, e tenciona apresentar como o espaço físico responsável por expor e salvaguardar o Acervo foi pensando e posteriormente projetado pra construção, no entanto, versa somente sobre o lineamento teórico e sobre o esquema prático, usados para projetar a CMT de forma participativa, ou seja, sem discutir se houve a realização efetiva do projeto nos conformes pensados durante a projeção feita de forma participativa.

Como vimos, a exigência da construção da Casa de Memória se deu após a análise do EIA-RIMA e do PBA, quando se constatou a necessidade de compensar os impactos oriundos da construção da UHB. A compensação dos impactos causados ao patrimônio cultural fez parte do Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico e Paisagístico e Valorização do Patrimônio Multicultural

Segundo os técnicos do IPHAN, uma Casa de Memória é um espaço museológico que abriga o acervo de registros da ocupação do território a ser transformado em razão da construção de hidrelétricas e as consequentes alterações da paisagem, elas foram concebidas inicialmente para servirem de espaços de salvaguarda e preservação da documentação derivada do processo de ocupação do território antes de sua transformação, entretanto, segundo Gonçalves percebeu-se que além dessas funções, as Casas de Memória tinham o potencial de dar suporte à pesquisas que resultem em documentos derivados da análise desses registros da paisagem cultural.

Sobre a natureza desses registros ele diz:

Trata-se do registro da memória das ocupações do território, documentando as paisagens físicas e culturais anteriores à construção da

usina e o registro da transformação ocasionada pela construção e preenchimento do reservatório... (Gonçalves, 2015, p. 14)

Embora a ideia inicial fosse fazer da Casa de Memória um espaço de salvaguarda e preservação da documentação da ocupação do território antes que esses fossem transformados, percebeu-se também o potencial de suporte à pesquisa, principalmente a partir da análise da Paisagem Cultural e também a necessidade de que esses espaços não somente preservassem informações, mas também as promovesse, além de que, apoiassem manifestações culturais, tradicionais ou não, mantendo assim um lugar que avivasse a cultura (Gonçalves, 2015).

A empresa Scientia Consultoria Científica ficou responsável pela prospecção arqueológica, a educação patrimonial e a preservação do patrimônio cultural, e contratou a Acuri Arquitetura Paisagista, de propriedade de Paulo Cássio de Moraes Gonçalves, para ficar responsável pelo desenvolvimento das atividades do projeto participativo concernentes ao projeto arquitetônico da casa de memória. Altamira, Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio e Vitória do Xingu foram os municípios, atingidos, onde atividades se processaram.

Duas oficinas foram realizadas, o objetivo das oficinas era propor um diálogo aberto que trouxesse à tona as possíveis vocações da Casa de Memória (Gonçalves, 2015, p. 76), a natureza do acervo, que naquele momento seria material (por indicação de Maria Cristina Bruno, então museóloga responsável), coletado através de objetos, e a importância de registrar itens que garantissem a memória das ocupações anteriores do território, do desmonte da paisagem e das manifestações culturais, materiais e imateriais, antes que houvesse a ruptura derivada da construção da Usina.

A “Oficina 1” convidou os representantes do poder público e profissionais envolvidos com a educação e/ou cultura. A primeira oficina não saiu como o idealizado, e que se tornou uma comunicação, onde conceitos como paisagem

cultural, tombamento e leis foram apresentados, já que não houve participação dos presentes devido à precariedade na formação e no preparo para que de fato houvesse um diálogo franco.

Além disso, houve diversas dificuldades em estabelecer esse diálogo com o poder público, porque houve mudanças de gestores municipais e funcionários nomeados, além da falta de capacitação técnica nas áreas de educação e cultura, como o caso de um motorista de ambulância que foi nomeado secretário de Educação e Cultura da cidade sem que tivesse trabalhado em gestão pública anteriormente.

A “Oficina 2”, foi realizada com uma comunidade de indígenas citadinos, porém, o não cumprimento de um “acordo”, transformou-se numa justificativa para que os indígenas não voltassem a participar das assembleias subsequentes.

Com este cenário de insucessos, e com a necessidade de adotar um método que promovesse o projeto participativo, a equipe de socioeconomia da Scientia resolveu convidar artistas, artesãos e demais pessoas envolvidas na cultura dos municípios envolvidos para integrar um grupo de colaboradores para elaboração de projetos e mesmo para o desenvolvimento de futuros gestores.

Os arquitetos envolvidos diretamente no projeto desenvolveriam atividades até o anteprojeto, e que outro escritório seria responsável pelo projeto executivo. Assim, o anteprojeto seria elaborado através de métodos e estratégias que contemplassem participações ativas de todos os interessados e envolvidos, ainda, com a produção de um memorial resumindo tudo para orientar os responsáveis pelo projeto executivo.

Para iniciar os projetos participativos uma agenda foi elaborada com itens “essenciais” para seu desenvolvimento, dentre os eventos elencados destacamos (Gonçalves, 2015, pg. 78):

- Criação das oficinas de projeto (*arquitetônico*) participativo;
- Análise de terrenos ou imóveis disponibilizados pelos municípios sede das duas Casas de Memória.

- Elaboração de documento que justifique o Partido Arquitetônico, dadas as determinantes e condicionantes. Envio desses documentos para a contratante Scientia, para a análise e o encaminhamento para a NESA e para os indivíduos e grupos participantes do processo. Execução das oficinas para discutir as vocações das Casas de Memória, o acervo museológico e as ideias iniciais do programa arquitetônico que devem atender essas demandas.
- Reunião com os técnicos da Scientia para analisar os resultados das oficinas.
- Elaboração do projeto arquitetônico, desenvolvimento de proposta de programa arquitetônico e de estudos preliminares fundamentados no estudo do partido arquitetônico e nos dados obtidos nas oficinas.
- Envio dos estudos preliminares para a análise da contratante Scientia e posterior encaminhamento para revisão ou para a NESA.
- Apresentação dos estudos preliminares em pequenas assembleias, a serem feitas nos cinco municípios. Coleta de dados da apreciação dos envolvidos.
- Desenhar o anteprojeto iniciando com a revisão dos estudos preliminares tentando compor: o que pedem os participantes do processo de projeto participativo, os contratantes e as possibilidades, levando-se em conta as condicionantes e determinantes levantadas no documento do partido arquitetônico.
- Enviar anteprojeto para Scientia e essa para Norte Energia
- Oficina de apresentação do anteprojeto para assembleia com a presença dos interessados de todos os cinco municípios.
- Elaboração de documento de Memorial resumido de obra.
- Encaminhamento de memorial para que arquitetos e engenheiros, encarregados do projeto executivo, possam elaborar os desenhos finais. (grifo nosso)

Desse primeiro cronograma houve muitas mudanças, conforme novas conjunturas e demandas advieram do acolhimento de pontos trazidos pelos participantes das oficinas, principalmente devido a percepção que houve falta da participação da população em vários pontos decisórios.

Entre as diversas reuniões relatadas por Gonçalves, destacamos um dos nortes resgatado do Código de Ética do ICOM, 2006:

1. Os museus preservam, interpretam e promovem o patrimônio natural e cultural da humanidade. Princípio: Os museus são responsáveis pelo patrimônio natural e cultural, material e imaterial. As autoridades de tutela e todos os responsáveis pela orientação estratégica e a supervisão dos museus têm como primeira obrigação proteger e promover este

patrimônio, assim como prover os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para este fim.

Durante a “Oficina 3”, numa das suas atividades participativas pediu-se que os grupos das cidades participantes pensassem nos ambientes necessários para a Casa de Memória de maneira que contemplassem as atividades voltadas à produção cultural da região, após as dinâmicas, como resultado, os grupos produziram desenhos e textos com características que seriam essenciais para o programa arquitetônico. Segundo Gonçalves (2015, p. 90) “Munidos de todo o material que emergiu da oficina, os arquitetos da Acuri puderam equacionar as demandas para elaborar o programa de espaço com elas compatível”, assim, com melhores condições de entendimento da população se estabeleceu uma melhor condição para os técnicos e arquitetos da Acuri elaborarem o programa arquitetônico.

Deste modo, a arquiteta Tatiana Meza, então funcionária da Scientia, escolheu uma área de aproximadamente 12,5 mil metros quadrados às margens do Rio Xingu, local de funcionamento de uma antiga olaria, da qual, para compor o complexo da Casa de Memória se mantiveram os antigos fornos e chaminé, que passariam por um processo de restauração. Elaborou-se também um programa de revitalização da área, também como mitigação pelo impacto que seria causado pelo empreendimento.

O projeto final foi desenvolvido pelo escritório TerraUrbanismo e apresentado e explicado com o apoio de um documento denominado “Partido Arquitetônico” em uma das reuniões de trabalho dos envolvidos no projeto, um dos desenhos que esboça o projeto da Casa de Memória pode ser visualizado na figura 8.

Figura 8 – Desenho – Perspectiva da Casa de Memória.



Fonte: arquitetos Fábio Namiki e Francine Sakata.

O projeto final apresentou os seguintes espaços principais, seguidos de uma breve descrição:

- **Espaço Museológico:** Este bloco abrigaria o acervo museológico e possuiria uma pequena sala, estúdio, onde seriam desenvolvidas atividades de filmagem, fotografia, gravação e edição, além do salão de exposições, a reserva técnica e a sala de pesquisadores, que seria a sala onde ocorreriam os trabalhos técnicos de informática para manutenção do acervo.
- **Teatro:** contaria com auditório para 80 pessoas com palco na mesma cota do piso, com dois amplos vestiários que serviriam tanto ao teatro, quanto ao terreiro, visto que os trajes de dança e apresentações dos grupos de dança da região, compostos por aproximadamente 20 componentes entre homens e mulheres, são muito volumosos.
- **Sala de Inclusão Digital:** Espaço para realização de atividades de inclusão digital, já que a natureza do acervo é essencialmente digital

demandando um conhecimento mínimo em computação, para que os visitantes pudessem interagir com o Acervo.

- **Sala Multiuso:** Essas salas foram designadas para realização de oficinas de culinária regional, artes visuais, artesanato, dança e mesmo ser utilizada como redário para abrigar artistas e visitantes de outras cidades.
- **Terreiro:** Espaço aberto para realização de atividades culturais como a apresentação de Pássaros Juninos por exemplo.

1.2.2 Projeto do Acervo Digital

Após a longa batalha político-social iniciada em 80, em 2012, o Consórcio Norte Energia publicou o Plano Básico Ambiental (PBA). O PBA é o documento que contém diretrizes das ações e programas relacionados às questões ambientais de uma obra. Ele é condicionante para emissão da Licença de Instalação de um empreendimento. O PBA detalha os programas socioambientais com base nos estudos realizados na fase da licença prévia e também prevê o atendimento a exigências e recomendações preliminares do órgão ambiental já introduzidas pela Licença Ambiental Prévia (Ecossis, 2019).

As ações que guiaram a produção do Acervo da Casa de Memória fazem parte do Plano de Valorização do Patrimônio (PVP), estão no Volume III, Tomo 2, Item 9 do PBA, por serem essas ações as norteadoras para a construção do Acervo, da Casa de Memória e do que irá desenrolar-se a posteriori, analisaremos os principais pontos de seus tópicos:

- Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização Histórico, Paisagístico e Cultural;
 - Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico e;

- Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural.
- Projeto de Educação Patrimonial.

Segundo o PBA, o objetivo do Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização Histórico, Paisagístico e Cultural é: “Promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a conservação, a preservação, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural”, (NESA et al, 2011, p. 285), esse programa opera em outras instâncias culturais como arqueologia e paleontologia, informação dada só a título de registro, pois não serão abordadas neste trabalho.

O PVP inicia introduzindo as legislações e normas que o embasam, incluindo o ofício 111/09 GEPAM/DEPAM/IPHAN, de 25 de junho de 2009, que comunica a respeito da Casa de Memória (Anexo 1, item 7).

A seguir, versa sobre o tratamento dado ao Patrimônio Cultural Material e Imaterial, e diz que entre esses bens “reserva-se aos integrantes do ***Patrimônio Cultural Imaterial um papel particularmente importante***” (NESA et al, 2011, p. 286, grifo nosso). Ou seja, vemos que o entendimento da equipe que produziu o PVP já apontava o enfoque neste tipo de patrimônio.

Em suma, bens de cultura material são tangíveis, podem ser, por exemplo, edificações, obras de arte, sítios arqueológicos, livros, documentos etc. E bens de cultura imaterial são intangíveis, são por exemplo, saberes, ofícios, festividades, danças e lugares (como mercados e feiras) (IPHAN, 2014).

Dentro do Programa de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico e Cultural existiam 2 projetos: O Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico, e o Projeto de Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural.

O Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico, agregou consigo os objetivos do Programa Nacional de

Patrimônio Imaterial – PNPI, instituído pelo Decreto N° 3.551, de 4 de agosto de 2000, e implementado, no âmbito do governo federal, pelo IPHAN, assim visando:

- Implementar política de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial;
- Contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do País e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade;
- Captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro;
- Incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade. (NESA et. Al, 2011. P. 289)

Além de especificamente pretender o:

- Aprofundamento dos conhecimentos obtidos através dos estudos iniciados no estudo de impacto ambiental do empreendimento, acerca do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico da AII, AID e ADA da UHE Belo Monte, pela realização de pesquisas em arquivos e coleções (textos, objetos e material visual) e de pesquisas e registros de campo;
- Criação de condições (elaboração de projeto e constituição de acervos) para a implantação de duas casas de memória, em Altamira e Vitória do Xingu, que incluirão salas especiais destinadas ao uso das comunidades do entorno da UHE Belo Monte para acesso à internet e, assim, aos acervos digitalizados das duas casas de memória;
- Estabelecimento de parcerias para garantir a implantação das duas casas de memória, em Altamira e Vitória do Xingu;
- Participação de membros dos grupos culturais da área de influência direta e diretamente afetada da UHE Belo Monte às atividades de pesquisa e aos trabalhos de constituição do acervo das duas casas de memória;
- Divulgação dos acervos das duas casas de memória pela internet;
- Desenvolvimento de ações de inclusão digital na AID do empreendimento. (NESA et al. 2011, p. 289-290)

Seguido das seguintes metas:

Tabela 1 – Tabela de Metas do Projeto de Estudo, Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico

Eixos de Atividades	Metas
Pesquisas na AID e AII da UHE Belo Monte; pesquisas e registros na ADA pelo empreendimento; encaminhamento aos órgãos públicos competentes de propostas de tombamento	100% das pesquisas, registros e encaminhamento de propostas de tombamento realizados.
Integração de membros dos grupos culturais da AID e ADA da UHE Belo Monte às atividades de pesquisa e aos trabalhos de constituição do acervo das duas casas de memória	100% da integração realizada
Elaboração do projeto e organização do acervo permanente das duas casas de memória, incluindo a realização de parcerias.	100% de elaboração do projeto e da organização do acervo permanente das duas casas de memória, bem como a realização de parcerias, realizadas
Disponibilização do acervo das duas casas de memória na internet e implementação de ações de inclusão digital na área diretamente afetada pelo empreendimento, incluindo a realização de parcerias.	100% da disponibilização do acervo na internet e das ações de inclusão digital, bem como a realização de parcerias, realizadas

Fonte: NESA, 2011.

A respeito dos objetivos desse projeto e de suas metas, em síntese, o que gostaríamos de ressaltar é que haveria um trabalho de levantamento e coleta de informações e dados culturais através de pesquisa e trabalho de campo, e a participação popular nessas atividades para a constituição do Acervo da Casa de Memória.

Seguindo, analisamos a metodologia aplicada pelo projeto, essa funcionou sobre quatro eixos:

1º O levantamento e registro dos bens materiais de interesse cultural, aqui incluíram instrumentos, objetos, espaços culturais, o patrimônio paisagístico e edificações das áreas AII e AID.

2º A integração de membros dos grupos culturais da AID e ADA às atividades de pesquisa e aos trabalhos de constituição do acervo da Casa de Memória.

3º A elaboração do projeto e a organização do acervo permanente, com estabelecimento de parcerias que garantissem que a Casa de Memória fosse de fato implantada.

4º Esse eixo tratava da disponibilização do acervo da Casa de Memória na internet e a previa salas especiais, na Casa de Memória, para permitir acesso à internet e a implementação de ações de inclusão digital para as comunidades.

O PVP previu como equipe técnica envolvida na execução do projeto um coordenador geral, dois antropólogos ou sociólogos, um historiador, um museólogo, um arquiteto, um fotógrafo, dois técnicos em computação, quatro estagiários e dois auxiliares de campo.

O segundo Projeto dentro do programa é o Estudo e Valorização do Patrimônio Multicultural que tinha como objetivo: “Contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do País e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade” (NESA et al., 2011, p. 296).

Seu objetivo geral consistia no alcance dos seguintes objetivos específicos:

- Aprofundamento dos conhecimentos obtidos através dos estudos iniciados no EIA/RIMA do empreendimento, acerca da diversidade sociocultural nas AII, AID e ADA da UHE Belo Monte, pela realização de pesquisas em arquivos e coleções (textos, objetos e material visual) e de pesquisas de campo;
- Integração de membros dos grupos culturais da AID e ADA da UHE Belo Monte ao programa, às ações de educação patrimonial e aos trabalhos de constituição do acervo das duas casas de memória que serão criadas, em Altamira e Vitória do Xingu;
- Integração dos resultados obtidos nas pesquisas em arquivos e de campo realizadas à constituição do acervo das duas casas de memória que serão criadas, em Altamira e Vitória do Xingu, e às ações de educação patrimonial e de comunicação social. (NESA et al, 2011, p. 296)

E suas metas previam:

Tabela 2 – Tabela com as atividades e metas previstas

Eixo de Atividades	Metas
Arregimentação e preparação da equipe técnica	Equipe técnica preparada para a realização dos trabalhos
Pesquisas em arquivos, bibliotecas e coleções (textos, objetos musealizados e material visual) e entrevistas junto a membros dos grupos culturais das AID e AII.	100% das pesquisas em arquivos, bibliotecas e coleções (textos, objetos musealizados e material visual) e entrevistas junto a membros dos grupos culturais das AID e AII realizadas
Oficinas e de pesquisas de campo participativas na área diretamente afetada	100% das oficinas e das pesquisas de campo participativas na área diretamente afetada realizadas
Análise e organização do material obtido nas pesquisas em arquivos, bibliotecas e coleções e nas pesquisas de campo realizadas	100% da análise e da organização do material obtido nas pesquisas em arquivos, bibliotecas e coleções e nas pesquisas de campo completados
Disponibilização do material obtido para ações de educação patrimonial e de comunicação social	Material obtido disponibilizado para ações de educação patrimonial e de comunicação social
Disponibilização do material obtido para a constituição do acervo das duas casas de memória que serão criadas	Material obtido disponibilizado para a constituição do acervo das duas casas de memória que serão criadas

Fonte: NESA

Sua metodologia consistia em fomentar a valorização do patrimônio Multicultural da AII, AID e ADA através de informações constantes e a participação de membros dos grupos culturais formadores da sociedade regional, partindo do entendimento da ordem cultural dado por SAHLINS (2003, p. 205):

“A unidade da ordem cultural é constituída por um terceiro e comum termo: o significado. E é esse sistema significativo que define toda funcionalidade; isto é, de acordo com a estrutura específica e as finalidades da ordem cultural. Daí decorre que nenhuma explicação funcional por si só é suficiente, já que o valor funcional é sempre relativo a um esquema cultural”

Afirmando que a natureza multicultural de todo o Patrimônio Cultural da AII, AID e ADA era pouco divulgada e valorizada, e que essa desvalorização ia contra as políticas de reconhecimento (Taylor, 2000) que têm as sociedades que entendem-se multiculturais, como a brasileira.

Como ações a metodologia previu:

- Arregimentação e preparação da equipe técnica;
- Continuação dos estudos iniciados no estudo de impacto ambiental do empreendimento, acerca da diversidade sociocultural na AII, AID e ADA da UHE Belo Monte, com a realização de entrevistas e de pesquisas em arquivos, bibliotecas e coleções (textos, objetos musealizados e material visual), acerca

dos diversos grupos culturais que ali se fizeram e/ou fazem presentes;

- Realização de oficinas e de pesquisas de campo participativas (entrevistas individuais e coletivas) com membros dos grupos culturais da ADA pela UHE Belo Monte;
- Análise e organização do material obtido nas pesquisas em arquivos, bibliotecas e coleções e nas pesquisas de campo realizadas;
- Disponibilização do material obtido nas pesquisas em arquivos, bibliotecas e coleções e nas pesquisas de campo realizadas para ações de educação patrimonial e de comunicação social;
- Disponibilização do material obtido nas pesquisas em arquivos, bibliotecas e coleções e nas pesquisas de campo realizadas para a constituição do acervo das duas casas de memória que serão criadas, em Altamira e Vitória do Xingu. (NESA et al., 2011, p. 298).

Acrescentando ainda que “é um trabalho coletivo em que a participação é o elemento-chave, fundamental para que ‘as coisas deem certo’” (Tenório, 2008, p. 39).

Neste projeto a equipe seria formada por um coordenador geral, um antropólogo, um historiador, um museólogo, dois estagiários, dois auxiliares de campo e um técnico de computação.

Assim para elaboração dos projetos assumiu Carlos Eduardo Caldarelli, sociólogo, advogado e especialista em Direito Ambiental e em gestão de tecnologias ambientais.

Completando o ciclo de projetos com ações que gerariam o acervo, construiria a Casa de Memória e por fim trabalhasse a preservação dos bens culturais, entra o Projeto de Educação Patrimonial.

O objetivo principal do projeto é:

“Sensibilizar as comunidades situadas no entorno do empreendimento e os profissionais ligados à sua implantação sobre a importância de preservar os bens culturais regionais e estimular atitudes de proteção ao patrimônio arqueológico e cultural.” (NESA et al., 2011, p. 334)

Seus objetivos específicos eram:

- Esclarecer as comunidades de entorno do empreendimento e os profissionais ligados à sua implantação o significado dos bens culturais regionais, materiais e imateriais.

- Evitar que, por desconhecimento, profissionais ligados à implantação do empreendimento venham a interferir em sítios arqueológicos;
- Expor a esses profissionais as características dos bens arqueológicos regionais, para que sejam capazes de reconhecê-los minimamente;
- Informar e alertar esses profissionais sobre as implicações jurídico-legais da destruição de bens constituintes do patrimônio arqueológico nacional, tanto para eles quanto para o empreendedor e para o empreiteiro para o qual trabalham;
- Estabelecer estratégias de divulgação dos bens culturais regionais e fomentar as iniciativas locais e regionais de promoção e defesa dos bens culturais regionais;
- Incentivar a formação de agentes locais de preservação do patrimônio cultural regional, material e imaterial;
- Capacitar os professores da rede escolar regional a explorar e valorizar os bens culturais regionais, inserindo-os em seu planejamento como atividades paradidáticas complementares ao ensino básico e secundário;
- Divulgar os resultados das pesquisas arqueológicas, históricas e culturais realizadas na região;
- Colaborar para que o patrimônio arqueológico local e regional seja reconhecido e apropriado pelas comunidades locais. (NESA et al., 2011, p. 334)

Para os autores do projeto, a educação voltada para o patrimônio propiciaria aos:

“[...] diversos públicos a possibilidade de interpretar bens culturais, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade material e imaterial com excelência e igualdade [...]. (Grinspum, 2000)

A metodologia do programa consistiu em diferentes abordagens para os públicos profissionais ligados ao empreendimento, as comunidades, as escolas e a comunidade em geral. Incluía oficinas educativas, com material didático e visitas guiadas, palestras, folhetos de divulgação, exposições itinerantes.

Figura 9 – Imagem – Frente de um dos folders distribuídos na região.



Fonte: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Belo-Monte.aspx>

O entendimento dos autores do programa era que a leitura de mundo não deveria partir somente dos referenciais do que o mediador considera cultura ou patrimônio segundo a fala de Cândido (2007):

“[...] exatamente quando se trata de patrimônio deve prevalecer a ideia do que o grupo estabelece como referência para si, aquilo com o que se identifica, a educação patrimonial necessita se embasar em trocas e na construção coletiva do conhecimento. [...]”.

Ao final expuseram que a educação patrimonial é vista como um instrumento eficaz para a salvaguarda do patrimônio material e imaterial, uma vez que objetiva garantir sua identificação, documentação e estudo, além da proteção, promoção, valorização e a transmissão, por meio da educação formal e não-formal (NESA et al. apud Horta et al., 1999).

1.2.3 Considerações

A presente subseção apresentou uma síntese dos programas e projetos que serviram de diretrizes para a idealização do Acervo e do espaço físico da Casa de Memória evidenciando que os autores do Plano de Preservação do Patrimônio, acondicionaram a participação popular nos processos que arrolassem o patrimônio cultural, apontando que a compreensão e o entendimento do que é patrimônio parte não somente da visão do mediador, mas também do processo participativo das comunidades.

Em nosso entendimento essa “visão democrática” dos autores o PPP, serviu de alento para a refrega entre as partes, NESA e as comunidades, pelo menos no tangente à cultura.

Vimos que os profissionais envolvidos entendem que não há preservação sem a profunda compreensão do que deve ser preservado a partir de todos os interessados, e que essa compreensão parte do entendimento das partes, do diálogo através de processos participativos.

Verificamos que houve a preocupação de educar não somente as comunidades, mas também os profissionais ligados à implementação do empreendimento, ou seja, inculcando nesses profissionais o entendimento da importância do cuidado com o patrimônio cultural.

Notamos também que não há a inclusão ou citação que arrole o que o PBA chama de “Componente Indígena”. Porém o mesmo diz: “o PBA/PMX - Componente Indígena que conta com projetos de valorização de Patrimônio Cultural (projeto de reforma do Museu do Índio em Altamira) havendo necessidade de uma integração entre o presente programa e o que está sendo realizado no PBA/PMX que deverá ser promovido pelo IBAMA e FUNAI (NESA et al., 2011, p. 292), portanto, o tratamento com “componente indígena” não está contemplado dentro dos planos e de suas ações.

Embora, devido à natureza da paisagem cultural da região, haja dados sobre indígenas no Acervo da Casa de Memória, por conta da miscigenação e das dinâmicas sociais, a maioria objetos digitais referem-se aos povos e comunidades tradicionais, então, por esse motivo, é raro, no universo do acervo, componentes indígenas.

Neste ponto cabe uma discussão a respeito da execução do Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização Histórico, Paisagístico e Cultural; embora tenha sido extenso e abrangente consideramos que ao compartimentar as ações, dissociando o componente cultural do componente indígena, não

pensando e realizando as ações de forma interdisciplinar, mas executando através de subprogramas separados, entendemos que isso fragilizou um melhor entendimento e andamento do projeto como um todo, visto que, por exemplo, o componente indígena ficou aos cuidados de empresas com visões diferentes, sendo incoerente com a realidade de coexistência desses povos na região.

As equipes ficaram divididas desse modo: a equipe 1, responsável pela educação patrimonial trabalhou mais próxima à equipe de arqueologia e com essa uma empresa denominada EP; a equipe 2, responsável pelo componente cultural (arquitetura, museologia, antropologia e etnografia) e a equipe 3, responsável pelo componente indígena cuja empresa responsável foi a Verthic³.

³ A Verthic é uma empresa de consultoria com foco na integração entre Gestão, Finanças e Sustentabilidade. Contemporânea e de vanguarda, pauta sua atuação no desenvolvimento da nova economia: verde, justa, incluyente, próspera e sustentável. Oferece a seus parceiros e clientes uma combinação entre sólidos conhecimentos e vasta experiência, nos níveis nacional e internacional, público e privado. – Fonte: Verthic Consultoria, 2022.

SEÇÃO 2. CONSTRUÇÕES – DA MEMÓRIA, DO ACERVO E DA CASA.

Casa de “Memória”, que memória? Esta seção apresentará o conceito de memória usado nas pesquisas e trabalhos de campo que culminaram na inventariação dos bens culturais da região, que posteriormente, após o processo de curadoria construiu o Acervo da Casa de Memória.

Explicará também o processo de curadoria e estabelecimento do Acervo, e por fim, da execução do projeto arquitetônico da Casa de Memória em Altamira abrangendo as ideias e conceitos do processo participativo realizado com os povos afetados da região.

Ao ler-se “**Acervo Museológico**” estamos nos referindo ao seguinte conceito, dado pelo Instituto Brasileiro de Museus:

“compreende o conjunto de bens culturais, de caráter material ou imaterial, móvel ou imóvel, que integram o campo documental de objetos/documentos que corresponde ao interesse e objetivo de preservação, pesquisa e comunicação de um museu.” (Ibram, ?).

2.1 A Memória

Segundo Gonçalves (2015), o conceito adotado como base para a elaboração do “acervo museológico”, que na realidade foi apenas a inventariação do patrimônio cultural da região, foi o criado pelo sociólogo e historiador austríaco Michael Pollak (1989) externado na sua publicação “Memória, esquecimento, silêncio”, que em síntese diz:

[...] a operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, (como vimos), em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar

sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividade de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias e nações etc. (POLLAK, 1989, p. 9)

Este conceito foi usado pela equipe de socioeconomia da Scientia Consultoria Científica⁴, empresa responsável pela execução das ações previstas nos projetos do PVP, oficinas participativas, palestras, dinâmicas de grupo, entrevistas etc. De onde resultaram os dados que geraram o acervo.

Segundo Gonçalves (2015) os principais apontamentos de Pollack trazidos foram:

- 1) O entendimento de memória coletiva nacional, ou seja, aquela responsável por estabelecer uma coesão social pela adesão afetiva ao grupo, cuja função, dentro do projeto da Casa de Memória seria agrupar os moradores sob a identidade nacional.
- 2) A negociação que ocorre entre memória coletiva e memória individual, partindo do ponto que o conflito entre elas é inversamente proporcional ao número de fatores comuns, ou seja, quanto mais pontos em comum existirem entre esses dois tipos de memória, mais a memória coletiva será considerada.
- 3) E a concepção de “memória marginal”, que seria a manifestação de uma memória reprimida por conta de uma inadequação dela no contexto sociopolítico, ou seja, uma memória desagradável que pode ser externada posteriormente devido a alguma alteração no contexto que favoreça essa manifestação.

⁴ A Scientia Consultoria Científica é uma empresa de prestação de serviços na área de meio ambiente, especializada na realização de pesquisas, elaboração de relatórios e execução de programas relativos ao meio antrópico e ao patrimônio cultural: EIAs-RIMAs; Diagnósticos Ambientais; Relatórios Ambientais; Inventários; Avaliações Ambientais Integradas de Bacias Hidrográficas; Planos de Manejo de Unidades de Conservação; Programas de Resgate de Memória e Valorização do Patrimônio Cultural; Programas de Levantamento e Salvamento Arqueológico; Programas de Educação Ambiental e Patrimonial; Programas de Desenvolvimento Sustentável e Geração de Renda; Programas de Comunicação Social, dentre outros. – Fonte: Scientia Consultoria Científica, 2014.

Além desses apontamentos usou-se Pollak, porque sua obra traz exemplos sociais que ilustram situações que tomam formas parecidas com as comunidades atingidas pelas obras da UHE Belo Monte, como quando diz que por diversas razões as memórias individuais se contrapõem a memória coletiva nacional ficando ocultas ou dormentes das instancias públicas, porém vivas entre as famílias e redes de sociabilidade afetiva ou política, guardadas em silêncio até que encontrem **escuta** apropriada.

Em nota de rodapé (Gonçalves, 2015) Caldarelli, responsável pela execução do projeto, em consonância com Pollak, entendia “escuta” como o registro que legitima e dá significado ao discurso de cada um, discursos esses que não encontram espaço na mídia ou no debate.

Figura 10 – Foto – Processo de “escuta” de Maria Zilda Bandeira em Altamira/PA.



Fonte: Acervo Scientia Consultoria Científica, 2012.

A foto da figura 10 exemplifica o que Caldarelli chama de “processo de escuta”, uma entrevista que contém perguntas norteadoras, no entanto, sem cortes ou edições, onde o “escutado” pode falar abertamente a partir do seu próprio entendimento, da sua própria história de vida e experiências acerca das questões, além de guiar ou seguir seu próprio roteiro de fala, onde a fala livre gera

novas perguntas pelo interlocutor gerando novos caminhos e esses novos questionamentos.

Assim, as ações partiram do entendimento que dentro das comunidades atingidas por Belo Monte haveria diferentes tipos de memórias coletivas e que também, por ser uma obra de infraestrutura nacional, as transformações se inseririam dentro da memória coletiva da nação ao tempo que a memória das comunidades seria fortemente alterada. Seus “hábitos, costumes, a paisagem que habitam seus ritmos e significados serão transformados definitivamente. Extingue-se aquela Paisagem Cultural e altera-se a memória destas comunidades” (Goncalves, 2015, p. 27).

Foi com esse entendimento que a Scientia Consultoria Científica interpretou as determinações do IPHAN, fazendo com que o projeto contemplasse a participação dos atingidos através do processo de “escuta”, e mais, para além de simplesmente dar voz aos atingidos, fosse pelas entrevistas ou pelas dinâmicas participativas.

Usando também o conceito de fissura de John Holloway, estimulou-se, através da discussão, o afloramento de conflitos, não com objetivo de neutralizá-los, mas para evocar as fissuras, ou seja, encontrar respostas e soluções além do óbvio das estruturas capitalistas, onde as propagandas e manifestações governamentais evocaram um sentimento de “progresso” e com tom ufanista vendeu Belo Monte como uma grande solução para o desenvolvimento tanto regional quanto nacional.

Em síntese o conceito de “fissuras” propõe que nem tudo se inicia e encerra dentro do ciclo capitalista, e que é possível propor outras ideias além da lógica do capital, e que esse pensar diferente são fissuras nas estruturas de dominação, ou seja, há um horizonte de transformação do mundo sem Gaza, Guantánamo, 1 bilionário para cada milhão de pessoas morrendo de fome ou mesmo a Hidrelétrica de Belo Monte e a destruição da Paisagem Cultural. Um

exemplo prático do conceito de fissura é pensar em um idoso que cultiva hortas verticais em sua sacada, uma rachadura no concreto e na poluição que o cerca.

Assim, as memórias registradas pela população são dissonantes da memória coletiva nacional e do tom ufanista do material midiático do empreendimento, as memórias, deixadas em imagens e entrevistas, retratam na verdade a tristeza dos moradores em abandonarem seus lugares, as durezas da vida de quem viveu anos naquele território e a realidade histórica da região. Através dessas ideias construiu-se o conceito final para captação da memória da região.

2.2 O Acervo

Como o IPHAN entendeu que a destruição da Paisagem Cultural não era mitigável determinou que a compensação seria a construção de um acervo museológico que registrasse as memórias dos moradores atingidos.

O acervo deveria contemplar toda a população que habitava na área atingida diretamente e indiretamente, pois segundo o IPHAN os atingidos sofreriam transformações na sua subsistência, endereço, referências e relação com o núcleo urbano (Gonçalves, 2015). Cinco municípios foram atendidos durante os levantamentos, são estes Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu e os municípios adjacentes Porto de Moz, Medicilândia e Gurupá.

Como vimos na seção anterior, o PVP deu diretrizes sobre as ações para construção do acervo, essas foram interpretadas pela Scientia Consultoria Científica Ltda., empresa responsável pela execução do projeto, iniciando a partir de setembro de 2010.

A construção do Acervo foi resultado de um processo participativo, pautado no empoderamento da população, no direito que os atingidos tinham, já

que esses perderiam suas moradias, laços sociais, propriedades e atividades de sustento.

O objetivo da equipe envolvida no projeto participativo da Casa de Memória, arquitetos e técnicos, era criar um núcleo de resistência, desarmônico aos interesses do empreendedor, já que para eles se tratava somente do cumprimento de condicionantes impostas no licenciamento.

Na figura 11 (abaixo) podemos ver uma foto de umas das Oficinas Participativas e visualizar como se deram, através de mediadores da Scientia cercados por diversos comunitários em volta de um mapa da região.

Figura 11 – Foto – 3º Oficina participativa.



Fonte: Acervo Scientia Consultoria Científica, 2013.

Para guiar o processo adotou-se o conceito de resistência da Pedagogia Libertária, de educadores anarquistas como Silvio Gallo. Em suma, o desejo dos pesquisadores era que a Casa de Memória fosse representativa e se tornasse uma resistência ao adotar, internalizar, a CMT como um lugar de preservação das memórias individuais e coletivas.

Partindo desses entendimentos, com equipes multidisciplinares, a Scientia idealizou três frentes de trabalho independentes, mas que convergiam para o objetivo exposto acima. As frentes foram:

Transformações da paisagem – Essa equipe realizou registros fotográficos que documentavam as transformações biogeomorfológicas da paisagem ao tempo que produziu um mapa que localiza os locais onde ocorreram esses registros. Os primeiros lugares foram selecionados através do material cedido pelo Consórcio Norte Energia e depois das primeiras entrevistas e expedições de reconhecimento, por lugares indicados pela população.

Mapeamento e registro do patrimônio histórico e arquitetônico – Com base nos dados técnicos e também dos testemunhos orais, houve um mapeamento das edificações importantes da região, registrou-se a história dos edifícios, levantaram-se os dados arquitetônicos, registrados em ficha cadastral fornecida pelo IPHAN, o registro fotográfico da edificação e do seu entorno, além do mapa que registra a localização e o nome dos edifícios. Nesta fase os proprietários e vizinhos, inseridos no processo participativo, colaboraram com informações inexistentes em documentos públicos, documentos que foram digitalizados e acrescentados na pesquisa dos registros e documentações das instituições governamentais da região.

Registro filmográfico de histórias de vida, celebrações e eventos – Para a realização desses registros em vídeo, uma produtora de vídeo a serviço da Scientia, chamada Panamérica Filmes, juntou-se a equipe e produziu o acervo de entrevistas, três curtas metragens, sendo dois desses documentários e oficinas de fotografia com a população dos cinco municípios atingidos.

Essas oficinas segundo Gonçalves (2015) foram importantes para promover a apropriação da Casa de Memória por parte das comunidades, pois as pessoas seriam empoderadas ao produzir, elas mesmas, registros fotográficos de seus municípios.

Além disso Carlos Caldarelli, responsável geral das equipes de cada frente diz que:

“... a história oral nesse caso, vem preencher a lacuna dos documentos. O conceito de memória utilizado para esse trabalho é diferente do conceito

difundido por outras linhas de pensamento. O relato de memória dos participantes traz suas próprias interpretações para fatos e fenômenos e essas interpretações são respeitadas. O trabalho de pesquisa e elaboração do acervo mobiliza as pessoas da cidade e a equipe da Scientia é sempre bem atendida e fica rapidamente reconhecida..." (Gonçalves, 2015, p. 41)

Ainda segundo Caldarelli, as entrevistas dão voz para quem nunca teve e isso era um importante aspecto político imbricado no processo participativo. Carlos Gimenes, um dos responsáveis técnicos da execução, numa entrevista concedida em dezembro de 2017 a Gonçalves, acreditava que a memória pode ser uma importante ferramenta de resistência, uma forma de sobreviver aos impactos e ter uma nova relação com a paisagem.

Um grande número de registros foi produzido, armazenados em cerca de 4,7 terabytes. Dados contendo informações resultantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, da Pesquisa Etno-histórica e da cultura material da população.

Cerca de 30 mil imagens em fotografias, vídeos e documentos digitalizados, além de gravações de áudio, documentos e relatórios, todos resultados do trabalho de campo; partes da radiografia dos bens culturais materiais e imateriais associados e encontrados nos locais visitados (Idanise, 2015b, p. 4) ficaram disponíveis na finalização dos trabalhos de inventariação.

Neste momento, a Dr^a. Idanise Sant'Ana Azevedo Hamoy, arquiteta e conservadora de acervos, foi contratada como consultora pela Scientia Consultoria Ltda., e coordenou a elaboração, juntamente com a museóloga Elinelma Nascimento e o arte educador Edson Ricardo Silva, do "Plano Museológico", além de elaborar unitariamente o "Plano de Aquisição e Documentação da CRM", visto que à época a Casa de Memória Transxingu, CMT, iria se chamar Casa Regional de Memória, CRM.

Dessa forma, todo o material coletado, passou por organização, tratamento e catalogação, sob a orientação de Hamoy, responsável técnica pelo

acervo, Gonçalves (2015) diz que a diretriz para processamento do acervo foi que esse se tornasse de fácil compreensão para uso na Casa de Memória.

Para alcance desse objetivo que o “Manual de Aquisição e Documentação da CRM” foi elaborado, ele continha as diretrizes para todo o processo de recebimento, uso e preservação do acervo.

Segundo a Hamoy (2015b), o Manual pautou-se no atendimento à Lei Federal 11.904/2009, o Estatuto de Museus, que prevê, na subseção IV, a documentação sistemática de acervos e para viabilizar essa catalogação, estudou-se sistemas para tratamento de acervos.

Além das diretivas baseadas naquela lei a equipe responsável pela catalogação trouxe também o entendimento que o Conselho Internacional de Museus, ICOM, dá através do seu Comitê Internacional de Documentação, CIDOC, sobre os processos de documentação em museus, pois:

“ênfatiza a responsabilidade pública de proteção e salvaguarda de um patrimônio coletivo e o modo como o fiel depositário desse patrimônio deve registrar e gerenciar os processos de difusão, intercâmbio e acesso às informações produzidas a partir da identificação, coleta e construção de acervo.” (Manual de Aquisição e Documentação da CMT, 2015, p.4)

Dentre as recomendações do CIDOC-ICOM pensou-se o processo de catalogação através do *Guidelines, ou Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informações do CIDOC*, que orienta o que deve ser considerado no momento da catalogação.

Hamoy (2015b, pg. 5) diz que essas diretrizes não se tratam de uma adequação a um padrão universal, visto que essa ainda não existe devido à especificidade de cada acervo, mas que o Modelo de Referência Conceitual do CIDOC, CRM/CIDOC, consegue promover uma melhor compreensão compartilhada de informações por favorecer *inputs* comuns a diversos campos de documentação, viabilizando a implantação de sistemas de informação adaptados a diferentes tipologias de acervo e instituições.

Carrasco et al. (2015, p. 211) diz que a harmonização de metadados do patrimônio cultural é um desafio porque seus modelos são criados a partir das características de cada comunidade e nem sempre observando os a interoperabilidade entre elas.

Interoperabilidade é a capacidade de sistemas múltiplos com diferentes plataformas de hardware e software, estruturas de dados e interfaces trocar dados com a mínima perda de conteúdo e funcionalidade. Utilizando esquemas de metadados bem definidos, protocolos de transferência compartilhados e crosswalks entre esquemas, os recursos através das conexões podem ser buscados mais facilmente (NISO, 2004, p. 2, tradução nossa)

Assim o CIDOC/CRM faz esse mapeamento de maneira a construir formas de fazer esses metadados interoperarem, promovendo a compreensão compartilhada de informações do patrimônio cultural, uma linguagem que conversa tanto com especialistas quanto os implementadores, servindo como um guia para a modelagem conceitual, fornecendo uma “cola semântica” que possibilita a mediação entre diferentes fontes de informação do patrimônio cultural, seja em museus, bibliotecas e arquivos (CIDOC CRM).

Além da compreensão de âmbito teórico trazida com o CRM/CIDOC, para aplicação prática a equipe aplicou o Spectrum 4.0 (atualmente disponível na versão 5.0), umas das principais formas internacionais de gestão de coleções.

O Spectrum é uma norma de referência que oferece conselhos sobre a maioria das atividades que museus fazem ao gerenciar suas coleções como, por exemplo, mover objetos e atualizar os registros de sua localização. O Spectrum denomina essas atividades de procedimentos, 21 ao todo. O Spectrum pode ser utilizado em museus de qualquer tamanho com qualquer tipo de acervo sendo a referência prática para catalogação e gestão do acervo da Casa de Memória (Hamoy, 2015b).

Assim, seguindo as orientações e normas do CRM/CIDOC e do Spectrum, se estruturou o processo de catalogação do acervo da Casa de Memória. Foi

construída uma Ficha de Catalogação, com *inputs* seguindo as normas e indicações do CIDOC/CRM e do Spectrum.

Como naquele momento a Casa de Memória estava em fase de projeção, não houve a possibilidade da contratação de uma ferramenta de software para gestão de acervos, então modelou-se uma base de dados na extensão/formato “.xml” (eXtensible Markup Language), uma linguagem de marcação que possui uma sintaxe básica e que pode ser utilizada para compartilhar informações entre diferentes computadores e aplicações, muito útil no caso de banco de dados (Pereira, 2009), manipulável pelo Microsoft Excel, e que pudesse posteriormente ser importada para um aplicativo de gestão e migrada para um servidor de arquivos.

Para catalogação e subsequente construção da base de dados, conforme consta no Manual de Aquisição (Hamoy, 2015b, pg. 6), devido a *“ser uma plataforma de sistema universal, que pode ser acessada de forma igualitária a partir de qualquer computador”*, utilizou-se a plataforma Google Docs, através da ferramenta Google Forms, para preenchimento do formulário com as informações dos arquivos, visto que essa exporta os dados de entrada nos formulários em forma de planilha tabulada de dados.

Assim, os objetos foram divididos em quatro grupos:

- Fotografia,
- Vídeo,
- Áudio e,
- Desenho.

E foram catalogados através da Ficha Cadastral de Arquivo Digital, ficha catalográfica que seguiu as normas e indicações do CIDOC/CRM e Spectrum 4.0.

O acervo inventariado pós processo de coleta de dados, em consonância com projeto conceitual da Casa de Memória foi tematizado em seis categorias de

referência, inspiradas nas referências culturais determinadas pelo IPHAN (Hamoy, 2015b, p. 10), que se constituem em:

01. Celebrações;
02. Formas de Expressão;
03. Ofícios e Modos de fazer;
04. Edificações;
05. Lugares e;
06. Histórias de Vida.

Como podemos verificar, as categorias foram organizadas e implementadas conforme o INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN). O INRC é

“uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística.” (IPHAN, 2014)

Embora, a categoria “Histórias de Vida”, não faça parte da metodologia INRC, ela foi colocada para restituir a voz silenciada durante todo o processo de construção do Plano Básico Ambiental (PBA).

Segundo Gimenes (2018), todas as pessoas autorizaram a gravação das entrevistas e a futura disponibilização pública delas, visto que, seriam incluídas no Acervo da CMT.

Para exemplificar o processo funcional de catalogação demonstramos a seguir um caso, exemplo, de um identificador do acervo.

O arquivo digital “VID.81.VX-SF.2012.06”, onde (Gimenes, 2018, p. 30 apud Hamoy, 2015b, p. 16):

- VID – Arquivo em vídeo;

- 81 – Número da ordem de cadastro do objeto;
- VX – Cidade de origem do objeto, neste caso, Vitória do Xingu;
- SF – Identificação da localidade dentro do município onde o objeto foi coletado, São Francisco das Chagas neste caso;
- 2012 – Ano de criação do objeto;
- 06 – Código de referência, Histórias de Vida, nesse caso

Dessa maneira, cumprindo as diretrizes do Manual de Aquisição, duas equipes, uma na Sede da Scientia em São Paulo e a outra na Scientia unidade Belém, iniciaram o processo de catalogação. A metodologia contou com a equipe de São Paulo catalogando o inventário das categorias: Celebrações, Lugares e Formas de expressão; e a equipe de Belém com as categorias: Edificados, Ofícios e Histórias de vida, já que haviam trabalhado diretamente com essas categorias na inventariação, durante os trabalhos de catalogação, que duraram cerca de quatro meses, a museóloga Elinelma Nascimento e Hamoy ficaram monitorando todos os processos.

Dos 30 mil objetos, cerca de 6 mil foram catalogados, isto porque o Manual de Aquisição também continha a Política de Descarte. Hamoy (2015b, p. 22) diz que durante o processo de catalogação, “foi realizada uma minuciosa avaliação de cada arquivo”, para selecionar aqueles que seriam movidos para uma pasta denominada “Descarte”, partindo dos seguintes critérios:

1. Número de cópias: se o arquivo possui várias cópias e com mesmo ângulo visual, deverá ser escolhida a de melhor qualidade e as demais removidas para a pasta correspondente.
2. Representatividade no contexto do acervo: se houver arquivos sem relevância para o contexto da categoria e do acervo, deverá ser selecionado e após avaliação poderá ser removido.
3. Legibilidade: imagens tremidas, desfocadas, que apresentem dificuldade de leitura, deverá ser removida.
4. Proveniência: Arquivo proveniente de instituições, sem autorização de uso de imagem, deve ser removido (Hamoy, 2015, p. 22)

Lembrando que os arquivos não foram deletados, mas arquivados apenas com seu título original e catalogados apenas com os seguintes dados: categoria, o

número do disco rígido onde se encontravam, a pasta que os continha e nome do arquivo.

Quando o processo de catalogação foi finalizado, o Acervo ficou preservado em 3 cópias, ficando as cópias: no computador “servidor” da Scientia unidade Belém; na sede da Scientia, em São Paulo, e a restante com a Norte Energia, esta posteriormente entregue à Universidade Federal do Pará (UFPA), visto que ela se tornou a responsável pelo Complexo Casa de Memória Transxingu, disposto da seguinte forma:

Tabela 3 – Tabela final do Acervo da Casa de Memória Catalogado.

ACERVO CATALOGADO	No. total de arquivos
Celebrações	927
Formas de Expressão	85
Ofícios e Modos de Fazer	540
Edificações	2978
Lugares	1249
História de Vida	156
Total de Itens catalogados	5935

Fonte: Hamoy, 2015b.

2.3 A Casa

Embora tenhamos visto que o projeto arquitetônico da CMT tenha sido realizado de forma participativa e em conjunto com diversos atores das cidades afetadas pelo empreendimento, segundo relata Gonçalves (2015) detalhadamente em diversas páginas, o projeto original concebido e descrito pelo documento denominado “Partido Arquitetônico” entregue pelo escritório da Acuri foi modificado por diversas circunstâncias sendo a principal dessas cortes no orçamento do projeto.

A figura 12 mostra o local onde foi construída a CMT, é possível observar a chaminé e os fornos da antiga olaria que era situada no local, ambos ainda fazem parte do Complexo.

Figura 12 – Foto – Terreno da antiga olaria onde foi construída a Casa de Memória Transxingu em Altamira/PA.



Fonte: Scientia, 2014.

Carlos Gimenes, então coordenador do “Programa 9” se reuniu com os arquitetos do escritório Knijink Engenharia, responsáveis pela execução do projeto, para corrigir coisas que fugiam do combinado com a população, ao que Gonçalves relata (2015, p. 125):

“Dessas alterações feitas pelos arquitetos da Knijnik no projeto executivo, restou um problema grave com a implantação. Eles modificaram a posição dos edifícios e quando foi feita a reunião, argumentou-se que aquela implantação já estava quantificada e orçada e não seria modificada”.

A Norte Energia pediu pela redução da área construída e pela diminuição de custos desconsiderando todo o processo participativo retirando a sala de inclusão digital e uma sala destinada a receber os grupos de visitantes do museu e substituindo-as apenas pelas duas salas multiuso.

A nossa entrada nesse projeto se deu após o término do projeto executivo para trazer à realidade o Plano Expográfico do Espaço Museológico, neste momento houve a redução de funcionários da empresa reduzindo a equipe técnica à uma consultora e um arquiteto e a contratação de uma equipe de estagiários, subsidiada por um acordo entre a Norte Energia e Universidade Federal do Pará para manter a Casa.

Naquele momento diversos problemas estruturais foram encontrados, nos deparamos com uma obra com inúmeras inobservâncias das especificações feitas no projeto arquitetônico do complexo como um todo, com uso de materiais de qualidade duvidosa e um aparente desencontro entre o que deveria ser apresentado e o que se apresentou.

Figura 13 – Foto – Vista do Complexo Casa de Memória Transxingu construído, com as salas multiuso à direita e o Espaço Museológico no fundo



Fonte: Autor, 2018.

Passada uma longa rodada de ajustes, consertos e refazimentos, para adequação do complexo como um todo, a execução do Plano Expográfico foi posta em execução por uma equipe de estagiários, sendo esses inicialmente, uma estagiária em arquitetura e urbanismo e um estagiário em produção multimídia, somados a um arquiteto do setor de socioeconomia da Scientia, todos sob coordenação de Dr^a. Idanise Hamoy.

A execução do projeto expográfico, constituinte do espaço museológico demandava profissionais multidisciplinares, já que as instalações conceituais exigiam conhecimentos transversais em artes plásticas e tecnologias digitais.

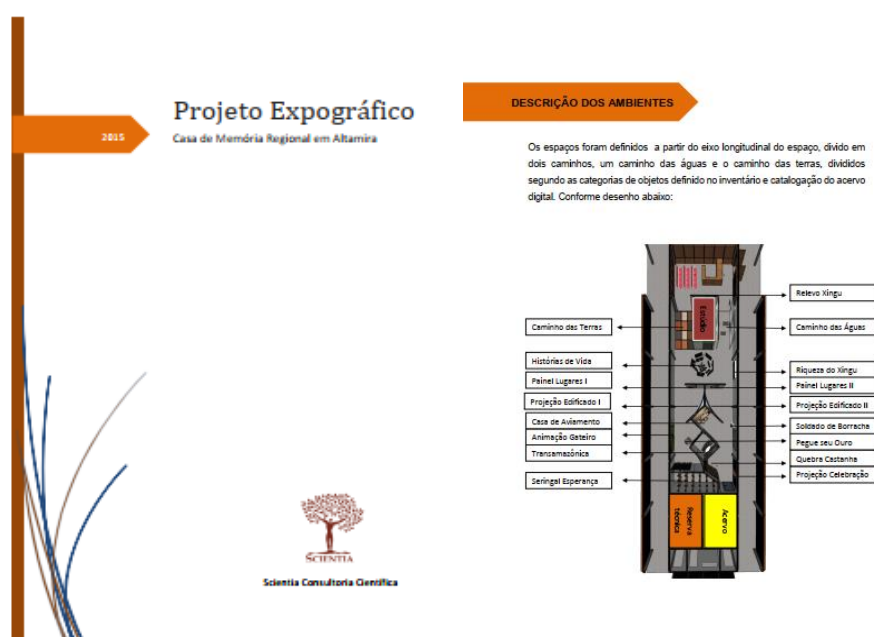
Nosso apontamento sobre esta fase é que consideramos uma problemática deixar o projeto arquitetônico sob responsabilidade de uma empresa e a execução a cargo de outra.

2.3.1 Projeto Expográfico e Espaço Museológico

Devido o Espaço Museológico ser de extrema importância para a finalidade desta pesquisa iremos detalhar o projeto conceitual referência para a exposição de longa duração, exibida no espaço museológico da Casa de Memória, sem, no entanto, versar sobre a sua fase de execução, essa parte será explicada adiante.

O “Projeto Expográfico da CRM” foi um documento que trouxe a proposta para os ambientes do Espaço Museológico, assim como no Projeto Arquitetônico, definida a partir do conceito do território patrimonial Transxingu, precisado pelos representantes dos cinco municípios durante as oficinas participativas. Foi elaborado por Idanise Sant’Ana Azevedo Hamoy, Edson Ricardo Silva e Elinelma Nascimento.

Figura 14 – Imagem – Capa e página nº 5 do Projeto Expográfico contendo a designação dos ambientes da mostra permanente.



Fonte: Hamoy et al. 2015c

O conceito principal baseou-se nas relações das comunidades com a floresta e com o rio, terra e água respectivamente, e assim os espaços da Mostra de Longa Duração do Espaço Museológico da CMT.

Uma vez que o Acervo é essencialmente digital, o espaço foi pensando para a interação e imersão do público principalmente através de meios digitais.

Ao nos referirmos a meios digitais estamos falando dos equipamentos digitais que possibilitam interação através da seleção e reprodução de arquivos digitais de imagem, áudio e vídeo; estes são principalmente as telas sensíveis ao toque, *touchscreen*, com interfaces de interação que respondem aos comandos do usuário; projetores de mídias audiovisuais e caixas de som embutidas que permitem ouvir diversos sons dentro do Espaço Expográfico, todos esses controlados por computadores, geralmente ocultos aos visitantes.

Quando falamos de interação com relação à parte digital da mostra, dos diversos conceitos que existem, em nosso entendimento, o mais assertivo sobre a CMT é um conceito mais recentemente onde se enfatiza a interação usuário-sistema como processo de comunicação entre pessoas mediada por sistemas computacionais (de Souza, 2005), visto que quem construiu o “sistema” da mostra de longa duração fez um delineado, um recorte, com intuito de expor uma mensagem; por isso, consideramos essa interação como um processo de comunicação, conversa, troca e influência com a possibilidade de culminar em outros desdobramentos conforme expressa Barbosa quando aborda a respeito deste entendimento de interação (Barbosa et al, 2021).

Sobre ser imersivo, este aspecto se dá pela intenção de alguns ambientes da mostra gerarem um modo específico de percepção do espaço, elementos que juntos contribuam para construção de um imaginário seja de espaço, tempo ou contexto dentro da subjetividade. Por exemplo, mergulhar no Rio Xingu e poder observar os peixes que fazem do Xingu seu habitat, pisar em terras que por onde ninguém mais poderá andar, devido aos alagamentos causados por Belo

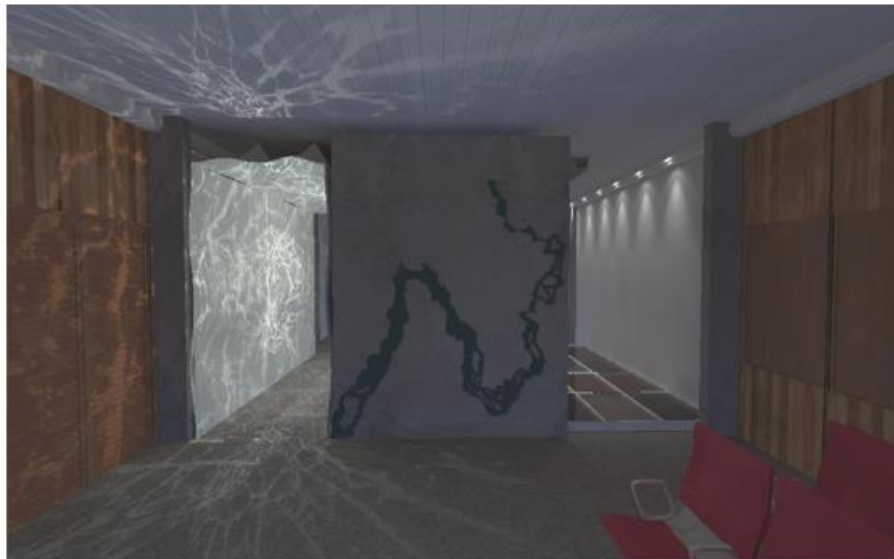
Monte ou caminhar por um seringal onde cada árvore tem um som, uma textura uma mensagem diferente a ser percebida, imaginada, subjetivada pelo visitante.

O espaço museológico foi dividido nos seguintes ambientes:

- **Recepção que conta com a projeção mapeada “Relevo do Xingu”:**

Esta projeção se daria em um painel com a volta grande em alto relevo, o vídeo a ser projetado contaria um breve histórico de formação da região, os municípios que a compõe além de informações geopolíticas, por ser em alto relevo, o visitante poderia sentir a Volta Grande de maneira tátil. (Hamoy et al, 2015c, p, 6).

Figura 15 – Ilustração – Projeção Mapeada “Relevo do Xingu”.



Fonte: Hamoy, 2015c.

Passada a recepção, o visitante poderia optar por dois caminhos conceituais, o “Caminho das Águas” e o “Caminho das Terras”, um espaço comum que é comum aos dois caminhos conceituais é a:

- **Árvore da Vida:** Uma estrutura metálica contendo telas exibiria vídeos contendo trecho dos relatos disponíveis no Acervo.

Figura 16 – Ilustração – Árvore da Vida.



Fonte: Hamoy, 2015c.

Seguindo pelo Caminho das Águas temos:

- **Águas:** este ambiente lembraria a superfície da água através de projeção em tecido, seria um “mergulho no Xingu” com o objetivo de conhecer os peixes predominantes nas águas da região (Hamoy et al. 2015c, p. 6)

Figura 17 – Ilustração – Caminho das Águas.



Fonte: Hamoy, 2015c.

- **Projeção de Edificados:** Em uma parede curva na montra central seriam exibidos vídeos com montagens relacionadas às edificações,

aquelas que já não existiam mais e as de importância histórica da região. Esses vídeos seriam produzidos a partir de desenhos e fotos do Acervo (Hamoy et al., 2015c, p. 13)

Figura 18 – Ilustração – Projeção Edificados.



Fonte: Hamoy, 2015c.

- **Escultura “Soldado da Borracha”:** Este ambiente contaria com uma projeção mapeada com os relatos registrados no acervo, cartazes e propagandas governamentais da época que incentivaram o êxodo para a região, além de uma escultura de um soldado branco em posição de sentido (Hamoy et al, 2015c, p. 20).

Figura 19 – Ilustração – Projeção e Escultura Soldado da Borracha.



Fonte: Hamoy, 2015c.

- **Diorama do “Casarão” ou “Taberna” ou ainda “Casa de Aviamentos”:** Este espaço apresentaria o ambiente de um antigo barracão onde os seringueiros compravam mantimentos, além do diorama, existiria um totem em que o visitante poderia calcular a quantidade de borracha necessária para comprar produtos de tecnologias atuais como computadores, smartphones etc. com os valores convertidos em quilos de borracha de látex.

Figura 20 – Ilustração – Diorama do barracão e totem taberna.



Fonte: Hamoy, 2015c.

- **Painel Ofícios e Modos de fazer:** Este totem contaria com vídeos e fotos do acervo para ilustrar os diversos ofícios da região.

Figura 21 – Ilustração – Interface do totem “Ofícios e Modos de



Fonte: Hamoy, 2015c.

- **Espaço “Quebra Castanha”:** Este espaço contaria com uma instalação interativa sonora, em que o visitante poderia bater no ouriço da castanha montado de forma que emita o som do ato da quebra para retirada do produto (Hamoy et al, 2015c. P. 19)

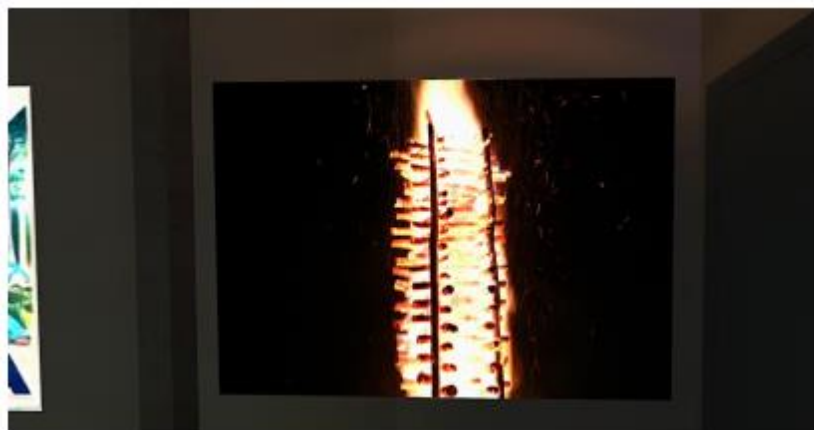
Figura 22 – Ilustração – Instalação do “Quebra Castanha”



Fonte: Hamoy, 2015c.

- **Projeção Celebrações e Formas de Expressão:** Esta projeção exibiria cortes das celebrações catalogadas no Acervo.

Figura 23 – Ilustração – Projeção Celebrações.



Fonte: Hamoy, 2015c.

Para o Caminho das Terras foram designados os seguintes ambientes:

- **Projeção Mapeada “Transamazônica”:** Projeção mapeada sobre a réplica do “Pau do Presidente”, uma estrutura que é marco legal do início da construção da Transamazônica, com vídeos contendo propaganda do governo federal, misturada a fotos e depoimentos de quem migrou para a região motivado pelo empreendimento (Hamoy et al, 2015c, p. 16).

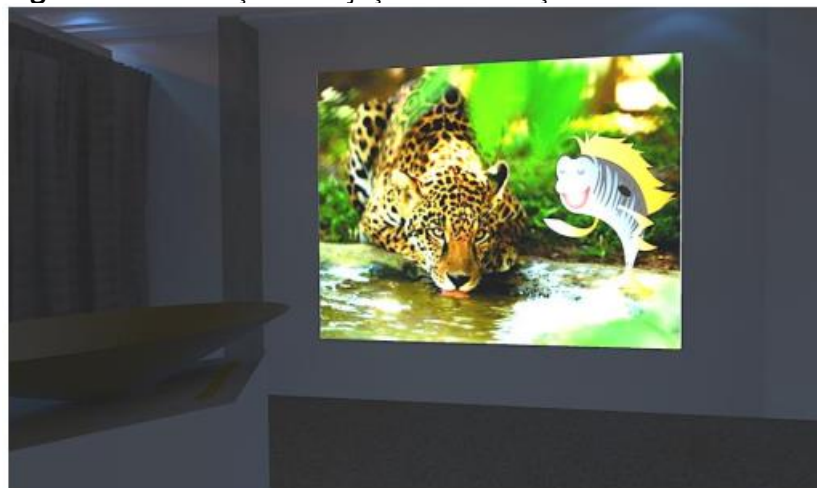
Figura 24 – Ilustração – Projeção mapeada sobre escultura.



Fonte: Hamoy, 2015c.

- **Projeção Animação “Conto do Gateiro”:** Projeção de uma animação que ilustra o relato do Sr. Landri da Fortuna e Silva, contido no Acervo, sobre um “caçador de gato” que quase morreu por sua ambição.

Figura 25 – Ilustração – Projeção da animação “Conto do Gateiro”.



Fonte: Hamoy, 2015c.

- **“Pegue seu ouro”:** Uma instalação que contaria com uma bacia verdadeira com uma pepita de ouro no fundo vazado, sendo essa apenas a ilusão de ótica provocada através de espelhos côncavos.

Figura 26 – Ilustração – Instalação “Pegue seu ouro”.



Fonte: Hamoy, 2015c.

- **Seringal da Esperança:** Este ambiente contaria com a instalação de mastros pendurados que lembrariam a floresta, os seringais e as festas religiosas, teriam movimento pendular e sensores interativos que permitiriam o visitante ouvir sons diferentes vindos de cada mastro, sons como o grunhido da onça, a quebra da castanha etc. (Hamoy, 2015c, p. 18).

Figura 27 – Ilustração – “Seringal da Esperança”.



Fonte: Hamoy, 2015c.

2.4 Considerações

Neste capítulo vimos como se executaram os projetos constituintes do que hoje se tornou a Casa de Memória Transxingu, observamos que o conceito de memória escolhido para direcionar o processo de inventariação foi assertivo no processo de valorização do patrimônio digital resultante da fase quando incluiu a participação popular, principalmente na questão de restituir as vozes silenciadas e devolver ou mesmo compartilhar o poder de cancelar o que deve ser registrado como bem cultural.

Vimos também como se processou a catalogação e curadoria dos bens inventariados, onde a tônica é a interoperabilidade de sistemas, visto que a forma de catalogação permite que as informações do Acervo possam ser importadas para outros sistemas de catalogação e que qualquer objeto parte do Acervo possa ser encontrado e identificado rapidamente.

Entendemos o processo de execução da construção do Complexo Casa de Memória e dos inconvenientes resultantes da mudança nas empresas responsáveis pela execução das obras, além do difícil relacionamento entre as equipes responsáveis pela execução e recebimento da obra.

Não é objetivo deste trabalho explicar os motivos que levaram a Casa de Memória, cuja gestão seria compartilhada, ser entregue à gestão unitária da Universidade Federal do Pará, porém, sinalizamos que se não houver uma consideração ao projeto museológico, e tudo o que foi acordado com a população a Casa perde potência justamente em seu norte principal que é a participação e apropriação popular, uma vez que ao ser entregue à gestão unitária da UFPA sem a participação dos demais atores sociais ilustrados pelo Plano Museológico, ficando as decisões a respeito do Acervo e tudo o que ele representa nas mãos de um grupo, ou melhor, a visão do que dever ser feito ou realizado; o sentimento

de pertencimento e apropriação tão necessários para cumprimento de tudo o que foi pensando na fase de projeção, serão distanciados.

SEÇÃO 3. PATRIMÔNIO CULTURAL DIGITAL COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL AMEAÇADO.

Este capítulo apresentará os principais pontos do estado da arte do patrimônio digital, seu uso no contexto de preservação da cultura e como através dele criou-se o Acervo da Casa de Memória, um bem digital cultural para salvaguardar e preservar informações da identidade, cultura e história dos povos afetados pela construção da UHE Belo Monte, além de elencar e discutir tônicas dos processos de prospecção, produção, proteção, preservação e uso desse patrimônio em formato digital.

Ao utilizarmos livremente o termo “**Patrimônio**”, estaremos nos referindo ao conceito estabelecido por Babelon e Chastel, 1980, onde “Patrimônio se reconhece no fato de que a sua perda constitui um sacrifício e que a sua conservação também supõe sacrifícios”, onde a concepção de patrimônio está intrinsecamente ligada à noção de perda ou desaparecimento (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013).

Ao ler-se “**patrimônio digital**”, estaremos nos referindo ao conceito dado pela Carta Para Preservação do Patrimônio Digital (UNESCO, 2003) quando este abraça “recursos culturais”, segundo a UNESCO:

Patrimônio digital consiste em recursos únicos de conhecimento e expressão humanos. Abraça recursos culturais, educacionais, científicos e administrativos, bem como técnicos, jurídicos, médicos e outros tipos de informação criados digitalmente ou convertidos em formato digital a partir de Recursos. Onde os recursos “nascem digitais”, não há outro formato além do objeto digital.

Os materiais digitais incluem textos, bancos de dados, imagens fixas e em movimento, áudio, gráficos, software e páginas da web, entre uma ampla e crescente variedade de formatos. Eles são frequentemente efêmeros e exigem que a produção, manutenção e gerenciamento intencionais sejam mantidos. Muitos desses recursos têm valor e significado duradouros e, portanto, constituem uma herança que deve ser protegida e preservada para as gerações atuais e futuras. Essa herança sempre crescente pode

existir em qualquer idioma, em qualquer parte do mundo e em qualquer área do conhecimento humano ou expressão. (tradução livre, grifo nosso)

Ao invés do recente conceito de patrimônio digital atrelado a bens digitais como contas on-line, e-mails, dispositivos e dados e seus conteúdos, contas financeiras e negócios on-line, ou seja, bens de valor econômico passíveis da ocorrência de um “testamento digital” (ALMEIDA, 2019).

Quando nos referirmos à **“identidade”**, estaremos usando o conceito de identidade que se constrói dado por Castells:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que organizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espço. Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para que essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem (Castells, 2002, p. 23-24).

3.1 Relações: Patrimônio, Patrimônio Cultural Digital e Patrimônio Imaterial

Patrimônio transcendeu da simples ideia de “propriedade” contida em seu conceito etimológico ocidental como “herança paterna” (CHAGAS, 1996), embora esta forma ainda esteja condicionada em seu espectro jurídico, como bens, posse e tudo o que pertença a uma pessoa ou empresa (Abreu & Chagas, 2003, p. 34), para a concepção do bem comum, ideia resultante das transformações sociais desencadeadas pela Revolução Francesa, na Europa do século 18. Conceito que segue sempre se reinventando e se adensando, porém, constantemente sendo mobilizado para a produção de memórias, identidades e passagem da tradição, em diversas escalas sociais, de pequenos grupos sociais até toda uma sociedade, portanto, tornando-se um lugar de intensas disputas, tudo isso sempre sob a dialética da preservação e da destruição.

Tornou-se um conceito complexo, não no sentido de difícil compreensão, mas de emaranhado, um estado “metá”, do grego, *μετα*, um “entre”, “em seguida”, transicional, e quanto mais mergulhamos no que ele significa ou o que representa, mais percebemos sua natureza anamórfica, entrelaçada nas mais diversas áreas sociais, provocamos dizer que ele existe em todas as áreas humanas, porque nós estamos, então o patrimônio é uma das manifestações da humanidade comparável à arte.

Esse “sentimento” inerente as faculdades humanas é tão extraordinariamente complexo como a arte, pois goza de aspectos semelhantes com por exemplo, a comunicação de algo sob a forma de uma linguagem especial, a noção de valor e importância, o desencadeamento de algum tipo de resposta no ser humano, como o senso de prazer e a apresentação de algum tipo de ordem, padrão ou harmonia (Dissanayake, 1990, p. 34-39). Essa “noção” é criada pelo apreço do indivíduo pelo bem, ou internalizada através do ambiente social.

Na verdade, o aspecto social que forma um patrimônio é apenas à amplificação do “ser individual”, da capacidade de criação de vínculos que temos, com relação a um bem comum, como exemplifica Sant’anna quando diz que um monumento, trabalha e mobiliza a memória coletiva por meio da emoção e da afetividade, fazendo vibrar um passado selecionado, com vistas a “preservar a identidade de uma comunidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar” (Sant’anna apud Choay, 2003, p. 49).

Portanto, dizer que o patrimônio é um “sentimento” é uma forma de percepção que ele não existe fora do homem, ele é concebido e estabelecido dentro do pensamento individual, posteriormente se tornando coletivo. A compreensão do patrimônio como fenômeno social e comportamental, é necessária e abre o precedente para entender o porquê inclusive arquivos digitais podem se tornar patrimônio, e caso se tornem, mereçam ter os seus atributos como a necessidade de preservação e salvaguarda. Onde quer que desenvolvamos nossas atividades lá estarão rastros da nossa cultura, identidade e tradição, mesmo que “lá” sejam os ambientes digitais como suas máquinas e que nossas atividades resultem em uma enorme fileira de bits.

Patrimônio é cultura, patrimônio é identidade, patrimônio é tradição, e para além, neste círculo que se retroalimenta infinito, cultura, identidade e tradição podem ser, e geralmente o são, patrimônios; assim podemos ter uma possível visão de como se insere o patrimônio digital dentro do pensamento Patrimônio.

Ao passo que cada vez mais nos integramos com o digital, interagindo e realizando atividades com ferramentas digitais, em ambientes digitais, vamos deixando o que resulta das nossas atividades, de nossa cultura, de nossa identidade e mesmo de nossas tradições em contêineres digitais, sejam esses dispositivos de armazenamento ou mesmo no próprio ciberespaço; tudo isso à

medida que paralelamente ocorre uma transformação causada por esse processo digitalizador, um processo de troca constante, produzindo um contínuo estado transicional do digital.

Esse movimento se aproxima e relaciona-se com o conceito de patrimônio imaterial ou intangível, visto que este conceito complementa sob a perspectiva antropológica e relativista de cultura o conceito de patrimônio material. Designando “as referências simbólicas dos processos e dinâmicas socioculturais de invenção, transmissão e prática contínua de tradições fundamentais para as identidades de grupos, segmentos sociais, comunidades, povos e nações” (Vianna, 2016); uma concepção que abraça o patrimônio digital justamente por sua flexível visão da diversidade cultural através do olhar antropológico.

Segundo o Art. 216 da Constituição Federal, que versa sobre o patrimônio cultural imaterial:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O conceito de Patrimônio Imaterial associado ao Patrimônio Digital se afina com o “sentimento” do patrimônio, exposto anteriormente, sendo corroborado pela fala de Reis; Serres & Nunes (2016, p. 36) quando diz que o patrimônio imaterial:

“abrange as expressões culturais e tradições de grupos de indivíduos, que não estão tão somente gravadas em monumentos e objeto, mas sim na vida dessas pessoas. São os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações, os lugares. Compara-se o bem digital o bem imaterial por compartilharem as características de vivacidade,

transformação pela intervenção, necessidade de uso de mais de um recurso para preservação, o que normalmente propõem a materialização de algum elemento dessas práticas “

Assim, podemos refletir sobre o Patrimônio Digital como uma extensão do Patrimônio Imaterial dentro dessa perspectiva do que é Patrimônio, esse movimento constante, humano, que segue transformando e sendo transformado. Assim, o patrimônio digital e o patrimônio digital cultural mais especificamente, pode ser visto como uma forma de experienciar o patrimônio imaterial dentro desse caminho.

Este “caminho”, segundo Castells é chamado de “caminho transformador; diverso, complexo e penetrante” (Dias & Andrade, 2018, pg. 131) e “implacável e imparável” por Rollo (2019, pg. 23), o caminho digital; mesmo que este seja vivido com intensidades diferentes de acordo com o nível de integração tecnológica da sociedade onde se processa.

As possibilidades de registro em arquivos-documentos proporcionada pelo digital operam com alto grau de proficiência no sentido de preservar referências “à identidade, à ação, à memória”, de forma que todos os aspectos que constituem tanto o patrimônio material quanto imaterial podem ser referenciados de forma digital.

É importante notar que o patrimônio digital traz consigo características próprias como:

- **Duplicação:** ou seja, ele pode ser copiado diversas vezes;
- **Repetição:** ele pode ser usado e/ou reproduzido diversas vezes;
- **Multiformato:** Uma vez que esse patrimônio existe em forma de dados ele pode ser transformado ou convertido a outros formatos e coexistir nestes formatos, como por exemplo, a conversão de um arquivo de áudio no formato “.wav” para

“.mp3”, ambos ainda serão arquivos de áudio, ou a transformação de alguns frames de um vídeo em para um “.gif” ou vídeo loop “.mp4”.

- **Multiarmazenamento:** ele pode ser armazenado em diversos tipos de mídias de armazenamento, desde discos rígidos até em cartões de memória do tipo microSD.
- **Multimídias:** como o patrimônio cultural digital é composto por arquivos digitais, destes podem derivar diversos outros tipos de mídias e/ou formas de interação, uma foto digital pode ser impressa, ou pode compor outra obra dentro ou fora dos ambientes digitais.

A respeito da produção de patrimônio digital, neste processo de mudança contínua, gostaríamos de trazer para essa discussão o Cíbridismo, cuja noção é:

“ciber + hibridismo é um termo que designa a hibridação entre os mundos on e offline, isto é, a interpenetração crescente entre essas duas esferas, fazendo com que seja cada vez mais difícil, senão impossível, existir em apenas uma delas”. (Caldas, 2017)

Ou:

“conceito formado por Cyber + Híbrido, cyber de cibernético e híbrido – hora real, hora virtual. Seu significado tem a ver com a expansão do ser humano além do seu corpo biológico. Em outras palavras, é o ser humano coexistindo nos mundos on e off-line, parte homem parte robô” (Ferreira, 2014)

Ao analisarmos o cíbridismo como conceito, verificamos que ele é um dos atores no processo de produção do patrimônio digital, através da proposição da coexistência do real e do virtual (aqui abordado como universo de signos e símbolos). Para além, podemos pensar a memória dentro desse “dispositivo”, visto que não somente os documentos do presente são produzidos através do cíbridismo como o próprio patrimônio digital funciona como uma extensão da nossa memória, principalmente a ameaçada.

Assim, o híbridismo, através do digital ajuda na construção e preservação da memória quando lhe transforma em arquivos-documentos, e uma vez que o digital possui características funcionais que o impeli tanto para produção quanto para seu armazenamento, coopera para constituição de patrimônios digitais, e no caso da Casa de Memória, patrimônio digital alçado à patrimônio digital cultural.

Ainda, é necessário considerar que embora não aparente o digital é algo concreto, um sistema digital físico. A respeito disso, trouxemos um apontamento relevante de Lévy quando diz:

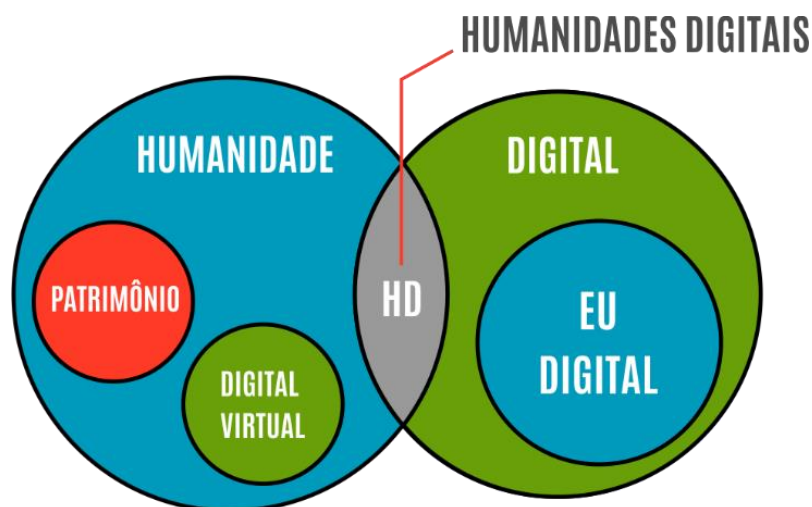
“O mundo digital faz absolutamente parte da realidade. Os computadores são absolutamente reais. Os 0 e 1 são códigos que estão em uma memória que é absolutamente física e absolutamente real. As telas são absolutamente físicas e reais.”
(LEVY, 2013)

A fala de Levy reitera o caráter concreto da tecnologia digital em contraste com a ideia inicial de que, por exemplo ambientes digitais, como a internet fossem uma dimensão paralela, em um momento inicial anterior quando a interação com os ambientes digitais era precária e inconstante, visto que deveríamos “ir para lá”, o que vem sendo transformado depois dos dispositivos móveis como *smartphones* e celulares como corrobora Martino (2020), ao dizer que a internet não está mais “lá”, e sim ao nosso redor, num ambiente onde as fronteiras do real e virtual não são mais nítidas, onde o que acontece num ambiente afeta o que acontece no outro e vice-versa, tudo assentado na realidade, como a mente em nosso próprio corpo, à revelia de pensamentos filosóficos que questionam a existência da realidade e a materialidade que existe independentemente às dúcteis percepções humanas.

Ao relacionarmos o patrimônio digital com essas noções, abstraímos um gráfico de relações, figura 28, abaixo, para ilustrar sua produção e importância. Propomos o seguinte raciocínio, partindo do pressuposto que o patrimônio está

contido na humanidade, e a humanidade interage constantemente com o digital, temos:

Figura 28 – Diagrama de Relações



Fonte: Autor

Dentro de humanidade temos:

- O **Patrimônio** que se refere à percepção de valor inerente ao ser derivada do processo de significação proporcionado pela cultura do ponto de vista antropológico.
- Denominamos “**digital virtual**” à imagem internalizada que temos do digital, à forma como enxergamos a internet, os dispositivos, interfaces, “o todo” digital, das ferramentas, do que podemos fazer através disso, pois dependendo da significação que damos aos sistemas, interfaces e dispositivos reagimos de formas diferentes e mantemos comportamentos sob essa ótica, uma percepção sociocultural. Por exemplo, como nos sentimos com relação à tecnologia? Tenho algum domínio ou conhecimento mais aprofundado? Sinto segurança em ter conversas privadas por chat? Por e-mail? Posso guardar informações em um site cuja sede fica

em outro país? Como se dá essa comunicação? Arquivos são importantes para mim? Quais sentimentos derivam dessas relações? Como eu vejo o armazenamento online? Tenho confiança em transações bancárias através da internet?

Essa espécie de questionamento influencia a relação patrimonial entre o indivíduo e um objeto (bem) digital, o digital virtual é um dos estágios necessários para que ocorra a valorização de dados. No caso da Casa de Memória, houve a concordância técnica que realizar o registro dos bens culturais através de dispositivos digitais era uma forma confiável, que cumpriria seu papel e não iria desvalorizar a importância do levantamento, pelo contrário, seriam uma ferramenta crucial nesse processo.

- O “**eu digital**” ou “existência digital” refere-se àquilo que representa nossa extensão no digital, ou seja, à nossa imagem, ou algo que reconhecemos que existe de alguma forma em ambientes digitais, uma heterotopia possibilitada através da interação por meio de dispositivos digitais. Assim o “eu digital” existe a partir do momento que há uma interação com o digital que resulte na produção de dados, isto através de diversas formas como produzir arquivos com ferramentas digitais (softwares e dispositivos), selecionar quais arquivos devam ser armazenados ou memorizados, ou quais informações devem ir para portais, sites de opinião, redes sociais, microblogs, comentários etc. Quando dizemos “eu” nos referimos ao ato de reconhecimento, de significação, como quem se olha em um espelho e reconhece todo o contexto, toda a história e o cosmos de si mesmo.

- O **digital** em si é toda a infraestrutura já configurada existente, “o todo”, os servidores, supercomputadores, redes, sistemas, dispositivos e ambientes digitais que existem fisicamente com quem interagimos.
- Na interseção dos conjuntos acontece as **humanidades digitais**, segundo Paris O'Donnell (University College of London), “Humanidades Digitais” se trata de uma “atividade interdisciplinar” que transfere para os meios digitais o trabalho tradicional com textos, objetos culturais e outros dados, com isso estendendo radicalmente seus usos potenciais, em nosso entendimento, as humanidades digitais são fruto do cíbridismo no “caminho” digital, e nelas se desenvolvem a produção do patrimônio digital.

Ainda sobre essas relações vejamos a explicação de Santaella (2007, p. 85) quando trata da questão da escrita no digital:

...Trata-se de uma nova maneira de se produzir o texto escrito na sua fusão com as outras linguagens, algo que transforma a escrita no seu âmago, colocando em questão a natureza mesma da escritura e dos seus potenciais.

Ao que ponderamos, essa é a mesma escrita e suas tecnologias ou trata-se da escrita transformada/adequada àquele ambiente ou mesmo de uma nova escrita? O que Santaella (2007, p. 84) responde previamente afirmando que “O computador não nos coloca apenas diante de um novo tipo de técnica, mas traz consigo uma linguagem “cíbrida”, ou seja, o hibridismo sígnico e midiático que é próprio do ciberespaço”.

Ciberespaço segundo Levy (1999, p. 17):

“É o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações

que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. “

Santaella sugere que no ciberespaço; a linguagem, embora ancorada em signos referentes do mundo físico, se muta em algo próprio e da natureza característica do ambiente digital, funcionando como uma adaptação, adaptação que embora realizada pelo homem, está condicionando o mesmo homem a transformações na maneira em que se comunica.

O ciberespaço citado por Santaella é consequência das nossas relações em/com ambientes digitais, o que nos traz a reflexão: levamos nosso comportamento social para os ambientes digitais ao usá-los, inicialmente pelo menos, como ferramentas de comunicação, tal qual as grandes raízes das árvores eram percutidas pelos nativos só que desta feita os ambientes digitais também mudaram nosso modo de “percutir”? Isto ocorre também com o patrimônio? O Patrimônio Digital pode ser considerado um cíbridismo?

E um museu digital? Que é uma forma diferente de experienciar a comunicação com uma mensagem, com história, com o passado, com o patrimônio?

Sintetizando em outro exemplo, agora, usamos o digital (dispositivos de armazenamento de memória de massa, *cloud* e etc.) para fins de memória ou o digital está mudando nosso modo de memorizar? A raridade, um atributo constante de valorização, não é uma constante no digital, devido à capacidade e facilidade na execução de cópias, mas essa circunstância desvaloriza esses objetos digitais, isso pode ser considerado uma mudança no nosso processo de valoração?

Um *backup*, uma cópia de segurança de dados, tem o mesmo ou mais valor do que a cópia original e, o fato de haver uma cópia já incide como um atributo de valorização? Além disso, o valor não estaria no dispositivo de armazenamento

de massa em si, mas na extensão do eu, o “eu digital”, contido e armazenado dentro dele?

Culkin (1967, p. 70) falou a respeito dessas mudanças quando disse: “*We shape our tools and then our tools shape us*”⁵; desenvolvemos facilidades com digital e a interação com essas facilidades está nos transformando. Assim como as demais descobertas transformaram a humanidade, o digital saltou de um ambiente de cálculos, para um de comunicação, de comunicação para a telepresença, da telepresença para a atual e tão discutida inteligência artificial, momento em que o homem deseja dar sua capacidade de interpretação de signos ao ambiente digital, sem antes se ater a limites que estão aí, como o de armazenamento de dados por exemplo e a reflexão do que faremos com toda essa informação que pode se perder a cada atualização, uma dessincronia do progresso tal qual ocorre com a poluição derivada dos modernos processos industriais.

Assim, os pontos norteadores de comportamento social são a ótica interna do patrimônio e do digital virtual, que estão expostos há uma intensa relação de troca entre a humanidade e o digital, ou seja, não se trata de um caso específico ou especial de tratamento do patrimônio em si, mas sim dos nossos comportamentos (humanidades), como versa Hegel (1997; 2010) sobre o ser humano, de que o homem é um ser histórico e social (Rocco & Brito, 2018, p. 500), serem potencializados pela soma aos ambientes e dispositivos digitais, num processo equivalente de transformação, visto que à medida que criamos, desenvolvemos interagimos com os meios digitais esse meios seguem nos transformando, como no exemplo do processo de globalização, explicado por Milton Santos (1994, p. 31), “O espaço se globaliza, mas não é mundial como um

⁵ “Nós moldamos nossas ferramentas e nossas ferramentas nos moldam” ou “Os homens criam as ferramentas, e as ferramentas recriam os homens” (Tradução livre, nossa)

todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas".

Através do exposto, partindo da suposição que ambientes digitais demandem características e dinâmicas próprias, logo possivelmente os elementos e relações contidos nele são inerentes e herdem sua natureza, portanto, tal qual no exemplo da linguagem, outros aspectos ancorados e referentes podem ser analisados à luz dessa proposição, o que denominamos aqui de novas entidades ou "cibridismos", como o "tempo outro", ou o tempo no digital, a memória no digital, a escrita no digital, o espaço no digital, o patrimônio do digital, a preservação no digital e assim por diante, novas estruturas sociais baseadas nas TICs.

O patrimônio digital vem desta forma sob um novo contexto histórico, desta vez através da revolução tecnológica e com uma nova lógica de organização do Estado e da sociedade, ele se processa através da interseção entre a área do patrimônio e as tecnologias de informação e comunicação (TDICS) (RAMIRES, 2019).

Derivado ou uma face do Patrimônio Digital, o Patrimônio Cultural Digital é intrínseco às interações humanas nos ambientes digitais e/ou com ferramentas digitais, e passa a existir no momento em que há uma significação ou ressignificação para a finalidade cultural, um objeto digital não existe de fato a não ser que alguém lhe compreenda e lhe dê significado, como qualquer tipo de patrimônio. Este processo de significação no caso da Casa de Memória se iniciou no momento em que a equipe técnica colocou apoios que proporcionassem a melhor significação, como a definição do conceito de memória e o processo participativo durante a inventariação, além do processo de curadoria ter sido baseado em um modelo que contempla diversas áreas da cultura que se

entrelaçam, gerando uma consistência, uma homogeneidade que concorre para a veracidade na perspectiva de diversas fontes.

3.2 Os dados culturais inventariados na região do médio-baixo Xingu são patrimônio cultural digital?

Segundo a Carta da UNESCO (2003, p. 1), “O patrimônio digital consiste em recursos únicos de conhecimento e expressão humanos.”, quando se refere a recursos prossegue dizendo: “Muitos desses recursos têm valor e significado duradouros e, portanto, constituem uma herança que deve ser protegida e preservada para as gerações atuais e futuras”, ora, o Acervo da Casa de Memória se constitui de arquivos digitais tais imagens e vídeos dos lugares afetados por Belo Monte.

Uma das celebrações documentada e parte do Acervo, é a festividade de São Benedito da Fortuna, da cidade de Senador José Porfírio, nas gravações diversos comunitários falam sobre suas relações com a Festividade, no objeto “VID.776JP.SE.2013”, que contém a entrevista com João Pena, podemos entender a grandeza da importância dessa festa. João Pena relata que desde os 23 anos frequenta a festa com sua família, na época que deu a entrevista João estava com 81 anos, ele diz que essa tradição é passada de pai para filho e de filho para neto, que essa é uma festa familiar.

Os pais ensinam os versos para os filhos e os filhos pros netos, se o pai levantava a bandeira, quando ele sai, o filho assumirá seu lugar; quem fazia o repente, passa para o filho, se o filho não quiser, passa para o neto, “é uma cultura” diz seu Pena” aos 12:55 minutos do vídeo.

Assim entendemos neste exemplo que quando dizemos “afetados” ou “atingidos” por Belo Monte, dentro do contexto do patrimônio cultural, nos

referimos a casos como a festividade de São Benedito, que num caso de êxodo das pessoas que compunham a comunidade onde a festividade se processa, visto que, como vimos algumas famílias que são as “guardiãs do santo”, por manterem a tradição local, colocam com esse possível êxodo, essa manifestação cultural e tudo até onde seu acontecimento se espraia dentro da identidade, tradição e modo de viver daquelas pessoas em risco.

A perda dessa festividade para essa comunidade se constitui em um sacrifício? Caso sim, ela se torna, na visão de Babelon e Chastel, 1980, um patrimônio?

Então, voltamos à Carta de 2003: “Muitos desses recursos têm valor e significado duradouros e, portanto, constituem uma herança que deve ser protegida e preservada para as gerações atuais e futuras”, ora o valor desses objetos digitais ou arquivos, tem significado valor e significado duradouro? Tanto dentro daquela comunidade, quanto no cenário nacional?

Em suma, o objetivo da inventariação dos bens culturais da região afetada por Belo Monte foi registrar como as localidades eram antigamente e como estavam no momento da chegada do empreendimento, um conceito de valor antecedente ao da criação do Acervo já valorava essas manifestações como importantes, tanto que deveriam ser registradas.

Além desse valor preestabelecido, podemos propor que houve um acréscimo de valor a partir do momento em que o levantamento dessas informações, embora mediado, se deu de forma livre e espontânea, a partir do entendimento do conceito de memória escolhido, como vimos no item 2.1.1; assim, permitindo que com a participação popular, a própria comunidade valorasse ou externalizasse sua atribuição de valor, como corrobora a visão de Prats (2005).

Para Ramires (2019) patrimônio cultural digital ainda é um conceito em construção com diferentes concepções do que realmente é. Uma das vertentes trabalha o uso de ferramentas tecnológicas para a pesquisa e armazenamento de dados, como a digitalização de documentos imbuídos de valor histórico e cultural e o “uso de modelos em 3D de objetos e sítios patrimoniais” (Ramires, 2019, p. 7).

Um exemplo dessa vertente é “o que sobrou” do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que em 2018 perdeu quase todo o seu acervo em um incêndio, disponível na plataforma digital Google Arts & Culture, que com o apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Ministério da Educação havia disponibilizado uma exposição virtual de parte do acervo.

Ramires (2019) diz que essa exposição virtual não substitui as obras de grande valor histórico-cultural que não existem mais, mas representam uma possibilidade de lembrar, que aí o patrimônio digital representa um importante mecanismo de salvaguarda de acervos, pois as tecnologias têm uma enorme capacidade de armazenamento da memória.

A outra vertente considera o patrimônio digital como todos os produtos que já nascem eletronicamente no ciberespaço, guardando relação com o desenvolvimento das redes sociais (RAMIRES, 2019).

Para Reis, Serres e Nunes (2016, p. 66-67):

Um bem digital não é qualquer recurso digital, ou qualquer duplicação de bem analógico, ainda que se considera o potencial de patrimonialização presente em cada um desses. Um bem digital imprescindível ser parte integrante de algum movimento civil, ou funcionar como registro, e ser um recurso que provoque interação ativa na internet. Um acervo tão somente digitalizado não se transforma, automaticamente, em patrimônio, sendo mais um recurso de preservação, bem como um website qualquer não é patrimônio digital. Considera-se a possibilidade de instaurar processos de ativação para patrimônios digitais, transformando um material que tem potencial patrimonial em bem patrimonial, fazendo isso através de aguçamento de olhares, observação e experimentação orientada, incorporação de outros recursos não necessariamente digitais.

Se formos comparar a ideia apresentada na fala anterior, no caso da Casa de Memória, o Acervo, bem digital, é parte integrante de um movimento civil para preservação dos bens culturais das regiões afetadas por Belo Monte, funciona como um registro e foi colocado em ação em processos de ativação através do Espaço Museológico.

Assim, acreditamos que foram atribuídos valor e significado duradouro aos recursos únicos, únicos porque que só existem pela força da determinação de compensação, assim tornando-se tanto pela visão da Carta de 2003, quanto de Babelon e Chastel, um patrimônio, um patrimônio digital; e pela ideia de Reis, Serres e Nunes um bem cultural digital, que por sua vez se torna um tipo de patrimônio cultural digital.

3.3 Usos do Patrimônio Cultural Digital do Acervo da Casa de Memória Transxingu no Espaço Museológico e na Internet

Como vimos o patrimônio cultural digital é um registro digital que guarda ou aguarda nova significação, em ambos os casos a interação é necessária com esse patrimônio para que ele cumpra seu papel enquanto patrimônio e coopere com a finalidade com a qual se destina, por isso, detalhamos abaixo as extroversões realizadas utilizando o patrimônio cultural digital do Acervo da Casa de Memória para compor a exposição de longa duração do seu próprio Espaço Museológico.

Apenas os ambientes cuja projeto contou com nossa participação na execução serão detalhados, os demais ambientes citados no item 2.3.1 não serão detalhados, no entanto, todos os ambientes citados foram finalizados.

3.2.1 Personalidades na Janela

Quando no item 2.1.3 deste trabalho nos referimos a discrepâncias ou inobservações técnicas durante a execução das obras de construção do Complexo Casa de Memória Transxingu, falamos, por exemplo, a respeito de incompatibilidades entre o Espaço Museológico e o Projeto Expográfico. Um exemplo a respeito esteve na necessidade de o espaço ter pouca iluminação, já que contaria com várias projeções, o que não ocorreu visto que o Espaço Museológico tem janelas por todos os lados.

Para contornar esse problema concebemos a seguinte ideia: selecionar no Acervo amostras com fotos de pessoas de cada uma das cidades afetadas, e cobrir as janelas com esses adesivos.

Figura 29 – Foto – Vista diagonal do Espaço Museológico da Casa de Memória Transxingu mostrando as fotos retiradas do Acervo sendo exibidas nas janelas.



Fonte: Autor, 2018

Foi extraordinário constatar através de relatos in loco o quanto essa “pequena” ação impactou no cumprimento da missão do Espaço Museológico no quesito “estabelecer relações entre o passado e o presente através do registro, exposição...” (Hamoy, 2015a). Durante as obras de adequação, os próprios trabalhadores da região encontravam com o passado e com as memórias apenas ao visualizar as fotos de conhecidos da região.

Figura 30 – Foto – Operário Evaldo dos Santos, filho de Valmir dos Santos, falecido em 21 de dezembro de 2018 cuja história de vida está registrada no Acervo, posa ao lado da foto de seu pai, numa das janelas da Casa de Memória.



Fonte: Ivanir Ester de Oliveira Gomes Garcia, em 4 de setembro de 2019.

3.1.2 Relevô do Xingu

A concepção para esse item da exposição de longa duração, segundo o Plano Expográfico, era criar um painel em alto relevô da Volta Grande do Xingu que receberia uma projeção mapeada que apresentasse um breve histórico da formação da região, informações históricas e geopolíticas (Hamoy, 2015c).

O primeiro passo foi a produção do quadro com o relevo da Volta Grande do Xingu, para isso, instalamos primeiramente o projetor e assim mapeamos a área disponível para exibição, após isso, com uma imagem de satélite selecionada, projetamos a Volta grande sobre a tela, assim o então bolsista de artes visuais (Fadesp/UFGA) e artista plástico Sandro Pereira de Almeida, realizou as marcações e esboços no quadro que receberia o alto relevo.

Figura 31 – Foto – Mapeamento inicial



Fonte: Autor, 2016.

O relevo foi feito usando massa plástica e resina acrílica, após o tempo de cura, o painel foi colado na parede e a projeção alinhada.

Figura 33 – Foto – Sandro Almeida instalando o painel em alto relevo da Volta Grande



Fonte: Autor, 2018.

Figura 32 – Foto – Retocando o “branco” no painel em alto relevo da Volta Grande do Xingu finalizado.



Fonte: Autor, 2021.

A narrativa desenvolvida para o vídeo projetado no relevo da Volta Grande se inicia com foco no rio Xingu, de onde nasce a vida, com cores percorrendo o rio, dele surge a floresta, e ouve-se o som dos animais, o que em seguida é gradualmente substituído e destruído pelo fogo, símbolo do desmatamento e ocupação pelos migrantes, e então podemos ouvir o som de motosserras e árvores sendo derrubadas.

Nesse momento, como encanto, como magia de restauração, ouvimos a fala de uma das pessoas entrevistadas no trabalho de campo, Maria Rosária Souza Guzzo, que enquanto fala reverdece e reaviva a floresta queimada e destruída:

“Ela fez a gente vê que tinha como transformar isso aqui num lugar bom de se viver... Através dela a gente começou a ver a natureza de outra maneira, pra mim a floresta era uma inimiga, inclusive o INCRA na época fazia até uma campanha, quem derrubasse mais, quem queimava mais... Era o bambam da época, o campeão e a gente toma derrubar mata e botar fogo, queimamos muita floresta, estragamos muita terra né... Através dela a gente conseguiu ver que não era isso, que a floresta tinha outro sentido, outro objetivo, tinha outra finalidade, outra importância pra vida da gente, e a gente começou a ver isso tudo com outros olhos, eu comecei a gostar da aqui na verdade e me apaixonei pela Amazônia, e aí a gente está aqui até hoje.” (Relato de Maria Guzzo, contida no Acervo da CMT, se referindo a Missionária Dorothy Stang)

Após a “ressureição” da floresta somos levados a uma viagem no tempo quando podemos acompanhar o processo de transformações da região através de imagens de satélite. No processo de produção do vídeo utilizaríamos imagens de satélite que seriam cedidas pela Norte Energia para ilustrar as transformações da região ao longo do tempo, entretanto, devido ao prazo e dificuldades de comunicação com os agentes da NESA, usamos o Google Earth para recuperar as imagens da região desde 1964 até 2016, ano de inauguração da UHE Belo Monte, é possível ver nitidamente a criação e o aumento dos ramais da Rodovia Transamazônica, o desmatamento, o desenvolvimento das cidades da região e principalmente as grandes mudanças feitas no rio Xingu devido à construção de Belo Monte.

Assista ao vídeo



3.1.3 Árvore da Vida e Todas as vozes

Em alusão às lendárias Árvore da Vida e Árvore do Conhecimento e com toda relação que o povo local tem com a floresta (Hamoy, 2015c), projetamos uma árvore de metal, cujas folhas e frutos seriam telas com vídeos curtos da categoria Histórias de Vida do Acervo, assistimos todas entrevistas e selecionamos diversas falas que expressassem a história das cidades, do processo de povoação, das famílias, da cultura ou de pessoas ilustres, como o caso do Sr. Demerval da Silva Almeida, morador de Vitória de Xingu, que mostra a foto do Sr. Deuclides Almeida, seu avô, um escritor, inventor e compositor sergipano, que morou em Altamira e compôs o hino da cidade.

Figura 34 – Composição de Fotografias – Fase de montagem da Árvore da Vida



Fonte: Autor, 2016.

Do centro da árvore sai um som onde todas as vozes soam juntas, de maneira que é difícil atentar para uma história somente, só é possível escutar escolhendo uma tela e colocando o fone de ouvido, prestando atenção à fala, dando ouvidos ao que o escolhido tem a dizer e para cumprir as questões de acessibilidade deixamos algumas telas com legenda. Ao todo selecionamos 30

histórias de vida e dispomos em todas as telas para serem exibidas de forma aleatória.

Figura 35 – Foto – Árvore da Vida finalizada exibindo os videoclipes com trechos editados derivados da categoria



Fonte: Jordana Oliveira Barbosa, 2021.

3.1.4 Painel Lugares

O painel lugares deveria ser um totem interativo embutido na montra que divide os dois caminhos conceituais onde os visitantes poderiam navegar por várias galerias com álbuns da categoria Lugares do Acervo.

Para a execução do projeto solicitamos uma tela *touchscreen* de 32 polegadas, esta tela veio de Altamira para a Scientia unidade Belém, para que pudéssemos desenvolver a interface interativa ao mesmo tempo que íamos realizando os testes de performance.

Durante a fase de concepção do aplicativo definiu-se que esse seria de navegação facilitada, emulando o máximo possível as telas de dispositivos celulares, para contar com a facilidade e rapidez de reconhecimento no uso da interface, além disso, a interface disporia de dicas rápidas que ajudassem os visitantes na navegação.

Para selecionar o lugar pelo qual gostaria de navegar, o visitante selecionaria na tela inicial, abaixo, uma das cidades onde ocorreu a inventariação. Essas, dispostas sobre a imagem de satélite que contém o mapa da região, mais especificamente da Volta Grande do Xingu.

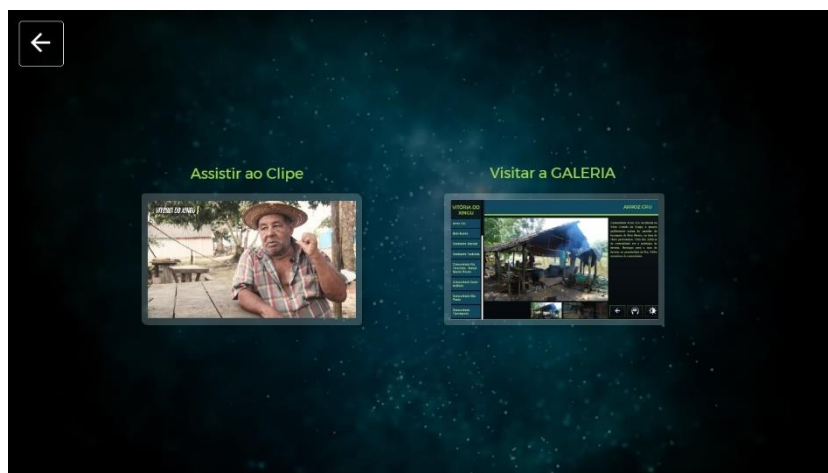
Figura 36 – Captura de Tela – Tela inicial do Totem Lugares



Fonte: Autor, 2021.

Uma vez selecionada a cidade, o visitante é levado até uma tela onde pode optar por assistir um videoclipe contendo um resumo com falas importantes sobre a cidade escolhida ou visitar a galeria de lugares.

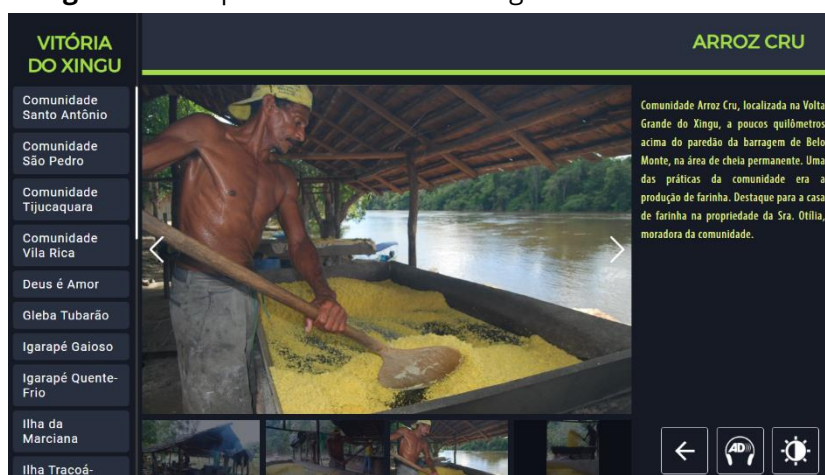
Figura 37 – Captura de Tela – Tela de seleção do Totem Lugares



Fonte: Autor, 2021.

Ao selecionar “Visitar a galeria”, o visitante é levado até uma tela com menu lateral que possui amostras de todos os lugares inventariados durante o processo de registro do patrimônio cultural da região.

Figura 38 – Captura de Tela – Tela da galeria da tela interativa



Fonte: Autor, 2021.

Uma vez dentro da galeria o visitante pode ver imagens selecionadas das que estão disponíveis no Acervo e um texto contendo informações sobre o lugar, o texto descritivo foi feito a partir das anotações disponíveis no banco de dados do Acervo e informações adicionais foram colocadas a partir das anotações dos pesquisadores da Scientia.

Esta tela interativa conta com audiodescrição das imagens e do texto de apoio e autocontraste para permitir a acessibilidade.

Imagens de todos os todos os lugares inventariados nas cidades foram colocados na tela interativa, para que todos pudessem procurar e relembrar seus lugares de origem, principalmente as fotos das comunidades, visto que algumas se desfizeram completamente.

3.1.4 Projeção Edificações

Em seu projeto original, esta projeção teria um videoclipe com montagens sobre das edificações que já não existem ou de relevância histórica, além disso o vídeo ilustraria os métodos de construção aplicados na região (Hamoy, 2015c).

O que fizemos durante o processo de produção foi dividir a projeção edificações em duas, em uma das projeções exibiríamos as maquetes produzidas em 3D, animadas, com as casas históricas e de relevância da região, na outra, colocamos exemplos, também modeladas em 3D, de habitações realizadas com processos de edificação da região.

Figura 39 – Recorte da página 86 do Albúm do Estado do Pará 1908, guia para reconstrução em 3D do Forte Ambé.



Fonte: Álbum do Estado do Pará 1908

Modelamos ambas as maquetes a partir de imagens históricas e de imagens recentes disponíveis no Acervo, do pouco remanescente de casarões históricos da região e usando as imagens do Acervo os tipos de habitação.

Figura 40 – Foto da projeção edificadros históricos, projetando o Forte Ambé na montra central do Espaço Museológico da Casa de Memória Transxingu, Altamira/PA.



Fonte: Autor, 2018.

Figura 41 – Foto – Projeção de tipos de edificadros, projetando uma residência da cidade de Altamira/PA, com arquitetura popular com inspiração no modernismo.



Fonte: Autor, 2021

3.1.5 Painel Edificações

Inicialmente o totem, ou tela interativa, “Lugares” seria duplicado nos dois caminhos conceituais da exposição, entretanto, pela diversidade de conteúdo no Acervo, optamos por dividir as telas deixando uma para o conteúdo dos lugares e outra para o conteúdo edificações.

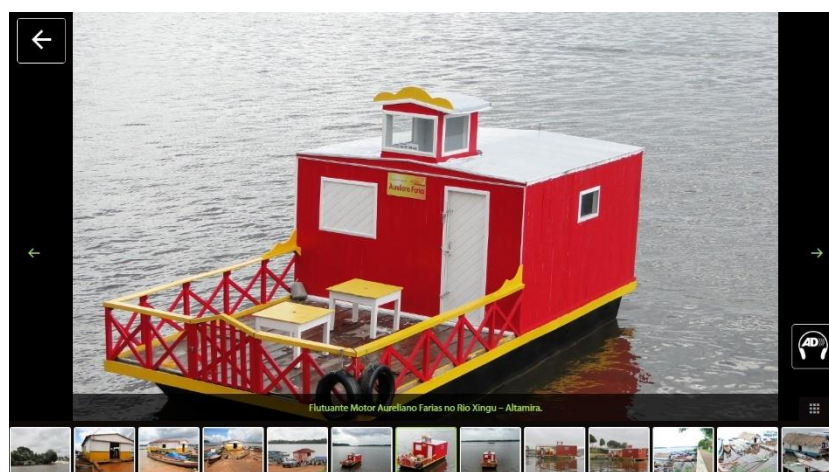
Nesta tela interativa o visitante poderia navegar e conhecer os diversos tipos de construção da região. Na tela inicial poderia escolher uma das categorias, ler um texto descritivo sobre aquela maneira de edificação e assistir a um clipe ou navegar pela galeria.

Figura 42 – Captura de Tela – Interface da tela “Edificados”.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 43 – Captura de Tela – Galeria da categoria “Flutuantes” da tela “Edificados”.

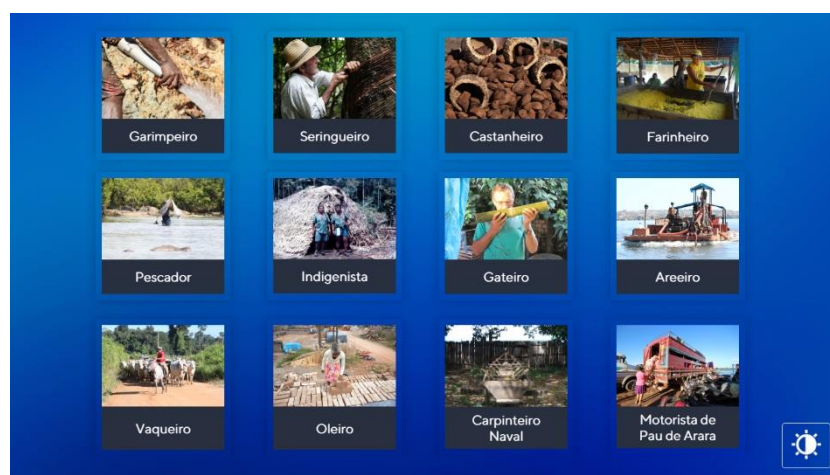


Fonte: Autor, 2021.

3.1.6 Painel Ofícios e Modos de fazer

Esta tela interativa, deveria contar com vídeos e fotos do Acervo contendo itens da categoria Ofícios e Modos de fazer, seguindo a mesma linha de conceito do Painel Lugares, desenvolvemos o aplicativo com uma tela inicial de seleção do ofício ou modo de fazer.

Figura 44 – Captura de Tela – Tela inicial do painel Ofícios e Modos de fazer



Fonte: Autor, 2021.

Ao selecionar o ofício, o visitante deveria escolher assistir um videoclipe criado a partir das gravações in loco sobre o ofício ou visitar a galeria de fotos.

Figura 45 – Captura de Tela – Tela de seleção, Painel ofícios e modos de fazer



Fonte: autor, 2021.

Ao selecionar galeria, o visitante é levado até uma tela com amostra das fotos do Acervo relacionadas ao ofício ou modo de fazer, as fotos contam com descrição e possuem audiodescrição para acessibilidade.

Figura 46 – Captura de Tela – Tela da galeria do painel Ofícios e modos de fazer.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 47 – Foto – Tela Interativa "Ofícios e Modos de Fazer instalada sob a montra.



3.1.7 Projeção Mapeada Transamazônica

Esta projeção seria mapeada sobre uma réplica do “Pau do Presidente”, monumento marco do início das obras da Transamazônica, a projeção traria um vídeo com as propagandas do governo federal misturadas a todos e depoimentos de quem migrou para a região motivado pela construção da grande rodovia (Hamoy, 2015c).

Figura 48 – Foto da visita ao monumento “Pau do Presidente” em Altamira/PA.



Fonte: Thiago Peralta Guerra, 2021.

Esta instalação conta com uma réplica do “Pau do Presidente” cortada longitudinalmente, peça que foi produzida pelo artista plástico Francisco Melo, muito conhecido na região.

Após a instalação da obra e do projetor, a peça foi mapeada para produção do vídeo. O vídeo principal que seria colocando em loop, foi dividido em 4 diferentes, porém, mantendo o mesmo conceito trazido pelo Plano Expográfico contando trechos de reportagem, documentários e depoimentos do Acervo.

A montagem conta ainda com frases marcantes sobre a construção da Rodovia Transamazônica e simula o processo de derrubada da floresta, que “recebe” uma TV antiga, em cima do corte e exibe os videoclipes.

Figura 49 – Réplica do “Pau do Presidente” instalada na CMT, obra do artista plástico Francisco Melo, Altamira/PA.



Fonte: Autor, 2018.

Figura 50 – Foto – Projeção mapeada Transamazônica finalizada, exibindo um trecho da entrevista com o Sr. José Pereira de Miranda, parte do Acervo.



Fonte: Autor, 2021.

3.1.7 Projeção Celebrações e Formas de expressão

Esta projeção apresentaria trechos editados das celebrações e formas de expressão registradas durante o processo de inventariação, para as manifestações culturais registradas em vídeo, editamos trechos para exibição e para aquelas registradas em fotografias elaboramos vídeos com transições de fotos.

As festas religiosas, como mostra o banco de dados do Acervo são as festividades mais comuns na região, dentre elas a Festa de São Benedito das Fortunas, do município de Senador José Porfírio, a Festa de São Sebastião, em Altamira e a Romaria da Floresta em Anapu, todas registradas e contidas no Acervo, e exibidas aos visitantes.

Figura 51 –Fotografia – Projeção “Celebrações e formas de Expressão” exibindo um videoclipe sobre a Festa de Santo Antônio do município de Vitória do Xingu.



Fonte: Autor, 2021

3.1.8 Seringal da Esperança

Esta instalação teria vários mastros pendurados com a finalidade de lembrar a floresta e as festividades religiosas, onde é comum a existência de mastros centrais com o santo homenageado em destaque na região do Xingu. Os

mastros seriam móveis, presos na extremidade superior com movimento pendular.

Cada mastro foi pensado, projetado e desenhado pela bolsista de artes visuais, Thaís Ferreira de Sales e pela consultora e coordenadora de execução do Projeto Expográfico Idanise Azevedo Hamoy. Ao todo 16 mastros foram produzidos referenciando algumas tônicas da região, como a floresta, os rios, a fauna, as festividades, os ofícios e acontecimentos como o desmatamento.

Figura 52 – Foto – Esboços dos mastros do Seringal da Esperança.



Fonte: Thaís Ferreira de Sales, 2021.

Os mastros foram produzidos inicialmente pelos bolsistas do Projeto Casa de Memória Transxingu, as saber Thaís Ferreira de Sales, Tayná Sampaio, Brenda Machado Barros e Andrey Alex Palheta e pela coordenadora Idanise Hamoy; e foram finalizados posteriormente pelas artistas plásticas Marlene de Oliveira Amanajás e Jordana Oliveira Barbosa. Nesta instalação nosso trabalho foi resgatar sons, ruídos e falas e construir as faixas de áudio que seriam reproduzidas todas as vezes que o visitante interagisse com um dos mastros, já que os mastros também foram pensados no senso tátil pois têm texturas diferentes para cada contexto e com dialogam com cada som.

Figura 53 – Fotos – Momento em que crianças indígenas são convidadas a deixarem as marcas de suas mãos no mastro “crianças”, à esquerda Idanise Hamoy, à direita Thaís Sales.



Fonte: Sandro Almeida.

Figura 54 –Foto – Instalação do "Seringal da Esperança"



Fonte: Thiago Peralta Guerra, 2021.

3.1.9 Soldado da Borracha

O Soldado da borracha é um ambiente que seria composto por uma réplica de um soldado pintada de branco que receberia uma projeção, a produção da estátua ficou a cargo do artista plástico Francisco Melo, no entanto, devido a um ruído na comunicação, o Sr. Melo construiu uma réplica artística do soldado da borracha, por isso, a coordenação decidiu pro manter a obra intacta, já que o artista tem grande prestígio na região.

Figura 55 – Foto – Peça "Soldado da Borracha"



Fonte: Autor, 2021.

Assim, a projeção passou a ser o lado da peça e não mais sobre ela, a projeção é composta pelos cartazes de propagandas governamentais recrutando “soldados” para a região e fotos do período de exploração da borracha na região, usamos cúpulas sonoras em frente ao ambiente para com 2 trilhas sonoras contextuais da época.

Figura 56 – Foto – Projeção e Soldado da Borracha.



Fonte: Autor, 2021.

Assista ao vídeo



3.1.10 Totem do Diorama “Taberna”

Usando as informações registradas nos cadernos de anotação dos seringalistas, responsáveis por vender os materiais necessários para exploração do látex, desenvolvemos um jogo em *software* para simular a compra de itens de tecnologia, porém pagos com látex.

Este jogo acontece numa tela interativa posicionada dentro do espaço, o usuário deve arrastar os itens que deseja comprar, console de videogame, smartphone ou TV de LED, por exemplo, para o balcão e receberá sua conta em

quilos de borracha. Este jogo foi desenvolvido juntamente com o estagiário Lucas Lobato.

Figura 57 – Foto – Ambiente Taberna e Tela interativa com game Taberna.



Fonte: Autor, 2021.

3.1.11 Internet

Devido à natureza do Acervo ser digital, foi prevista uma “réplica” de parte da exposição, a parte interativa, para ser disponibilizada *online*, no site da Casa de Memória. Essa tarefa foi projetada, porém ainda não foi implementada.

O site “<https://www.casadememoriatransxingu.com.br/>” está em funcionamento, entretanto sem a disponibilização do Acervo. Atualmente a Casa de Memória Transxingu conta com uma conta na rede social Instagram, no endereço <https://www.instagram.com/cmtransxingu/>.

Devido à natureza do Acervo e da região onde a CMT se insere é necessário possibilitar, através da internet, a expansão da Casa de Memória, seja através da virtualização do museu, ou da concessão de acesso ao Acervo ou aos arquivos gerados pela curadoria, os quais são exibidos na mostra de longa duração, quebrando assim barreiras como a distância geográfica e concorrendo para o cumprimento da missão da CMT.

3.2 Patrimônio cultural digital e preservação digital como preservação de patrimônio cultural ameaçado.

A Carta para a Preservação do Patrimônio Digital (UNESCO, 2003) acenou para a importância da preservação de dados, apresentando argumentos incisivos sobre os riscos da perda de patrimônio sob qualquer forma. Neste caso específico, alegando que a perda de dados constituía um empobrecimento a herança de todas as nações, já que diversas atividades perpassam meios e dispositivos digitais, donde derivam esses dados.

Desde o início dessa discussão diversos documentos do mesmo teor da Carta de 2003 foram construídos para reforçar a importância desse tipo de patrimônio como a Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital em 2005 e a Declaração da Unesco, “A Memória do Mundo na Era Digital: Digitalização e Preservação” em 2012, dentre outros textos técnicos, já que a área arrola diversos tipos de profissionais e possui natureza multidisciplinar (Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) etc.).

Apesar da documentação proporcionar uma estrutura teórica que aparentemente esclareça o que é, e como o patrimônio digital pode ser preservado, o que constatamos na realidade, através de eventos de discussão do tema, como a “Jornada sobre Preservación del Patrimonio Digital” realizada pela Biblioteca Nacional da Espanha em 2018, é que a preservação do patrimônio digital ainda é cercada de desafios.

Fernanda Rollo, professora associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2019, alerta que: “Estamos a perder 80% da informação digital que existe. É preciso garantir os arquivos do futuro” (ROLLO, 2019). Miquel Térmens, professor da Facultat de Biblioteconomia y Documentación da Universidade de Barcelona expôs em seu trabalho mais

recente relacionado ao assunto, em 2018, que a "La preservación digital: un tema de nuestro tiempo" (BNE, 2018). Vint Cerf, co-criador do protocolo TCP/IP⁶, considerado um dos pais da Internet, em sua fala no encontro anual da American Association for the Advancement of Science's de 2015 (BBC, 2015), disse que estávamos entrando na "Idade das Trevas Digital", e teme que as gerações futuras teriam pouco ou nenhum registro digital do século XXI. Um apelo que se solidariza com o que Tavares aborda em seu trabalho "Preservação digital: entre a memória e a história", citando "Longevidade Digital" de Besser, publicado em 2010, (Tavares, 2014, p. 13 apud BESSER, 2010) quando disse:

As próximas gerações necessitarão para o reconhecimento do seu passado do compromisso das sociedades atuais com a preservação digital da informação, considerando a expansão dos meios e dos formatos tecnológicos que já condicionam a elaboração dos documentos do presente.

Como observa-se, com o contínuo olhar de preocupação, diversos pesquisadores pelo mundo se debruçam sobre o tema reiterando o alerta dado em 2003 pela Unesco. Inclusive a própria Unesco em 2009, na pessoa de Koïchiro Matsuura, seu diretor-geral, novamente ressaltou a necessidade da aplicação e da constante recordação do propósito da Carta, além de enfatizar a responsabilidade de cada um desses atores, Estados-membros, as organizações intergovernamentais e não governamentais internacionais a sociedade civil e o setor privado (Rollo, 2020, p. 22).

Qual o motivo desta apreensão? Já que temos documentos e diretrizes internacionais que dão suporte para a preservação digital? Uma apreensão que se mantém mesmo em países que já possuem frentes de trabalho e legislação específica, como é o caso da Espanha, e que no contexto da União Europeia se depara com discursos em documentos técnicos como o do "The Future of the Past

⁶ TCP/IP é o principal protocolo de envio e recebimento de dados na internet. TCP significa Transmission Control Protocol (Protocolo de Controle de Transmissão) e o IP, Internet Protocol (Protocolo de Internet).

– Shaping new visions for EU-research in digital preservation” (O futuro do passado - moldando novas visões para a pesquisa da UE em preservação digital) organizado pela Cultural Heritage and Technology Enhanced Learning (Unidade de Patrimônio Cultural e Aprendizado Aprimorado em Tecnologia): *“There is no clear economic model to justify investimento in digital preservation, nor any method of demonstrating a positive return on that investimento”*⁷ (p. 11) ou *“At presente, the digital preservation Market is not well-defined, and this hinders the development of products. Although tools do exist, they are not well integrated either to bussiness processes or to one another”*⁸ (p. 12)

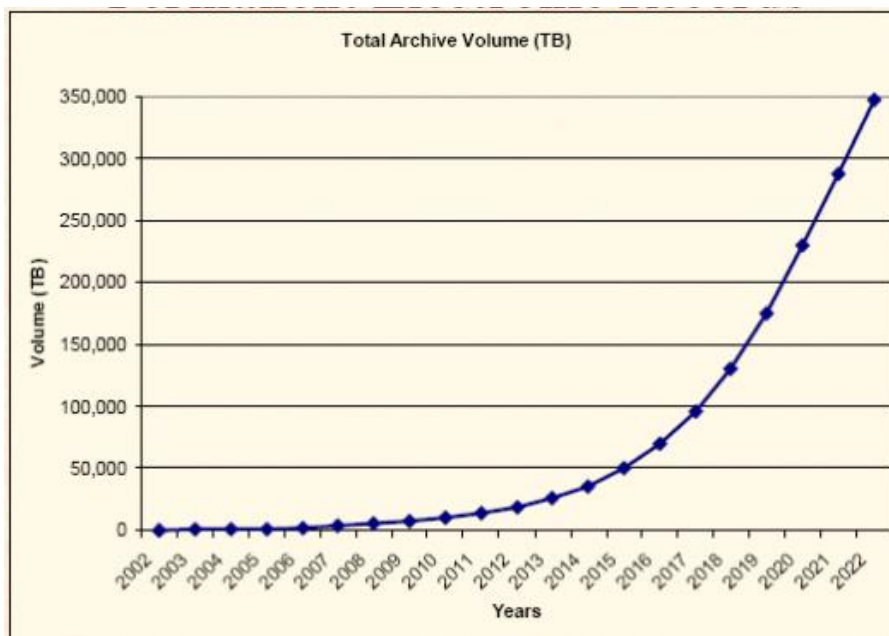
Trazendo a questão para o Brasil, verificamos que a preservação digital é um assunto de discussão discreta, e apesar de termos o amparo legal da Lei 12.527, que dá acesso à informação, e sermos atores em projetos como o InterPARES 3 e o InterPARES Trust através do Arquivo Nacional, e o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) ter abraçado a causa e as recomendações da Carta da UNESCO (2003) carecemos de uma discussão ampla que estenda o assunto a todos os setores da sociedade, principalmente com relação ao acesso a esse patrimônio, muitas vezes encerrado dentro de repositórios de grandes instituições públicas como a Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais, CPRM, (Junior & Mota, 2012, p. 53), pois é um tema que muitas vezes se confunde, ou se resume apenas na forma de patrimônio cultural científico (de ciência e tecnologia – C&T) com seus arquivos espalhados pelos mais diversos repositórios universitários.

⁷ *“Não existe um modelo econômico claro para justificar o investimento em preservação digital, nem qualquer método de demonstração de retorno positivo sobre esse investimento.”* (p. 11, tradução nossa)

⁸ *“Atualmente, a preservação digital mercado não está bem definido, e isso dificulta o desenvolvimento de produtos. Embora existam ferramentas, elas não estão bem integradas aos processos de negócios ou um para o outro”* (p. 12, tradução nossa).

Como vimos, os documentos do presente são produzidos de forma digital, e outros são digitalizados no gráfico abaixo podemos ter uma estimativa do crescimento previsto de arquivos digitais:

Figura 58 – Gráfico – National Archives and Records Administration (NARA – US)



Fonte: Thibodeau - Planet Storage, 2005.

É difícil não pensar na grandeza desse desafio e ao mesmo tempo pensar no que tem sido feito, ou quais projetos temos para lidar com isso. Nesse contexto, Miguel Térmens (2018, p. 5) aponta algumas problemáticas da preservação do patrimônio digital, Térmens questiona: qual valor tem o que pode ser duplicado? Quem vai proteger o que não tem limites de distribuição, uso e armazenamento? Qual a excepcionalidade de algo que pode ser vendido e reutilizado? Quem deseja investir em objetivos abstratos do futuro? Quem deseja investir em eleitores do futuro? Em sistemas que não podem ser inaugurados? A quem corresponde a preservação de cada objeto?

A Carta brasileira para la preservación del patrimonio archivístico digital (CONARQ, 2005, p. 2) diz:

Dependencia social de la información digital

Las facilidades proporcionadas por los medios y tecnologías digitales de procesamiento, transmisión y almacenamiento de informaciones redujeron costos y aumentaron la eficacia de los procesos de creación, cambio y difusión de la información archivística. Cada vez más los documentos están sendo producidos en medio digital. De esta forma, el gobierno, la administración pública y privada, la investigación científica y tecnológica y la expresión cultural dependen cada vez más de documentos digitales, no disponibles en otro formato, para el ejercicio de sus actividades.⁹

Ou seja, já assinalava uma sujeição social com relação ao digital. Um aspecto relevante sobre a sociedade e a tecnologia reside justamente no fato que ela está dentro do computador, no celular, na fiação do poste e não nos damos conta do quanto ela é importante até o dia em que ficamos sem internet, sem o acesso, sem energia elétrica ou sem a rede celular.

Térmens (2018, p. 33) diz que *“La preservación digital tiene que llegar a ser como el papel higiénico”*, pois ele não sofre com cortes no orçamento (uma crítica a falta de investimentos no setor) e, é o produto com mais seguidores no mundo. Que só há um jeito, gerar pânico sobre as perdas nos diretores de TI.

Terméns (2018, p. 37) adiciona outras soluções ao dizer que a preservação digital deve ser diária e começa desde a criação do objeto digital, deve ser em rede, através de cooperação responsável, para qualquer escala, desde pequenos espaços até grandes museus, aproximando-se mais do nicho tradicional de preservação, mas valendo-se da facilidades do digital para reforçar a preservação através de reutilização e análises dos metadados (big data), sempre atentando para autenticidade dos dados e a facilitação do acesso, uso e migração.

⁹ Dependência social da informação digital – As facilidades proporcionadas pelos meios e tecnologias digitais para processamento, transmissão e armazenamento de informações reduziram custos e aumentaram a eficiência dos processos de criação, alteração e divulgação de informações arquivísticas. Cada vez mais documentos estão sendo produzidos digitalmente. Dessa forma, o governo, a administração pública e privada, a pesquisa científica e tecnológica e a expressão cultural dependem cada vez mais de documentos digitais, não disponíveis em nenhum outro formato, para o exercício de suas atividades. (tradução nossa)

Já existem em outros países protocolos e redes de preservação de patrimônio digital, projetos como o HathiTrust (<http://www.hathitrust.org/>) uma rede colaborativa de mais de 140 universidades espalhadas pelo globo cujo objetivo é preservar e difundir acervos bibliográficos e de pesquisas científicas, cujo Brasil não faz parte, e a MetaArchive Cooperative (<http://www.metaarchive.org/>) uma rede de preservação criada e mantida por organizações de memória dentre elas a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

No que concerne à natureza multidisciplinar do patrimônio digital, sinalizamos um desarranjo entre as empresas de tecnologia, as instituições de memória e a sociedade em geral, pois cada setor demanda uma abordagem diferente com relação ao patrimônio digital, do ponto de vista técnico existem protocolos internacionais, plataformas e programas de computador para catalogação, preservação e difusão do patrimônio digital, que devem ser acompanhados, geridos e implementados por uma equipe multidisciplinar.

Observando a partir da significação, profissionais de TI veem o patrimônio digital do ponto de vista de custo energético, algoritmos, segurança do banco de dados e manutenção de hardware. Profissionais de arquivologia veem pontos relacionados a integridade dos dados, os metadados e o correto armazenamento e catalogação, assim como os profissionais de museologia, esses com a visão adicional da preservação através da difusão e educação patrimonial.

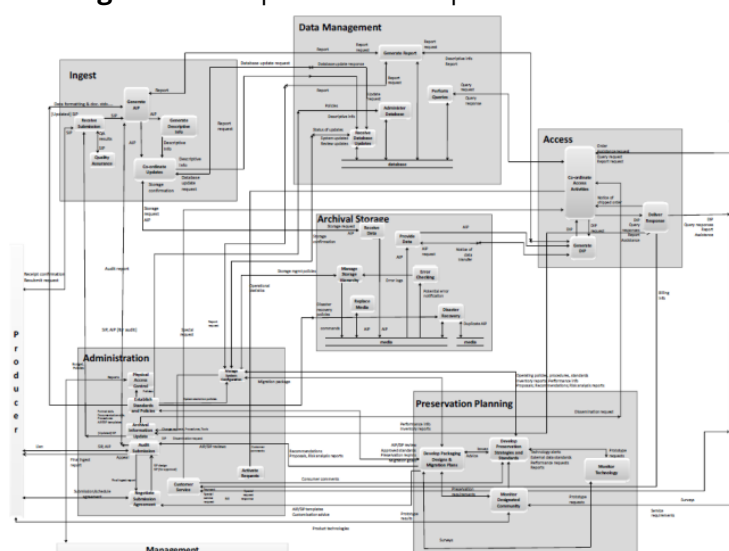
Essas diferentes abordagens dificultam a implementação de soluções como a proposta pelo modelo OAIS (Open Archival Information System) que segundo o CONARQ (2020):

“é um esquema conceitual que disciplina e orienta um sistema de arquivo dedicado a preservação e manutenção do acesso a informações digitais por longo prazo. [...] Um OAIS é um arquivo consistindo numa organização

de pessoas e sistemas que assumiu a responsabilidade de preservar informação e torná-la disponível para uma Comunidade Alvo. O propósito mais importante do modelo de referência é facilitar uma compreensão mais ampla do que é necessário para preservar e acessar informação por longo prazo. O modelo de referência OAIS é reconhecido como a mais importante TRABALHO CONCEITUAL de um sistema voltado para a preservação digital.

Modelo que Terméns (2018, p. 28) questiona mesmo se é mesmo efetivo, principalmente na questão da facilidade de implementação, pois teoricamente ele é prático, quando na realidade, segundo Terméns, não funciona, principalmente com repositórios institucionais, sistemas abertos e instituições pequenas e medianas. O que corrobora nossa percepção de que cada ator necessário nessa cooperação para preservação digital, vê através de vieses diferentes.

Figura 59 – Esquema da “Complexidade do OAIS”



Fonte: Documentação do OAIS, jun. de 2012 p. A-2.

Além da discutida complexidade de modelos como o OAIS, Instituições de Memória, em seus repositórios digitais de patrimônio cultural (galerias, bibliotecas, arquivos etc.) usam diferentes padrões de sistemas de informatização, e diferentes esquemas de metadados, que geralmente são projetados mais na exigência das comunidades, do que nas possibilidades de interoperabilidade (Carrasco; Thaller; Vidotti, 2015, p. 209).

Para contornar esses problemas e a dificuldade de integrar dados de fontes diferentes, tecnologias semânticas estão sendo desenvolvidas, as ontologias. Segundo Gruber (1993, p. 1), “[...]ontologia é uma descrição (como uma especificação formal de um programa) dos conceitos e relações que podem existir formalmente por um agente ou uma comunidade de agentes”.

Assim, segundo (Carrasco; Thaller; Vidotti, 2015, p. 210) “no contexto dos ambientes digitais de patrimônio culturais o Modelo de Referência Conceitual (CRM – Conceptual Reference Model) é uma ontologia muito proeminente”. Baseado nisso, o Comité International pour la Documentation (Cidoc) propôs a ontologia Cidoc CRM. Em poucas palavras o Cidoc CRM é padrão internacional para intercâmbio de informações sobre patrimônio cultural, para otimizar o acesso a informações relacionadas ao patrimônio cultural, um sistema de interoperabilidade, que segundo a NISO (National Information Standards Organization):

“é a capacidade de sistemas múltiplos com diferentes plataformas de hardware e software, estruturas de dados e interfaces trocar dados com a mínima perda de conteúdo e funcionalidade. Utilizando esquemas de metadados bem definidos, protocolos de transferência compartilhados e crosswalks entre esquemas, os recursos através das conexões podem ser buscados mais facilmente” (2004, p. 2)¹⁰

Ao abstrair-se a interoperabilidade para além da TI, e pensar-se em modelos de comunicação/preservação como o OAIS e o Cidoc CRM, vemos que eles seguem premissas da tecnologia, evoluindo mais rápido do que podemos acompanhar (ou mesmo suportar), ou seja, até a popularização desse nível de conhecimento numa possível mudança na cultura, para um momento onde programar se torne uma atividade comum e cada ator do ecossistema de

¹⁰ “Interoperability is the ability of multiple systems with different hardware and software platforms, data structures, and interfaces to exchange data with minimal loss of content and functionality. Using defined metadata schemes, shared transfer protocols, and crosswalks between schemes, resources across the network can be searched more seamlessly (NISO, 2004, p.2)

preservação tenha capacidade de usar esses modelos, essas tecnologias ainda destinam-se somente a especialistas, sua implementação a grandes equipes e portanto, a grandes instituições.

O que diante da falta de investimento na preservação digital em países como o Brasil, só aumenta as diferenças, fazendo até mesmo que existam países hegemônicos na seleção do patrimônio digital, principalmente aqueles que desenvolvem a tecnologia e detêm conglomerados de empresas de TI.

Diante do exposto, armazenar ou proteger patrimônio cultural em contêineres digitais formando um patrimônio cultural digital é seguro? O patrimônio digital serve como meio de preservar o patrimônio cultural?

Acreditamos que preservação digital ocorre de formas diferentes embora apontando para o mesmo alvo, caminham juntas e paralelas, porém com finalidades distintas.

O patrimônio digital abarca inúmeras possibilidades, já o patrimônio cultural digital se encerra dentro de um contexto significador que recebe atributos mais marcantes como representar uma comunidade, um povo até mesmo uma nação, é um contêiner de história, paisagens culturais, tradições, costumes, identidades, modos de fazer etc.

Um caminho efetivo para a preservação digital é proporcionar o conhecimento da importância e convencer que esse é um relevante investimento para o futuro, porque assim como na Teoria do Patrimônio, os bens culturais servem ao serem mobilizados, para produzir ou fortalecer memórias ou fortalecer, reforçar ou criar identidade até mesmo passar costumes e tradições, como mostra o Acervo da Casa de Memória.

Podemos observar um arranjo de valorização do patrimônio digital quando esse é cercado de fonte confiáveis ou de movimentos sociais que lhe agreguem valor ao ter reconhecimento ou receber significação.

Além disso é necessário um processo sério de curadoria e catalogação, um arranjo desses dados, já que pelas facilidades do digital, pode ocorrer o excesso na produção dados, e isto pode causar desvalorização pela falta de uma significação completa, não preservamos tudo, preservamos o que consideramos mais importante.

Assim, o Patrimônio Digital ao ser estendido como Patrimônio Cultural Digital passa por um processo de mobilização social, recebe atenção do Estado e tem valor reconhecido pelos diversos atores de proteção do patrimônio cultural tornando-se um excelente meio para preservação do patrimônio cultural.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho induzido pela Carta de Preservação Digital da UNESCO (2003) pretendeu discutir o uso do recente patrimônio digital como uma forma de preservar o patrimônio cultural, para a partir do caso da Casa de Memória Transxingu, cujo Acervo é essencialmente digital, discutir como o patrimônio digital pôde se tornar um bem cultural ou um patrimônio cultural digital.

Este assunto foi escolhido devido aos apelos para preservação digital mencionados na Carta de 2003, e como é um caso concreto de idealização, projeção e execução de um acervo digital, trouxemos a Casa de Memória Transxingu e toda sua cosmovisão para o centro orbital desta discussão.

Isto porque o Acervo da Casa de Memória guarda em seus registros, por exemplo, celebrações que desapareceram com a diáspora que as populações sofreram com os remanejamentos causados pela instalação da UHE Belo Monte e que se não fosse o registro digital não seria possível saber como eram.

Como resultado, trouxemos todo o contexto histórico e sociopolítico da chegada de Belo Monte à região do médio-baixo Xingu, o motivo principal para criação do Acervo, devido as determinações de mitigação e compensação, vimos como as legislações são importantes ferramentas de proteção e preservação, não somente do patrimônio cultural, mas também do meio ambiente, embora muitas vezes essas legislações não sejam respeitadas.

Mostramos os diversos conflitos sociopolíticos ligados à instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e como sucedeu o assentamento de conceitos importantes para preservação da cultura da região: paisagem cultural e povos tradicionais; percebemos que o componente indígena é uma constante durante todo o processo, mas foi destacado devido a determinações de projeto deixando raros os registros desses povos no Acervo da Casa de Memória.

Durante todo este trabalho foi enfoque destacar como validador principal do espaço físico e do Acervo da Casa de Memória, o entendimento dado pelos autores do Plano de Valorização do Patrimônio (NESA et al, 2007) e dos pesquisadores da Scientia, que realizaram com o trabalho de campo, o processo de inventariação dos bens culturais, de que as oficinas e os processos participativos eram a forma democrática de participação popular para que o próprio povo exprimisse o que era importante para si, além de, de alguma forma lhes devolver o direito à fala, tão reprimido durante o processo de construção de Belo Monte.

Em nosso entendimento, ambos os conceitos, participativo e de escuta, apresentados tanto por parte da NESA quanto da Scientia foram competentes e funcionais até determinada parte do processo.

Em certo momento os acordos feitos com a população deixaram de ser cumpridos de forma inesperada e o processo participativo com as oficinas participativas, reuniões e processos cessou, com a aproximação da finalização da obra de Belo Monte, os funcionários arrolados nos projetos foram sendo desligados, e o núcleo de resistência construído com conjunto com a comunidade se enfraqueceu, então a Casa de Memória de Vitória do Xingu foi extinta e o projeto da Casa de Memória de Altamira teve alterações, tanto no projeto e execução do espaço físico quanto no uso e gestão da Casa de Memória, resultando em algo diferente do que foi acordado com as comunidades.

Dessa forma, a Casa que deveria funcionar com representação e culto à cultura da região deu lugar a outros interesses, não é nosso objetivo questionar os acontecimentos que culminaram com a entrega da CMT para a Universidade Federal do Pará e quais os seus objetivos com essa aquisição, mas sim perguntar o que houve com a luta das pessoas?

Que tiveram muito mais do que o endereço de suas casas alterados, o que na realidade foi uma transformação de vida cujo o impacto é inestimável? Esse hiato permanecerá até o momento em que realizarem-se, por parte dos atores presentes e ainda envolvidos no processo, NESA e UFPA, devolutivas à população, através do resgate e cumprimento dos acordos realizados e principalmente o alcance com o retorno das demandas deixadas pela população.

Julgamos necessário refazer o caminho de inclusão dessas pessoas, que até o fim deste trabalho, consideramos perdido, onde estão os agentes da comunidade e a própria comunidade?

Embora sem o perfeito entendimento, vimos como as duas Casas Regionais de Memória, de Altamira e de Vitória do Xingu, compensações determinadas para preservar as informações culturais da região afetada por Belo Monte, se tornaram apenas uma em um processo interno aos atores responsáveis.

Detalhamos também todo o processo anterior à construção do Complexo Casa de Memória Transxingu, partindo desde a fase de idealização a partir do Plano de Valorização do Patrimônio, disponível no PBA de Belo Monte explicando o conceito de memória usado para o processo de inventariação e como esse contribuiu para restituir o direito de fala, tantas vezes negado aos povos das regiões afetadas.

Discutimos o processo participativo para gerar a planta arquitetônica do Complexo Casa de Memória Transxingu e como o projeto resultante desse processo foi prejudicado pelo corte de gastos e alterações que não foram reconsideradas dentro do projeto participativo, e que esse processo se limitou somente à fase de projeção do espaço, sendo abandonado posteriormente.

Explicamos como se deu o processo de inventariação dos bens culturais da região e como esses passaram por um processo de curadoria a partir do Manual

de Aquisição (Hamoy, 2015b) deixando um exemplo de processo de criação e catalogação de um Acervo essencialmente e nativamente digital.

Vimos que o digital traz consigo não necessariamente facilidades, mas outra forma de interação, que permitiu, por exemplo, a cooperação conjunta de duas equipes remotas para a realização do trabalho de catalogação do Acervo da CMT, e para além disso, vimos que ferramentas, agora cotidianas, como o Google Forms possibilitam esse tipo de ação.

Detalhamos o processo de instalação da mostra de longa duração dentro do Espaço Expográfico, espaço responsável pela interação das comunidades com suas raízes, costumes, história e identidade; o seu patrimônio. Exposição pensada dentro de dois conceitos, o rio e a estrada, que dilui em diversos ambientes o Acervo de forma interativa.

Discutimos as relações entre a teoria do Patrimônio, o Patrimônio Digital e o Patrimônio Cultural Digital de forma franca dentro de novos conceitos como o cíbridismo e tópicos que advém dessas interações, esboçamos uma possível forma de criação do patrimônio digital e seu processo de valoração, ou do processo de transmissão dos atributos do Patrimônio, para o Patrimônio Digital e por sua vez para o Patrimônio Cultural Digital.

Vimos que o digital com suas características e ferramentas portáteis foram fundamentais no objetivo de registrar as informações culturais da região, demonstrando de maneira fatural o comportamento no uso de documentos digitais para registro do ambiente ou objeto de observação, seja através de fotos, vídeos ou mesmo áudio.

Mostramos as extroversões realizadas com o patrimônio cultural digital da Casa de Memória para compor o Espaço Museológico e permitir a interação das comunidades com o patrimônio que as representa.

Com isso, pudemos observar o potencial de preservação do Patrimônio Cultural Digital, potencial por derivar de interações com ferramentas digitais que facilitam nosso dia a dia, e que permitem que o resultado gerado dessa interação seja facilmente manipulado, não só no sentido de espacial, mas de interação e aplicação em diferentes suportes.

Por sermos seres históricos e sociais, imersos em um fluxo de transformações causadas pela tecnologia podemos delinear o patrimônio digital e o patrimônio cultural digital como frutos dessas transformações, sendo o patrimônio digital possivelmente um cíbridismo resultante desse momento.

Assim paulatinamente, percorrendo desde as raízes históricas, os caminhos legislativos até conceitos recentes, discutimos e mostramos de onde, como e porquê do potencial de preservação que o patrimônio digital possui com relação ao patrimônio cultural, seja esse material ou imaterial, pois em essência consegue registrar suas referências. Embora a referência passe por um processo de significação onde valores são atribuídos de forma semelhante, mas não igual ao patrimônio não digital.

Entendemos que o patrimônio digital se sobressai como dispositivo de preservação do patrimônio cultural devido principalmente à praticidade das ferramentas digitais e a alta performance quando há pouco tempo, longas distâncias e/ou lugares desfavoráveis.

E chegamos à conclusão que quando o patrimônio digital se torna um patrimônio cultural digital recebe ou deve receber os mesmos cuidados do patrimônio cultural e ser sujeito as mesmas políticas e ações de preservação, atestando e justificando concisamente sua capacidade como forma de preservação do patrimônio cultural.

Sabemos que há inúmeros caminhos a serem explorados dentro das possibilidades que se desdobram em pensar o Patrimônio no digital, e definimos

alguns menos abstratos para percorrer e somar de forma mais sólida à discussão dessa recente área de pesquisa, é instigante pensar nas faces de conceitos como história, memória, tradição e identidade, humanidades voltadas para o digital.

Nestes caminhos “novas entidades” aguardam para serem descobertas e serem assentadas no *hall* de conceitos complexos que tentam explicar aquilo que somos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003

ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: com se dá a sucessão de bens digitais**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

CHASTEL, André & BABELON, Jean Pierre. (1994 [1980]), **La notion de patrimoine**. Paris: Éditions Liana Levi.

BRASIL, ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A). **Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Xingu**. Disponível em <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Belo-Monte.aspx>. Acesso em 17 out de 2020.

BRASIL. CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). **Licenciamento Ambiental – Normal e procedimentos. Resolução Nº 1**. Disponível em http://www2.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_1986_001.pdf. Acesso em 08 ago. de 2020.

BRASIL, ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte do Brasil). s/d [2002]. **Complexo Hidrelétrico Belo Monte: Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Versão preliminar**. ELETRONORTE, Brasília, DF, Brasil. 6 vols. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BM/BELO%20MONTE.htm. Acesso em 07 ago. de 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução: Kaluss Brandini Gerhardt. v. II. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

CONCEIÇÃO, Tânia Sena. **Trabalhadores nos Canteiros de Obras da UHE Belo Monte – Altamira: Condições de Saúde e Políticas Públicas**. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewiP2PCG3J7xAhWFILkGHd9yAQgQFjAEegQICBAE&url=https%3A%2F%2Fwww.ppgdstu.propesp.ufpa.br%2FARQUIVOS%2FDissertacoes%2F2014%2FT%25C3%2582NIA%2520SENA%2520CONCEI%25C3%2587%25C3%2583O.pdf&usg=AOvVaw0yg7B_OssQj2QTGA9P2guu. Acesso em 17 de jun. de 2021.

CARRASCO, Laís, THALLER, Mandred, VIDOTTI, Silvana. **Ontologia Cidoc CRM no contexto dos ambientes digitais de patrimônios culturais**. Disponível em <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3628/3093>, Acesso em 05 nov. de 2020.

CIDOC CRM. Disponível em: <http://www.cidoc-crm.org/>. Acesso em 05 nov. de 2020

ESTERCI, Neide. **Amazônia: Povos e luta por direitos – Cidadania, um projeto em construção: Minorias, justiça e direitos**. 1ª Ed. Editora Claro Enigma, 2012, SP.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. Acesso em: 30 ago. 2022. 2013.

DISSANAYAKE, Ellen. What is art for? University of Washington Press, 1990, p. 34-39.

FEARNSIDE, P.M. 2019. **A Barragem de Belo Monte: Lições de uma luta por recursos na Amazônia**. pp. 37-54. In: P.M. Fearnside (ed.) Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras. Vol. 3. Editora do INPA, Manaus. 148 p. Disponível em http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2019/Hidro-v3/Livro_Hidrel%C3%A9tricas_Vol_3-Cap_3-Belo_Monte-Licoes.pdf. Acesso em 28 jul. 2021.

GIMENES, Carlos Eduardo Reinaldo. “... **estou preocupado com o antes e o durante e o depois: narrativas e experiências de atingidos por Belo Monte**”. São Paulo, USP, 2018. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-15032019-110206/es.php>. Acesso em 20 de nov. de 2020.

GONÇALVES, Paulo Cássio de Moraes. **PROJETO PARTICIPATIVO COMO GARANTIA DE APROPRIAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DE CASAS DE MEMÓRIA DE COMPENSAÇÃO SÓCIOAMBIENTAL DE USINAS HIDRELÉTRICAS?** São Paulo, USP, 2015. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-08032016-153519/fr.php>. Acesso em 28 de nov. de 2020.

HAMOY (a), Idanise; NASCIMENTO, Elinelma; SILVA, Edson. **Plano Museológico - Casa de Regional de Memória em Altamira, Casa Regional de Memória em Vitória do Xingu**. Projeto Casa de Memória Transxingu, 2015-2020.

HAMOY (b), Idanise. **Manual de Aquisição e Documentação das Casas Regionais de Memória da Transxingu**. Projeto Casa de Memória Transxingu, 2015.

HAMOY (c), Idanise; NASCIMENTO, Elinelma; SILVA, Edson. **Plano Expográfico da Casa de Regional de Memória em Altamira**. Projeto Casa de Memória Transxingu, 2015.

HOWARD, Besser. **Longevidade Digital**. Disponível em <https://revista.an.gov.br//index.php/revistaacervo/article/view/26/26>. Acesso em 30 de jul. de 2020

HOCHSTETLER, K. 2011. **The politics of environmental licensing: Energy projects of the past and future in Brazil**. *Studies in Comparative International Development* 46(4): 349–371. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1007/s12116-011-9092-1>. Acesso em 09 ago. de 2020.

IBRAM. **Como criar museus**. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/ComoCriarMuseu_Orientacoes.pdf. Acesso em 12 de maio de 2022.

INTERNACIONAL RIVERS. **Protocolos de Consulta: Instrumento para a Defesa de Territórios e Direitos**. Disponível em https://3waryu2g9363hdvii1ci666p-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/sites/86/2020/10/Supplementary-Material-PORTUGUES-large-file_opt.2.pdf. Acesso em 12 de abril de 2022.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MERCEDES, Sonia Seger Pereira et al. **Uma revisão histórica do planejamento do setor elétrico**. Disponível em https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjs94D_sLrsAhUglrkGHXpjAuYQFjAAegQIBhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Frevusp%2Farticle%2Fdownload%2F106750%2F105389%2F&usg=AOvVaw0N5H7jcxpP1dbbP1Bn4xpM. Acesso em 12 de ago. de 2020

NISO [National Information Standards Organization]. **Understanding metadata**. Bethesda, MD: Niso Press, 2004. Disponível em:

<http://www.niso.org/publications/press/UnderstandingMetadata.pdf>. Acesso em 05 de nov. de 2020.

OLIVEIRA, L.P. Cultura é patrimônio, Rio de Janeiro, FGV, 2008; **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. <http://portal.iphan.gov.br/portal>. Site consultado em 20 de setembro de 2010; Project Management Institute, PMBOK Guide, PA, PMI, 2004. Acesso em 05 de nov. de 2020.

REIS, M. G. dos; SERRES, J. C. P.; NUNES, J. F. I. (2016). **Bens culturais digitais: reflexões conceituais a partir do contexto virtual**. Encontros Bibli – Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 21, n. 45, pp. 54-69. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2015v21n45p54>. Acesso em 05 de nov. de 2020.

RAMIRES, Júlio César de Lima. **Ciberespaço e patrimônio cultural digital: algumas reflexões**. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/22109/21273>. Acesso em 12 de maio de 2021.

RAMOS, Adriana. Belo Monte e as tentativas de viabilizar o inviável. **Desafios do Desenvolvimento – IPEA**. [S.l.] 2009. Ed. 55. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1063:catid=28&Itemid=23. Acesso em 08 set. 2020.

RICHTER, R. A. **Meio Ambiente Cultural**. Curitiba, Juruá;

SIQUEIRA, Juliana et al. **Médio e Baixo Xingu: o reflexo da cristalização de diferentes temporalidades na produção do espaço regional**. Disponível em [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj2tv-Kj4AhXdSLgEHYndDcQQFnoECAMQAw&url=https%3A%2F%2Frbeur.anpur.org.br%2Frbeur%2Farticle%2Fdownload%2F5206%2Fpdf_1%2F14105%23%3A~%3Atext%3DNessa%2520regi%25C3%25A3o%252C%2520est%25C3%25A3o%2520os%2520munic%25C3%25ADpios%2Cestadual%2520\(BRASIL%252C%25202015\).&usg=AOvVaw0A29Tjlj8723sxGCp-BZg-](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj2tv-Kj4AhXdSLgEHYndDcQQFnoECAMQAw&url=https%3A%2F%2Frbeur.anpur.org.br%2Frbeur%2Farticle%2Fdownload%2F5206%2Fpdf_1%2F14105%23%3A~%3Atext%3DNessa%2520regi%25C3%25A3o%252C%2520est%25C3%25A3o%2520os%2520munic%25C3%25ADpios%2Cestadual%2520(BRASIL%252C%25202015).&usg=AOvVaw0A29Tjlj8723sxGCp-BZg-). Acesso em 12 de maio de 2021.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio, Jorge Zahar, 2003;

SEVÁ Filho, O., **Organizador Tenotã-Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**, São Paulo: 2005

SWITKES, Glenn. **Análise da Revisão do Inventário Hidrelétrico da Bacia do Xingu. International Rivers Network.** Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/analise-da-revisao-do-inventario-hidreletrico-da-bacia-do-xingu-esboco-para>. Acesso em 04 set. 2020.

TAYLOR, C. **A política do reconhecimento.** TAYLOR, C., Argumentos filosóficos, São Paulo, Loyola, 2000;

TENÓRIO, F. G. **Gestão comunitária – uma abordagem prática**, RJ, FGV, 2008; Tombamentos, disponível na internet. <http://portal.iphan.gov.br/portal>. Site consultado em 20 set. de 2010

THIBODEAU. **Planet-storage**, 2005. Disponível em <http://www.archives.gov/era/pdf/thibodeau-planet-storage-2005.pdf>. Acesso em 3 de jun. de 2020

UNESCO. **Charter on the Preservation of the Digital Heritage**, 2003. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/mow/charter_preservation_digital_heritage_en.pdf. Acesso em 21 abril 2019.

INTERNET

Álbum do Estado do Pará 1908. Obras Raras Acervo Digital. Disponível em <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/album-do-estado-do-para-1908/>. Acesso em 12 de maio de 2021.

BBC. **Google's Vint Cerf warns of 'digital Dark Age'.** Disponível em <https://www.bbc.com/news/science-environment-31450389>. Acesso em 30 de jul. de 2020

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **O Poder Público.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/p/poder-publico>. Acesso em 17 de jun. de 2020.

Carta aberta contra a concessão da Licença de Operação de Belo Monte. Disponível em <https://xinguvivo.org.br/2015/07/19/carta-aberta-contr-a->

[concessao-da-licenca-de-operacao-de-belo-monte/](#). Acesso em 04 de jan. de 2021.

CARDOSO, Hiromar. **A Casa Regional da Memória em Vitória do Xingu já tem espaço definido**. Disponível em <http://www.blogdoxarope.blogspot.com/2013/06/a-casa-regional-da-memoria-em-vitoria.html>. Acesso em 14 out. 2020.

CONARQ. **Apresentações de Referência em Preservação**. Disponível em <http://conarq.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/apresentacoes-de-referencia-em-preservacao.html>. Acesso em 01 de ago. de 2020.

CULKIN, J. M. (1967, March). **A schoolman's guide to Marshall McLuhan**. The Saturday Review, 51-53, 70-72. Disponível em <http://www.unz.org/Pub/SaturdayRev-1967mar18-0005>. Acesso em 01 de ago. de 2022.

EXPRESSO. Fernanda Rollo: “Estamos a perder 80% da informação digital que existe. É preciso garantir os arquivos do futuro. Disponível em <https://expresso.pt/dossies/diario/2019-11-12-Fernanda-Rollo-Estamos-a-perder-80-da-informacao-digital-que-existe.-E-preciso-garantir-os-arquivos-do-futuro?>. Acesso em 30 de jul. de 2020

ECOSSIS. **Plano Básico Ambiental – PBA**. Disponível em <https://ecossis.com/consultoria-ambiental/plano-basico-ambiental/>. Acesso em 15 out. de 2020.

ECKART. **Estratégia no mundo do cíbridismo**. Disponível em <https://eckart.com.br/artigos/estrategia-no-mundo-do-cibridismo/>. Acesso em 01 de ago. de 2020.

FEARNSIDE, Philip M. Belo Monte: **Lições da Luta 5 – A manifestação de 1989**. Disponível em <https://amazoniareal.com.br/belo-monte-lico-es-da-luta-5-manifestacao-de-1989/>. Acesso em 12 out. 2020.

FEARNSIDE, Philip M. **Belo Monte – Atores e argumentos: 7 – A Igreja e as ONGs**. Disponível em <https://amazoniareal.com.br/belo-monte-atores-e-argumentos-7-a-igreja-e-as-ongs/>. Acesso em 12 out. 2020

FEARNSIDE, Philip M. **Belo Monte: Belo Monte: Lições da Luta 8 – O novo inventário do Xingu**. Disponível em <https://amazoniareal.com.br/belo-monte-lico-es-da-luta-8-o-novo-inventario-do-xingu/>. Acesso em 28 jul. 2021

IBAMA, **Instrução Normativa N° 125**, de 18 de outubro de 2006, Anexo I. Disponível em

https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2006/in_ibama_125_2006_revogada_recifesartificiais_revogada_in_ibama_22_2009.pdf. Acesso em 02 de ago. de 2021.

Humanidades Digitais, Grupo de Pesquisa da USP. **O que são humanidades digitais?** Disponível em <https://humanidadesdigitais.org/o-que-sao-humanidades-digitais/>. Acesso em 30 de jul. de 2020

IPHAN. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em 14 out. 2020.

IPHAN. **Patrimônio Material**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em 14 out. 2020.

IPHAN. **Bens Tombados**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em 17 jun. 2021.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/>. Acesso em: 16 de ago. de 2021.

LEVY, Pierre. Pierre Lévy - **O que é o virtual?** Youtube, 28 mai. 2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sMyokl6YJ5U>. Acesso em 07 fev. 2020

BNE. **La preservación digital, un tema de nuestro tiempo**. Disponível em https://fima.ub.edu/pub/termens/docs/2018_Jornada_BNE.pdf Acesso em 30 de jul. de 2002

MARTINO, Luís Mauro Sá – **Entre o Real e o Virtual: Como diferenciar um do outro** | Luís Mauro Sá Martino Youtube, 10 de ago. 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=SoKSJm96EZk>. Acesso em 01 de ago. de 2020.

Ministério do Meio Ambiente. **Licenciamento Federal**. Disponível em <https://www.mma.gov.br/destaques/item/8225-licenciamento-federal.html>. Acesso em 08 out. 2020

TODDSOUTHGATE. **Protocolo de Consulta: Instrumento para a Defesa de Territórios e Direitos**. Disponível em

https://toddsouthgate.com/protocolos/index_port2.html. Acesso em: 12 maio 2022.

O GLOBO. **Operários de Belo Monte iniciam 3ª greve em menos de seis meses.** Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/operarios-de-belo-monte-iniciam-3-greve-em-menos-de-seis-meses-4708808>. Acesso em 20 out. 2020.

OBSERVATÓRIO DE SINAIS. **Como o cíbridismo está transformando a sua vida, saiba e confira os sinais.** Disponível em <http://observatoriodesinais.com.br/odesblog/como-o-cibridismo-esta-transformando-sua-vida-saiba-o-que-e-e-confira-os-sinais/> . Acesso em 01 de ago. de 2020.

Pereira, Ana Paula. **O que é XML?** Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/programacao/1762-o-que-e-xml-.htm>. Acesso em 16 de ago. de 2021.

XINGU VIVO. **1989.** Disponível em <https://xinguvivo.org.br/x23/?p=3024>. Acesso em 05 set. 2020

XINGU VIVO. **Cronologia de Belo Monte.** Disponível em http://xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acesso em 05 out. 2020

XINGU VIVO. **Histórico.** Disponível em <https://xinguvivo.org.br/2010/10/14/historico/>. Acesso em 05 set. 2020